The background of the cover is a faded photograph of a rural landscape. A large, leafy tree stands in the center, casting a shadow on the ground. In the background, there are several small houses and more trees. The overall tone is light and natural.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

AQUI ESTOU, AQUI FAÇO O MEU LUGAR:

Um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses,
na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí-MG

RODRIGO HERLES DOS SANTOS
UBERLÂNDIA/MG

2008

RODRIGO HERLES DOS SANTOS

AQUI ESTOU, AQUI FAÇO O MEU LUGAR:

Um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses,
na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí-MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e gestão do território.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

Uberlândia/MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237a Santos, Rodrigo Herles dos, 1980-

Aqui estou, aqui faço o meu lugar : um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiá – MG. - 2008

167 p. f. : il.

Orientador : Carlos Rodrigues Brandão.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia

Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola - Minas Gerais - Teses. 2. Meio ambiente - Teses. 3. Antropologia social – Teses.

I. Brandão, Carlos Rodrigues.

II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.3:631(815.1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RODRIGO HERLES DOS SANTOS

AQUI ESTOU, AQUI FAÇO O MEU LUGAR:

Um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de
Barra do Pacuí, município de Ibiaí-MG

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão - Orientador

Prof. Dra. Luciene Rodrigues

Prof. Dr. Samuel do Carmo Lima

Uberlândia, 26 de Junho de 2008

Resultado: APROVADO (LOUVOR E DISTINÇÃO)

Dedico este momento aos amigos de Barra do Pacuí. Pessoas simples e humanas, que abriram as portas de suas casas e seus corações. Sou grato pelo carinho, pela atenção e pela generosidade, a mim dispensados.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram ao longo desta caminhada, certamente a relação é grande e corro o risco de, por ventura, esquecer de citar algum nome. Desde já externo minhas saudações a estes.

Começo fazendo referência e deferência a Carlos Brandão, orientador brilhante e amigo querido para toda vida. Agradeço, pelo carinho, pela paciência e pelos sábios aconselhamentos ao longo deste trabalho.

Aos professores João Cleps, Samuel, Vera Salazar, Leopoldo e Luciene que ao longo dos tempos de pós-graduação ajudaram a construir este trabalho por meio de suas leituras, comentários e apontamentos. Obrigado pela atenção e carinho.

A Andréa, Fábio, Nate, Jú e Mateus, por não terem deixado faltar carinho, amor e incentivo. Saibam que “estamos juntos”. Déa, este trabalho é fruto de um sonho que você começou a tornar realidade.

Ao mestre Ivo das Chagas, querido amigo e grande professor, agradeço o privilégio de compartilhar seus ensinamentos e, por você ser este exemplo de coragem e de dignidade.

Ao amigo Geraldo, companheiro de campo. Sou grato pela sua atenção, conselhos e discussões. Conte comigo sempre.

A minha mãe dona Sônia e Renívia, que sempre torceram, apoiaram e acreditaram em mim.

Aos amigos Graça, Joyce, Sandrinha e Antônia, que sempre me ajudaram e tiveram paciência comigo. Amo muito vocês.

Ao Raphael Medina, pela ajuda nos mapas. Meu amigo, agora é a sua vez.

A Angela, obrigada pelo seu amor e por seu companheirismo. Te amo, muito, muito, muito.

Só sabemos com exatidão quando sabemos pouco; à medida que vamos adquirindo conhecimentos, instala-se a dúvida...

(Johann Wolfgang von Goethe)

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido na região do médio São Francisco, no município Ibiaí, Norte de Minas Gerais, tendo como “*loco empírico*”, a comunidade camponesa de Barra do Pacuí. Conduzi à abordagem para investigar como por meio de sua inserção no mundo rural, os camponeses desta comunidade, percebem, sentem, representam e atuam sobre o meio ambiente em que vivem e trabalham. Para tanto, construí um arcabouço metodológico utilizando procedimentos e instrumentos de coleta de dados que me aproximaram o máximo possível de uma abordagem qualitativa, trabalhando na perspectiva da prática de observação participante do cotidiano dos moradores, das suas relações de trabalho, enfim, do modo-de-vida dos camponeses de Barra do Pacuí. Foram realizados, um recenseamento comunitário, entrevistas livres e levantamentos visuais dos fatos observados pertinentes ao tema, além da confecção de mapa de localização, desenhos, diagramas e croquis da área de estudo. Do ponto de vista teórico versei sobre conceitos acerca da questão ambiental, da relação meio-ambiente e espaço e, da constituição simbólica e econômica das comunidades tradicionais. Foram abordadas ainda questões relativas à influência técnico-científica na configuração do espaço geográfico atual e as suas repercussões no mundo rural brasileiro, inclusive no Norte de Minas Gerais. Chamo atenção para a interlocução com João Guimarães, o qual utilizei para constituir entre gentes, cenas e cenários, o espaço do sertão e as transformações que a região vem passando em decorrência das ações de políticas do Estado a partir da década de 1970, especialmente a ação da SUDENE. Finalmente conduzi uma análise etnográfica da comunidade, a qual permitiu a caracterização do seu modo-de-vida e das formas manejo do ambiente local. Destacando principalmente aspectos de sua Geografia interna e de como, em termos da produção econômica camponesa, foi estabelecido nos usos comunitário do território um sistema de policultura, incluindo a atividade pesqueira, para extrair os “mínimos vitais” que garantem a sua reprodução política, econômica e simbólica.

Palavras Chave: Natureza, Cultura, Campesinato, Manejo do Ambiente e tradição.

ABSTRACT

The present research was developed in São Francisco middle region, in the city of Ibiaí, north of Minas Gerais, having as “locos empírico” the peasant community of Barra do Pacuí. The approach was conducted to investigate how, by being included in the rural world, the peasant of this community can realize, feel, represent and act about the environment in which they live and work. To reach this objective, I made an methodological base using procedures and instruments for data collection that brought me as close as I could of a qualitative approach, working in the participative observation practical perspective about the residents daily life, their work relations, or better saying, the Barra do Pacuí peasants way of life. Were made, a communitarian census, free interviews and visual appointments of the observed facts, besides a location map confection, drawing, diagrams and croqui of the studied area. In the theoretical point of view, I treated concepts about the environmental question, the relationship environment and space and, the symbolical and economical constitution of the traditional communities. There were also included issues relating to technical and scientific influence in current geographical space configuration and their repercussion in the rural brazilian world, including the north of Minas Gerais. I call attention to the interlocution with João Guimarães, who was used to constitute between people, scenes and scenarios, the space of the sertão and the transformations that the region has been passing by in consequence of the State political actions since the decade of 1970, specially SUDENE’s action. Finally I did an community ethnographical analysis, that allowed me characterize their way of life and ways of handling local environment. Detaching, internal geographical aspects and how, on terms of the peasant economical production, was established in the common uses of the territory a policultura system, including fishing activity, to extract the “minimos vitais” that can guaranty their political, economical and cultural reproduction.

Key words: Nature, culture, peasant, environmental handling, tradition.

LISTA DE FIGURAS

Esquema 01	Categorias de utilização do espaço baseada no conceito de natureza historicizada.....	56
Esquema 02	Categorias de utilização camponesa do espaço.....	57
Foto 01	Veredas e chapadas ao fundo no Município de Buritizeiro - MG, características dos gerais -ano 2001.....	70
Esquema 03	Ilustração da composição da paisagem no Sertão.....	81
Esquema 04	Categorias do sertão.....	84
Foto 02	Pivô de café em umas das fazendas do município de Ibiaí-MG.....	98
Esquema 05	Interpretação da divisão dos espaços em Barra do Pacuí.....	115
Figura 01	Gêneros cultivado e os locais de plantação.....	127
Esquema 06	Representação do espaço ilha.....	133

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Localização geográfica da comunidade de Barra do Pacuí, inserida no município de Ibiaí-MG.....	103
---------	--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Categorias de espaços populares e aproximações com elementos do Sertão.....	83
Quadro 02	Representações da Geografia sertaneja.....	85
Quadro 03	Estrutura física na Barra do Pacuí.....	104
Quadro 04	Espaços de relações sociais e de convivência da comunidade de Barra do Pacuí.....	109
Quadro 05	Espaços de socialização do trabalho na comunidade do Pacuí.....	111
Quadro 06	Espaços de natureza da comunidade de Barra do Pacuí.....	113
Quadro 07	Tipologia dos acessos.....	116
Quadro 08	Produtos consumidos na dieta básica dos moradores.....	117
Quadro 09	Calendário da produção agrícola na comunidade de Barra do Pacuí.....	125
Quadro 10	Características e organização da agricultura em Barra do Pacuí.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	População urbana/rural de 1970 a 2007.....	97
Tabela 02	Percentual da população por gênero.....	104
Tabela 03	Distribuição da população por faixa etária.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
CCNMIG	Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais
ONG	Organização Não-Governamental
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
CNPQ MG	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Minas Gerais
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
SP	São Paulo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
PPÀGUA	Projeto “Peixes Pessoas e Águas”
PAPESCA	Projeto de Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca
IG	Instituto de Geografia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
RESEX	Reserva Extrativista
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ANA	Agência Nacional de Águas
MST	Movimento Sem Terras
RMNE	Região Mineira do Nordeste
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

	RESUMO.....	VII
	ABSTRACT.....	VIII
	LISTA DE FIGURAS.....	IX
	LISTA DE MAPAS.....	X
	LISTA DE QUADROS.....	XI
	LISTA DE TABELAS	XII
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XIII
	SUMÁRIO.....	XIV
01 -	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Aspectos sobre a metodologia de investigação.....	20
02 -	PERCEPÇÕES E MANEJO DO AMBIENTE.....	27
2.1	As preocupações com o ambiente e o enfoque nas comunidades rurais tradicionais.....	29
2.2	Cultura - A transformação do espaço em lugar social nas sociedades camponesas.....	32
2.3	O mundo camponês e os lugares sociais - Questões teóricas.....	35
2.4	O conceito de espaço e a natureza da natureza.....	41
2.4.1	A noção de totalidade e artificialização da natureza.....	46
2.5	Hoje as redes no mundo e o espaço artificializado.....	51
03 -	ENTRE O SERTÃO DE GUIMARÃES ROSA E A REGIÃO NORTE DE MINAS - ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.....	59
3.1	Experiências vividas nos lugares, nos espaços entre as gentes do sertão – Um entreto entre a teoria e o campo.....	60
3.1.1	Sertão - Os Sertões.....	62
3.1.2	Os cerrados - função, importância e conservação.....	64
3.1.3	O Gerais - As Gerais.....	68
3.1.4	Os acidentes da natureza - composição da paisagem sertaneja.....	70
3.1.5	O mundo da vida e da cultura - Cenários vivos do sertão.....	75
3.1.5.1	Formas sociais.....	75
3.1.5.2	Outras categorias sociais.....	78
3.1.6	Os espaços humanizados.....	80
3.1.7	O quem das coisas!.....	81

3.2	A região artificializada - A formação histórica e as transformações recentes.....	86
3.2.1	O Médio São Francisco - Um rio de história.....	88
3.2.2	A ofensiva do capital - A intervenção do Estado no Norte de Minas.....	90
3.3	O município de Ibiaí - O ontem e o hoje.....	95
04 -	A GEO-ETNOGRAFIA DA BARRA DO PACUÍ.....	100
4.1	A história da Barra do Pacuí.....	100
4.1.1	Barra do Pacuí – Uma comunidade Quilombola?.....	102
4.1.2	A estrutura atual da comunidade.....	103
4.2	Tempos e espaços na comunidade de barra do pacuí.....	105
4.3	As geografias internas da comunidade.....	114
4.4	Plantar e colher - As relações sociais na comunidade.....	117
4.4.1	O trabalho na terra.....	118
4.4.2	Relações de trabalho dentro da comunidade.....	120
4.5	Esquema de uso do território.....	122
4.6	Territórios do rio – A produção na ilha.....	131
4.7	Organização da pesca e a legislação ambiental.....	135
4.8	4.8 – Um rio de vida - A percepção local sobre a polêmica da transposição.....	138
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS.....	147
	ANEXOS.....	153

01 – INTRODUÇÃO

As populações que se instalaram no vale do São Francisco sempre mantiveram com o rio uma relação muito próxima. É uma relação de convivência e identificação extraordinária do ponto de vista sócio antropológico. Pode-se facilmente encontrar designações do tipo, beradeiro ou barranqueiro, para apresentar as pessoas que vivem as margens do grande.

Mas como não é um, “o rio são muitos”, as populações que o habitam também são. Podemos encontrar uma enorme variedade de situações e tipos sociais diferentes, que ao longo do tempo desenvolveram algum tipo de experiência em relação ao rio. Entre remeiros, pescadores, lavadeiras, vapozeiros, poetas, vazanteiros, todos têm, de alguma forma, um entendimento sobre o rio.

Para além de um mero acidente na paisagem, no imaginário dessas populações, o rio é uma construção cultural, um signo e um símbolo que só pode ser entendido por meio da experiência de cada grupo, para compreender como foi forjada a identidade ribeirinha no vale do São Francisco.

Foi assim que encontrei a Barra do Pacuí, uma típica comunidade tradicional, que estabeleceu seus territórios à beira do São Francisco, no município de Ibiaí, Norte de Minas Gerais, este é o *locus* empírico deste trabalho.

Trata-se de uma comunidade de pouco mais de 250 pessoas, que dia após dia vêm elaborando um modo de vida peculiar baseado em um entendimento profundo dos ciclos do rio, do manejo eficiente do ambiente e do uso em comum de um território.

O ciclo hídrico do São Francisco, entre cheias e secas, proporciona a essa comunidade a possibilidade de ampliação do seu território, oferecendo uma ilha com a fertilidade

reformada, na qual a comunidade consegue manter um sistema econômico ainda bastante isolado da economia de mercado. Tal fato afasta, pelo menos até agora, o desenvolvimento de formas capitalistas de utilização da mão-de-obra.

Segundo De Paula (2003), ao longo das últimas décadas essa porção do Vale do São Francisco, situada no Norte de Minas Gerais, foi submetida a um intenso processo de transformações, desencadeadas pela ação modernizante do estado brasileiro, que visava o crescimento econômico regional.

No centro dessas, o estado considerou para efeito de planejamento a região do Norte de Minas, incluindo municípios do Vale do São Francisco (Pirapora e Ibiaí) como Região Mineira do Nordeste (RMNe), desta maneira, esta região se transformou em um espaço de transição, pertencente geograficamente ao Sudeste do Brasil, mas por outro lado, inserida “climaticamente” no contexto do semi-árido brasileiro e do polígono das secas, Rodrigues & Oliveira (2000).

As ações governamentais, especialmente, as implantadas no meio rural, basearam-se, sobretudo, na expansão do modelo da agricultura moderna desencadeada pela Revolução Verde¹, suas repercussões amplamente conhecidas, versam desde um forte processo de mobilidade social do campo para a cidade, passando pela desestruturação de núcleos camponeses e a intensificação dos processos de degradação ambiental.

Segundo Oliveira (2005) a modernização dos latifúndios do São Francisco, envolveu mudanças no padrão tecnológico de produção, nas relações de trabalho e na estrutura de posse da terra. Para as comunidades tradicionais, além dos impactos sociais, a questão ambiental,

¹ A Revolução Verde foi instituída na década de 1950, como um conjunto de medidas idealizadas para salvar a agricultura no mundo subdesenvolvido. Esta revolução, desenvolvida nos EUA, caracterizou-se pelo desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria de sementes e a intensa utilização de insumos químicos e de maquinários, gerando uma agricultura altamente tecnificada. Sua aplicação depende fortemente de capital, este concentrado nas mãos de poucos, e não disponibilizado para a população rural de pequeno porte, por programas de financiamento governamentais.

talvez seja a face mais desastrosa dessa política, uma vez que as consequências atingem fortemente as populações que dependem dos recursos naturais.

Dados presentes em Oliveira (2005) indicam que o rio já perdeu 95% da cobertura vegetal que o margeavam. Segundo a autora, calcula-se que 18 milhões de toneladas de solo caem na calha do São Francisco por ano. O assoreamento se tornou um problema crônico, já quase impedindo a navegação entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA).

Somado a este quadro dramático, o desenvolvimento industrial da região e de outras regiões a montante, drenadas pelo rio, incluindo o seu tributário o rio das Velhas, tem submetido o sistema hídrico a uma carga de efluentes que lentamente comprometem a qualidade e a saúde de suas águas.

Recentemente o Vale do São Francisco vê-se envolvido em uma outra polêmica que reacendeu as discussões em torno do rio da integração da nacional, Santos & Oliveira (2006) a possibilidade eminente da transposição de parte de suas águas para estados do nordeste que sofrem com a escassez de água.

É nesse quadro complexo que este estudo se insere, com o intuito de mostrar como uma comunidade vivendo entre a tradicionalidade das relações com o território e, ao mesmo tempo, é abalroada por um turbilhão de processos externos que afetam diretamente seu modo de vida. Pois, ela vê o sertão que habita ser transformado paulatinamente em uma região artificializada e todas essas transformações que afetam o rio São Francisco, seu lugar de vida e sua fonte de identidade.

Neste sentido é importante compreender como esses camponeses da comunidade de Barra do Pacuí, percebem, sentem, representam e atuam sobre o meio ambiente em que vivem e trabalham, visto que esse é o objetivo central desta pesquisa.

Para tanto a presente dissertação foi dividida em quatro capítulos: no primeiro, apresentei a introdução ao trabalho, na qual delineei um panorama geral do estudo, inclusive

os seus objetivos. Neste capítulo descrevi os aspectos relativos à metodologia, às técnicas e os procedimentos adotados na condução do presente trabalho.

No capítulo 02, desenvolvi o arcabouço teórico que subsidiou as análises, versei sobre conceitos acerca da questão ambiental, da relação sociedade e meio ambiente e da constituição simbólica e econômica das comunidades tradicionais, elementos caracterizadores de uma sociedade camponesa. No referido capítulo trabalhei ainda, o conceito de espaço, tendo como referencial quase que exclusivamente as formulações de Milton Santos.

O objetivo central do capítulo foi situar dois campos teóricos bastante afastados, de um lado a estrutura das sociedades camponesas e do outro a abordagem técnico-científica na configuração do espaço geográfico atual. Por considerar que ambos encontram ressonância em nosso campo de pesquisa, uma vez que apresento no final do referido capítulo, um mundo rural no Brasil, incluindo o Norte de Minas, constituído de uma realidade multiforme, na qual a mais moderna agricultura praticada em bases de alta racionalidade capitalista constrói o espaço geográfico lado a lado das ditas, sociedades camponesas, convivendo e disputando territórios.

No capítulo 03, realizei uma dupla abordagem. Na primeira etapa tomei como informante a obra literária de Guimarães Rosa, para descrever aspectos geográficos do sertão, construindo um quadro de referência entre gentes, cenários e cenas de como o literário retratou as vidas e compôs a realidade sócio-espacial que, em alguma medida, ainda é um pouco da que presenciei nessa pesquisa. Em um segundo momento, busquei em estudos regionais e dados de campo, mostrar como esse sertão foi se transformando por meio da ação do Estado em uma região artificializada.

Finalmente, no capítulo 04, realizei o que chamei de uma “geo-etnografia” da Barra Pacuí, demonstrando os saberes e as práticas de produção no trabalho em escala camponesa, as formas de espacialização da terra por meio das relações da vida e do trabalho produtivo,

além de analisar o manejo do ambiente, a percepção da comunidade, o processo produtivo local, as relações sociais de trabalho, a produção e a repartição dos lugares na comunidade.

Pode parecer estranho que em um trabalho de tal natureza eu tenha realizado um “intervalo” colocando um escritor da região, João Guimarães Rosa, como meu interlocutor. No entanto, creio estar seguindo aqui tendências bastante atuais e renovadoras nas Ciências Sociais. Lembro-me do antropólogo Clifford Geertz (1989) que considera a pesquisa etnográfica na “leitura de leituras”. Neste caso pareceu-me coerente e oportuno inserir passagens de um conto de um reconhecido escritor regional como dado efetivo de pesquisa. E, então, a partir dele tentar reconstruir um olhar sobre o sertão literário roseano.

1.1 – Aspectos sobre a metodologia de investigação

O processo de construção metodológica da pesquisa se deu por uma dupla obrigação: em primeiro lugar, a necessidade de refletir e sistematizar a riqueza que é a experiência de uma pesquisa, em termos de alegrias, de angústias e de construção sensível e compartilhada do conhecimento; em segundo lugar, para informar ao leitor quais os procedimentos que adotei. Quais percalços, dificuldades e soluções encontradas no transcorrer desse período.

Dado o desafio que se impunha, o método de investigação baseou-se em uma interconexão de técnicas e ferramentas de pesquisa inspiradas em vários campos do conhecimento. Noto que há uma grande diferença entre a “pesquisa que realizei e a pesquisa que pretendi fazer”, em virtude de um processo de amadurecimento pessoal frente às dificuldades e as angústias que vivi e sigo vivendo como pesquisador.

De uma maneira geral, busquei inspiração, nos estudos e reflexões produzidos por Brandão (1995, 1999), no qual o autor faz considerações acerca da pesquisa enquanto um processo, em que o pesquisador interage **com** e **na** pesquisa, isto é, como “eu” participo da pesquisa que desenvolvo.

Devo fazer referências a outros autores que se dedicaram aos estudos de comunidade, em especial a Malinowski (1978), ao propor um esquema metodológico para tentar compreender a realidade a partir de análises que adentrem o universo da cultura, em suas múltiplas interfaces e interações, segundo ele, os objetivos só podem ser alcançados quando a pesquisa consegue abarcar as dimensões da vida: Malinowski (1978) sugeriu a seguinte estrutura:

1. **O esqueleto**, o estudo dos fatos concretos, pode ser conseguido através do levantamento de dados (censitários, produção)
2. **A carne e o sangue** referem-se ao modo cotidiano de vida e trabalho.
3. **O espírito**, trata – se do estudo do pensado, isto é, da reflexão dos sujeitos da pesquisa sobre a sua própria realidade².

O trabalho do pesquisador, o material coletado em campo, as leituras e as interpretações devem então conduzi-lo para a compreensão de como se integram essas três dimensões da vida social e comunitária.

Neste caminho, os procedimentos metodológicos devem aproximar ao máximo de uma abordagem qualitativa, trabalhando na perspectiva da prática de observação participante do cotidiano dos moradores, das relações de trabalho, enfim, do modo de vida da comunidade de Barra do Pacuí.

Foi com esta noção que conduzi a pesquisa empírica. Primeiramente realizei uma pesquisa exploratória preparando minha inserção definitiva no campo. Nesta primeira etapa,

² Apesar dos estudos de Malinowski datarem do início do século XX, considero seus apontamentos metodológicos bastante atuais e válidos.

tive o objetivo de promover o reconhecimento. Conversei informalmente com as pessoas que de alguma maneira se relacionavam com a comunidade, para obter informações gerais.

No intervalo, consulte fontes primárias de informações regionais, procedi a um levantamento de bibliografia do ponto de vista local, regional e nacional a respeito do tema pesquisado, com o objetivo de conhecê-lo com riqueza, aprofundando desta forma, o marco teórico da pesquisa e estabelecendo parâmetros básicos das pesquisas sociais, ecológicas, econômicas, geográficas, culturais e antropológicas tentando fazer interagir os saberes acadêmicos e populares.

Após este apanhado geral, realizei a primeira incursão à comunidade em abril de 2007, quando percorri toda a região em estudo. Neste primeiro contado fiz observações e anotações, tendo em mãos uma caderneta de campo. Procurei, ainda, estabelecer laços sociais, com o intuito de encontrar um local para me hospedar, quando da minha inserção para observação mais demorada.

Fora do *lócus* empírico, trabalhei na confecção de roteiros que nortearassem as observações e as entrevistas em campo, além de produzir uma ficha para recenseamento da comunidade.

Na segunda campanha, em maio de 2007, permaneci na comunidade durante 07 dias. Esta experiência de convívio entre os moradores da comunidade foi marcante e definitiva para o êxito da pesquisa, pois representou uma aproximação qualitativa com os sujeitos do trabalho. Pude observar de perto seus hábitos e regularidades cotidianas, além, de construir uma aliança de aceitação com os camponeses.

Antropologicamente, a descrição da situação de inserir se na comunidade, como um estranho que deseja saber algo, poderia nesse caso ser dividida em três categorias de tempo e significância pessoal:

(I) Tempo de chegada - Os momentos da chegada, desde quando coloquei os pés na comunidade até entrar na casa da família que me acolheu. Notei uma diferença imensa no

tratamento ao ser acolhido, tudo que parecia tão estranho aos meus olhos viciados da vida urbana, começa a se descortinar, as regularidades e as lógicas do modo de vida da comunidade foram se evidenciando para mim;

(II) Tempo de estar – logo nos primeiros contatos após acomodar-me, a visita ao bar, um jogo de sinuca e as primeiras conversas, e deram-me a convicção que a pesquisa de fato havia se iniciado.

Lancei mão da caderneta de campo, procedendo a um levantamento detalhado da estrutura física da comunidade, recenseei número de casas, de habitantes, de ruas, aparelhos sociais comunitários, registrei visualmente os tipos de casas, as pessoas e as ruas. Este trabalho estendeu por horas e não foi possível concluir em um só dia, porque sempre tinha que parar e conversar com as pessoas. Logicamente, elas queriam saber o que eu estava fazendo “ali”.

Nas horas vagas, na companhia de um informante, visitei os espaços da comunidade, desde as roças na beira do rio Pacuí ao espaço de plantio mantido na ilha situada no rio São Francisco. Visitei os locais de pesca, de lazer e, também, os espaços não cultivados. Nesta fase, estive munido de um caderno de anotações e de câmera fotográfica para registro visual.

Em um segundo momento da campanha, observei o trabalho na lavoura, presenciei o preparo da terra para plantio e os cuidados na condução da plantação. Observei atentamente os tipos de ferramentas de trabalho utilizadas. Verifiquei e registrei a tipologia dos sujeitos que trabalhavam nas roças, traçando um quadro de referência que possibilitou uma interpretação posterior.

Em seguida, após momentos de reflexão e de leitura sobre as anotações, realizei entrevistas com os moradores. As primeiras foram com moradores do sexo masculino que lidam com a terra, depois com as mulheres (casadas), com os jovens (que laboravam com

agricultura), com os velhos (pessoas de idade que estavam aposentadas, mas que continuavam trabalhando na roça) e, por último, com as crianças.

Realizei as entrevistas, com o intuito de obter um relato, bastante livre dos entrevistados, no geral, foi uma conversa informal, coloquei o gravador para funcionar e pedi que eles falassem sobre as suas vidas na comunidade, sobre o trabalho, fiz poucas intervenções, apenas para retomar a conversa em horas que ela parecia esmorecer ou quando fomos interrompidos. Após concluir os recenseamentos, os registros visuais, as observações de campo e as entrevistas, vivi a terceira categoria da situação que enumerei acima;

(III) Tempo de partida, consistiu-se no último momento da estadia, basicamente consistiu em despedidas e os acordos para o retorno, deste momento em diante percebi que a qualidade da pesquisa de observação estava garantida, pois já havia conseguido conquistar o respeito e o carinho dos moradores.

Com o material em mãos, retornei e iniciei o processo de sistematização, separação e classificação do material visual produzido; procedi, também, a digitalização do material pictográfico (croquis e esquemas produzidos). Desta forma obtive material que foi usado para alcançar os objetivos do estudo.

Contudo, após a análise dos materiais colhidos, dos dados primários serem transformados em tabelas e quadros, das entrevistas serem transcritas e tratadas, ficou a evidente à necessidade da realização de pelo menos mais uma jornada de campo. A interpretação no gabinete trouxe outras questões.

Em dezembro de 2007, realizei a terceira incursão de campo, nesta etapa, georreferenciei o perímetro da comunidade, as áreas de produção para construir um mapa de localização; realizei, mais 3 entrevistas, com moradores que já tinha entrevistado anteriormente para esclarecer questões.

Nessas entrevistas utilizei a seguinte estratégia. De posse da transcrição dos relatos anteriores fui conversando novamente com o entrevistado, re-visitando trechos da narrativa, assim pude qualificar a entrevista e compreender melhor as questões relativas ao tema de estudo; aproveitei essa oportunidade e completei o levantamento fotográfico que estava realizando.

Após completar esta etapa dediquei um tempo elaborando mapas, transcrevendo entrevistas e organizando o material visual. Todo o processo foi fundamental para produzir os dados que sustentam a discussão que realizo neste processo de Pós-Graduação.

No total, produzi 15 horas de gravação em entrevistas, 400 fotografias, croquis, esquemas, calendários de pesca e de agricultura, todo o recenseamento da comunidade, além de produzir, a partir da observação rotinas diárias, calendário de trabalho e quadro da dieta das famílias.

Após esta jornada de campo, realizei um levantamento complementar dos trabalhos acadêmicos que versava sobre o histórico de ocupação regional e a situação atual da vida na beirada do rio São Francisco, em especial, a controversa situação envolvendo a transposição e revitalização.

O êxito dessa investigação está relacionado com fato de ter me aproximado muito da prática de observação participante, sendo que os cadernos de campo, imagens, mapas, croquis e as entrevistas se constituíram instrumentos valiosos e nos acompanharão em todo percurso norteando a própria coleta de dados.

Nessa pesquisa, em especial, três fatores básicos facilitaram o trabalho: (I) o fato de eu ser oriundo da região, portanto, fomos percebidos como iguais; (II) o fato de conhecermos bem a área de pesquisa e; (III) mantermos contatos e laços na comunidade. Assim, evitamos problemas de inserção e de aceitação pelos moradores.

02 – PERCEPÇÕES E MANEJO DO AMBIENTE

Neste capítulo pretendo abordar formas de inserção no mundo rural, através da relação decorrente do “se estar” em um lugar, e do como se percebe e se maneja o ambiente que se vive, nos diversos aspectos de sua constituição simbólica e social, tendo em vista o contexto de uma comunidade tradicional.

A investigação científica que realizei tem seu foco analítico no entender como em diferentes contextos de inserção no espaço/ lugar, a natureza, o *espaço natural*, é transformado em lugares sociais por meio da cultura. Como a natureza é, portanto, socializada e passa a se constituir como um ambiente humano integrado ao mundo da cultura. Como a ação humana deixa marcas nos *lugares*, dando-lhes nomes e atribuindo-lhes um sistema de significação em que, através do “nosso sentir, agir, pensar” sobre o mundo natural, modificamo-lo e integramo-lo ao nosso “*mundo de cultura*”.

Neste aspecto é evidente que as práticas produtivas campesinas³ revelam uma maneira muito particular de lidar com a natureza, em que os conhecimentos técnicos, o “como produzir”, aliam-se aos conhecimentos míticos e místicos sobre o mundo natural. Desta forma, no campo dos saberes tradicionais, as ações do dia-a-dia baseiam-se em um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza.

Se pensarmos o verbo “habitar” com amplitude e sentido suficientes, ele nos apontará a forma como os homens realizam sobre a terra e sob o céu sua migração do nascimento para a morte. Esta migração é multiforme e rica em transformações. Ela permanece sempre fundamental para aquele cuja morada se dá entre o céu e terra, nascimento e morte, alegria e tristeza, obra e palavra. Heidegger apud Unger (2001, p.10)

³ Estamos nos referindo à categoria de produtor rural, como o sujeito que lida com a terra, seja ele, proprietário ou não de terra.

Uma idéia que nos vem de Marx lembra que somos seres naturais, mas seres naturalmente humanos. Nós construtores de espaços e de lugares, de terras, de territórios, de casas e nomes de casas. E também de conceitos, canções e teorias a respeito dos tempos e espaços que de algum modo pertencem a nós, na mesma medida em que pertencemos a eles. Brandão (2006, p.03)

Intencionalmente procuramos colocar lado a lado, duas passagens, de Martin Heidegger e de Carlos Brandão para refletirmos de forma introdutória sobre as “motivações” e os questionamentos que fundamentam e justificam o desenvolvimento de nosso trabalho. Ambos estão falando, cada um a seu modo, a seu tempo, no seu espaço e, por que não, em seu “lugar”, da mesma rica relação que, modestamente, pretendo estudar aqui.

Provavelmente nós, os dois autores acima e eu, tenhamos em nossas cabeças algumas perguntas semelhantes, quando refletimos a respeito do fenômeno espaço ou da ação “espaciar/geografizar”. Perguntas como as que formulamos a partir de agora e com as quais seguiremos dialogando. Como habitamos os espaços/lugares? Como construimos socialmente os espaços/lugares em nossas vidas? Quais são as interações entre os espaços da vida social e o ambiente em que estamos inseridos? Elas vão conduzir nossa discussão para entender a natureza da relação entre sociedade e ambiente no mundo rural, através da análise da estruturação do espaço/lugar.

É no jogo das “interações” humanas, das “sensibilidades” e dos “sentidos” que criamos e reproduzimos os modos de vida. Estes são diferentes uns dos outros, no tempo e no espaço e, por extensão, levam-nos a criar no campo das interações sociais os espaços, os lugares, as regiões e os territórios, constituindo a própria “geografia” das nossas vidas.

Estas interações revelam um campo de relações da vida social, passando por questões agrárias, agrícolas e ambientais. São interações que insinuam uma correlação entre as diversas estruturas da vida social rural, como estruturas de posse e usos da terra, em permanente transformação, assim como, estruturas das formas culturais de manejo do ambiente e de

produção, sejam elas, tradicionalmente estabelecidas, ou de alguma maneira já modernizadas, como formas culturais de significação, de percepção e de usos do espaço.

Estas estruturas da vida “vividas e pensadas” geram e consolidam, por sua vez, práticas sociais e espaciais estabelecidas em pelo menos três dimensões. Trabalho aqui com idéias desenvolvidas com Brandão (2006) e, que detalharei de forma mais elaborada nos tópicos que se seguem.

Elas são: (a) formas próprias de percepção e de manejo concreto do ambiente em geral, constituindo uma lógica da natureza; (b) dimensões de conduta social, decorrentes de práticas produtivas, que envolvem relação entre sociedade e natureza, revelando uma ética do ambiente; (c) padrões culturais de socialização da natureza, lidando de maneira específica, com as práticas tradicionais camponesas de uso e apropriação do meio ambiente.

2.1 - As preocupações com o ambiente e o enfoque nas comunidades rurais tradicionais

A problemática da degradação ambiental suscitada inicialmente na década de 1970, alcança hoje em dia um nível de discussão bastante amplo, tornando-se motivo de uma preocupação global. A emergência do debate ambiental, o desenvolvimento de correntes de pensamento, tal como o eco-desenvolvimento de Sachs (1993), a partir dos quais suscitaram pressupostos, como a etnoecologia, Toledo (1996), trouxeram as chamadas comunidades tradicionais para o centro do debate ecológico.

Todas as análises sobre a relação do modo de vida camponês e a natureza, as formas de apropriação e utilização dos recursos naturais buscaram, sobretudo, compreender como muitas dessas comunidades estabeleceram uma relação equilibrada com os ecossistemas nas

quais estão inseridas, adquirindo uma variedade de conhecimentos que lhes permitiram a sobrevivência, sem colocar em risco a própria vida no mundo e do mundo, como está acontecendo hoje com a “sociedade moderna” em que vivemos.

As comunidades rurais tradicionais, como lembra Brandão (2006), sempre foram abordadas em pesquisas científicas, seja por um viés simbólico cultural, seja por uma abordagem sócio-econômica, centrada sobre a configuração das relações sociais, econômicas e políticas que conformam a vida comunitária e individual do sujeito camponês, enquanto representante de um modo de vida peculiar. Isto ocorreu em vários estudos e em todos os campos do conhecimento, como a Sociologia Rural, a Geografia e a própria Antropologia.

Com a evolução da problemática ambiental, o que estamos levantando aqui é uma análise centrada nas práticas camponesas, ou de pequenos agricultores tradicionais, como preferem alguns estudiosos, como fonte reveladora de uma forma específica de manejo do meio natural onde estão inseridas.

As práticas produtivas dos camponeses revelam uma maneira muito particular de lidar com a natureza, elas configuram padrões de conduta em que os conhecimentos técnicos, o “como produzir” aliam-se a códigos culturais de relações entre categorias de povoar e de habitar, bem como, de conhecimentos das ciências populares e de sistemas de crenças míticas sobre o mundo natural e, respondem pelas práticas sócio-espaciais e de produção, como o trato com a roça, por exemplo.

Desta forma, ainda que não seja possível explicar uma série de fenômenos, as ações do dia-a-dia, baseiam-se em um entendimento formulado em diferentes níveis de experiências das relações com a natureza. São maneiras distintas de perceber, de representar e de agir a partir **do** e **sobre** o território, estabelecendo uma associação entre a técnica e o mítico ou simbólico, na execução do trabalho no contexto das comunidades tradicionais, tal como apontado por Castro:

[...] Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas “tradicionais” e no seio de certos grupos agroextrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico. Castro (2000, p. 167)

Essas práticas produtivas são fortemente centradas e focadas em um respeito e equilíbrio, ou, mais precisamente em uma relativa harmonia com os tempos e os ritmos da natureza, sendo os seus fundamentos ligados às dimensões simbólicas da vida social e cultural das comunidades.

Essas dimensões simbólicas podem se referir as situações concretas, como por exemplo, a localização de um cemitério em que estão enterrados os restos mortais de um pai ou uma avó, ou ainda, na existência de seres encantados da natureza (mula-sem-cabeça, lobisomem e outros). São representações e entendimentos coletivos da forma com que a vida é organizada e regulada por instituições sociais complexas ligadas ao próprio universo cultural da comunidade.

2.2 – Cultura: a transformação do espaço em lugar social nas sociedades camponesas

Brandão (2006, 1995), fornece um caminho teórico bastante esclarecedor para interpretações do complexo universo da cultura e do seu inter-relacionamento com os mecanismos da vida social no âmbito das comunidades tradicionais. Para ele, em grande medida, devemos estar atentos à produção social dos lugares. Já que habitamos o mundo, vivemos e convivemos com outros seres entre espaços. Os animais vivem no espaço, mas não o entendem, enquanto, nós os humanos, vivemos **no** e **com** o espaço. Somos, portanto, a única espécie que constrói o espaço que habita, quando, além de nossas casas, construímos também teorias e conceitos a respeito deles e do espaço.

Partimos da mesma relação que enunciamos páginas acima, da transformação do *espaço natural* em *lugar social*, espaço funcional e simbólico, como definido poeticamente por Bachelard (1984) e também, pós-moderna e geo-economicamente por Milton Santos (1999):

Descer na água ou errar no deserto é mudar de espaço e mudando de espaço, deixando o espaço das sensibilidades comuns, entrarmos em comunicação com um espaço psiquicamente inovador. Essa mudança do espaço concreto não pode mais ser simples operação do relativismo das geometrias. Não mudamos de lugar, mudamos de natureza. Bachelard (1984, p. 331)

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Santos (1999, p. 51)

Observamos nas duas citações que os autores estão lidando com um espaço da transformação, Bachelard (1984) enfocando a pura “errância” fenomenológica dos espaços e das sensibilidades, Milton Santos (1999), trabalhando transformações econômicas e técnicas concretizadas no espaço.

Entre objetos, sistemas de objetos, racionalmente dispostos de forma seletiva no espaço para responder às necessidades humanas, quer econômica, quer esteticamente postas, surge o a dimensão da cultura, não como uma construção abstrata e exótica e sim, como uma teia ou uma rede que envolve a vida do homem e suas relações com o ambiente, e que provavelmente constitui o próprio ser humano: sensível, emotivo e objetivo Geertz (1989). É a cultura a responsável pela criação de lugares, regiões ou territórios. Yi-Fu-Tuan (1983) e Carlos Brandão (2005, 2006) apontam neste mesmo caminho. Para Tuan (1983), criamos os lugares quando nos ligamos emocional e afetivamente a uma porção do espaço:

Qual é o papel da emoção e do pensamento na ligação do lugar? Considerem o animal como movendo-se ao longo de um caminho, parando de tempo em tempo. O animal para por uma razão, usualmente para satisfazer uma necessidade biológica importante – a necessidade de descansar, beber, comer, acasalar. A localização da parada torna-se para o animal um lugar, um centro de significância que ele pode defender contra intrusos. Este modelo de comportamento animal e sentimento de lugar é prontamente aplicável aos seres humanos. Nós paramos para atender a exigências biológicas; cada pausa estabelece uma localização como sendo significativa, transformando-a em lugar. O humanista reconhece a analogia, mas novamente está disposto a perguntar como a qualidade da emoção e do pensamento humano dão ao lugar uma gama de significação humana inconcebível no mundo animal. Um caso que esclarece a peculiaridade humana é a preocupação que as pessoas dão aos eventos biológicos do nascimento e da morte. [...] Santuários dedicados ao nascimento e à morte são unicamente lugares humanos. Tuan (1983, p. 02)

O que muda na relação afetiva com o lugar é a densidade e a duração da relação. O espaço é dado à transformação e o lugar à pausa e a estabilidade. Tuan (1983), reconhece três pontos fundamentais para compreensão da relação com o lugar:

- 1 - Se o tempo for concebido como fluxo ou movimento, então o lugar é pausa [...],
- 2 - Se bem que leva tempo para se sentir afeição por um lugar, a qualidade e a intensidade da experiência é mais importante do que a simples duração.
- 3 - Estar arraigado em um lugar é uma experiência diferente de ter e cultivar um “sentido de lugar”. Uma comunidade realmente enraizada pode ter santuários e monumentos, mas é improvável que tenha museus e sociedades para preservar o passado. Tuan (1983, p.218)

O autor chama atenção para que a concepção de lugar perpassa não só a duração, mas a densidade da experiência e a valorização da vivência concreta. Para Brandão (2006), é no

mundo da cultura que encontramos o ponto de interseção para análise do processo de socialização da natureza:

Habitamos, como todos os outros seres vivos com quem compartilhamos provisoriamente o planeta Terra: tempos e espaços. Eles os animais, estão nos espaços que habitam e onde vivem e reproduzem o tempo individual de suas vidas e o tempo coletivo da existência de suas espécies. Nós, os humanos, de uma maneira algo – mas essencialmente diversa – tomamos espaços do planeta que nos são dados e os transformamos para viver neles: Eles vivem nos espaços onde são criados, nós criamos espaços para neles vivermos. Alguém com justiça poderá lembrar que abelhas, formigas e cupins transformam a natureza em colméias, formigueiros e cupinzeiros, cuja arquitetura talvez fique muito pouco a dever a algumas construções edificadas e habitadas pelos humanos. Então será preciso lembrar uma idéia escrita alhures por Marx, quando ele diz que a diferença entre eles e nós está que antes de nós construirmos as nossas casas sobre o chão da terra, nós as construímos nos territórios interiores das nossas mentes. Brandão (2006, p. 2)

A cultura é o traço fundamental que confere tecitura e densidade ao processo social da qualificação do espaço. Carlos Brandão (2005, 2006) poderia chamar a atenção para o papel da “percepção”, da “motivação”, da “sensação” dentro do processo, enquanto Tuan (1983) apontaria a importância da “experiência”. As categorias podem até ser diferentes, mas não estariam os dois lidando com a mesma dimensão de análise? Percepção, motivação, sensação e experiência não são partes integrantes do universo da cultura e são ao mesmo tempo categorias essenciais no processo de construção dos espaços e lugares.

2.3 – O mundo camponês e os lugares sociais: questões teóricas

O mundo do camponês tradicional, regido por uma estreita relação entre a técnica e ambiente é comumente reconhecido por sua estabilidade nas relações e por seus padrões sociais rígidos. A comunidade pode ser definida segundo vários contextos ou dimensões da vida. Ela apresenta também uma relação muito diferente das que são vividas em contextos sociais urbanos, no que se refere ao uso e ao significado do espaço.

Talvez, porque muitas comunidades camponesas - por isso mesmo ainda são consideradas camponesas – se organizem socialmente para produzir e para viver, de forma a evitar o destino anunciado de se lançar inteiramente em uma economia mercado, deixando sobreviverem laços de reciprocidade, Woortmann (1990), de ajuda mútua e de uma prática econômica à margem do mercado, configurando, assim, uma economia do excedente, Martins (1975). Isso não é dizer que o sujeito esteja situado fora do mundo da mercadoria. Antes ao contrário, o que ocorre é uma diferença na forma como a produção campesina se insere no mercado.

Martins (2002) expõe as diferenças entre a classe social camponesa e operária, mostrando que o sujeito social camponês, diferentemente do operário urbano, não surge como um produto das relações desiguais entre classes (em termos de compra e venda de força de trabalho). O camponês só pode ser entendido dentro de um circuito amplo de relações com a terra. É através dos usos da terra, como solo produtivo que o camponês produz.

Diferentemente do operário e de outros tipos de trabalhadores, gestados dentro de relações capitalistas de produção, o camponês é um produto tangencial de mercadoria. Isso equivale dizer que a intenção do agricultor, vivendo em uma situação campesina, não é a de produzir mercadorias, mas sim, produzir bens necessários à reprodução de seu modo de vida.

A apropriação dos resultados do trabalho camponês é feita no momento em que ele precisa se relacionar com o mercado, no sentido de obter produtos que ele não produz na sua unidade interna, ou que não é realizado dentro da comunidade e entre os seus, no interior do círculo próximo de sua vida (os parentes).

A exploração camponesa, não é, portanto, realizada nas relações de trabalho, como ocorre com os demais produtores, mas sim, na apropriação de sua produção. Martins (1975) sugere que a economia camponesa estrutura-se segundo uma lógica própria.

Para o autor, o campesinato brasileiro não produz apenas sua subsistência, o que poderia caracterizar uma economia “natural”, para ele, típica das sociedades indígenas, e sim, um sistema de auto-exploração continuada em que o produtor, através da técnica, do conhecimento e da natureza/ambiente, produz para além de suas necessidades. Produz a sobra, o excedente, entrando no circuito de trocas de duas maneiras:

1 – Em um espaço “de dentro”, em relações na própria comunidade, em que as trocas são por produtos equivalentes, sendo que o que está em jogo são produtos diferentes, mas importantes para reprodução. O valor usado como medida é o valor social da equivalência, sem mediação do capital. Ali no espaço próximo, onde depois da colheita do feijão, a família pode conseguir, por exemplo, farinha com um parente ou um vizinho.

2 – No espaço “de fora”, onde os produtos não são trocados, agora sim, comercializados, aparecendo o capital como mediador das relações. A qualidade e o tipo da relação são diferentes. Por exemplo, “entre camponeses tidos como iguais, quase parentes, as relações de trocas comerciais” o “negócio” Woortman (1990), o lucro, não são tidos como algo bom. Mas são bem visto no caso do “negócio”, quando as permutas são realizadas por sujeitos diferentes, quase sempre desiguais: comerciante x agricultor, empregado x patrão, rico x pobre, normalmente em ambiente urbano.

Na realização da produção do excedente, o produtor para conseguir aumentar a quantidade produzida intensifica o processo de exploração em três dimensões:

- A da sua propriedade, aumentando a área em produção;
- A de si mesmo e de sua família, estendendo a jornada de trabalho;
- A da degradação das condições sociais de vida (casas normalmente precárias, deterioração das vestimentas);

A auto-exploração continuada dos meios de vida da população camponesa é necessária, para a manutenção do modelo urbano / industrial e da produção tipo exportação (soja, milho, cana-de-açúcar) do agronegócio nacional. Como a média salarial nacional é muito baixa, os gêneros alimentícios destinados à alimentação dos “operários” da cidade, que não produzem o seu meio de vida, que necessitam, então, realizar “negócios” para conseguir seu alimento, não suportariam um aumento da qualidade de vida de quem produz tais gêneros alimentícios, já que certamente ocorreria aumento nos custos dos alimentos.

A produção econômica dentro da organização camponesa está sujeita a ocorrência de fatores variáveis, Woortmann (1983), ao estudar a composição e articulação dos espaços produzidos no interior do sítio camponês, mostrou que existe uma lógica que orienta o trabalho camponês.

Ao decompor a gramática de classificação e dos usos do espaço, a autora revelou a complexa organização da vida camponesa como um todo, às várias estratégias e adaptações possíveis que podem ser acionadas no plano da vida e do trabalho para responder contingências e mudanças às quais, a própria reprodução enquanto classe está submetida.

Estudando o campesinato parcelar do Nordeste em face de um processo de intensa pecuarização, Woortmann (1983), mostra como este processo submeteu os camponeses locais a uma situação de diferenciação espacial dos seus sítios para permitir a sobrevivência e a sua reprodução. Os camponeses viram-se forçados a passar do modelo antigo da articulação de

espaços como, o mato, a capoeira grossa, a capoeira fina, a roça e a casa, em que se combina a criação de gado, a extração de madeira e a agricultura de pequena escala em um regime de períodos curtos de plantio e períodos longos de “pousio”, para descanso da terra, para um modelo novo ou “chão de roça” e dos seus espaços: capoeira fina, palma, pasto e roça.

Nesta situação, o sítio foi submetido a um processo de intensificação do uso do solo que favorecia em longo prazo a introdução praticamente hegemônica do gado em detrimento da reprodução parcelar da roça do sistema de plantio / descanso, Woortmann (1983, p.194 – 203).

Detendo-nos ainda sobre o trabalho de Woortmann (1983), podemos destacar como é importante neste momento o caráter e o valor que o espaço rural tem para o sujeito camponês, em oposição aos seus significados no espaço urbano. Mais do que o termo “terra de trabalho x terra de negócio”, Martins (1975), o uso do espaço camponês aponta a apropriação produtiva do solo como um meio para obtenção da vida.

A articulação entre “natureza” e “sociedade” camponesa gera elementos vivos e meio de vida social. Enquanto o solo para a sociedade urbana é utilizado, apenas, para gerar elementos mortos (concreto, asfalto, outros materiais) para produzir abrigo, os elementos de vida precisam ser obtidos na degradação da natureza.

Brandão (1995) sugere um intrigante jogo de regras de uso dos espaços, que refletem uma “lógica da natureza” nos sistemas de significação do ambiente e uma “ética ambiental” contida nas práticas produtivas camponesas. Tudo isso podendo ser evidenciado na construção cultural dos lugares:

Se entre o rancho e casa os espaços domésticos são apenas precariamente individualizados, são muito marcadas outras gramáticas simbólicas de separação entre categorias de pessoas através de presenças e usos desiguais em/de espaços diferentes. Assim, há locais domésticos mais masculinos, outros mais femininos e outros aparentemente neutros. Brandão (1995, p. 187)

O autor mostra como é realizada a produção espacial dos lugares individuais no mundo rural, e como é que ocorrem, por intermédio das experiências de vida e do trabalho, as diferenciações sociais dos lugares. Assim, através do seu trabalho poderemos verificar que quem cuida do pomar são normalmente as mulheres, e que os homens podem freqüentar a mata/floresta, sendo que os lugares de trabalho, o pasto e o mangueiro, são espaços mais masculinos.

É todo esse jogo interessante de categorias que vêm do mundo popular para o mundo da ciência, como o “aqui”, o “acolá”, o “onde”, o “lá”⁴ e que podem nos dizer muito sobre como as pessoas constroem, no dia-a-dia, os seus sistemas de significação e de compreensão em relação a natureza e ao espaço, fundando uma cartografia pessoal, que revela a essência desta outra categoria tão lembrada e ainda misteriosa, que chamamos de *percepção ambiental*.

A importância da relação com o ambiente na comunidade rural tradicional está associada com o tempo, com o modo como elas se inserem no espaço/lugar e, com as formas tradicionais de trabalho. O conhecimento tradicional, como o “saber” / “saber-fazer”, tem nítida consonância com o mundo natural e sobrenatural, sendo gerado no âmbito da sociedade não urbana / industrial, e transmitido oralmente de geração a geração.

Observamos em vários trabalhos que usando termos do momento nas relações/interações *sociedade e ambiente* ou *natureza e cultura*, há uma centralidade da categoria “trabalho” como mediador das relações com o ambiente e com o território, bem como as múltiplas dimensões que ele encerra, combinando elementos técnicos com os mágicos, com o ritual, com o simbólico.

Woortmann (2004) trata deste enlace entre a técnica, o simbólico e a natureza no mundo rural tradicional, como os elementos estruturantes da vida social camponesa e de sua relação com o local em que se vive. Para ela, existe um dado de identidade fortemente

⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos:** Escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Brasília: MMA, 2005.

vinculado ao lugar da vida. Nas palavras de Brandão (2004 a), tudo isso constitui o “*ethos*” camponês no modo de ser e de agir com a natureza.

Até aqui, concentramos nossa atenção em levantar e discutir pontos, importantes para uma análise do mundo rural tradicional tendo, como caminho o entendimento das relações entre natureza e cultura. Para tanto, fizemos uma breve revisão teórica dialogando com múltiplos autores, estudiosos do mundo rural ou não, que em suas pesquisas, trabalhos, livros formulam conceitos e entendimentos com os quais lidamos e procuramos extrair uma síntese de pensamento para fundamentar nossos argumentos.

Procuramos levar em consideração o papel da cultura no mundo rural como criadora de sistemas de representação e de significação constantemente criados e recriados em um ajustamento da vida social do camponês. Abordamos a qualificação dos espaços naturais e a sua transformação em espaços culturais, revisitando a questão do sentimento, do afeto e a inter-relação com a dimensão simbólica e, por último, debatem sobre a vida social camponesa situada entre os seus espaços/lugares sociais.

2.4 – O conceito de espaço e a natureza da natureza

Nosso objetivo nos tópicos que se seguem é entender a formulação do conceito de natureza presente na obra de Milton Santos (1999); seus alcances, seus limites e as implicações de sua utilização. Para tanto, partimos da análise do desenvolvimento do conceito de espaço e suas articulações com a noção de natureza “artificializada”.

Em um segundo momento, apresentamos a questão da totalização e a necessidade de se criar um conceito para explicar a natureza enquanto espaço criado pela atividade humana.

Em seguida, discutimos o meio natural como o substrato da vida, a homogeneização do espaço geográfico e a articulação de *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*.

Procuramos analisar ainda, o espaço atual, o fenômeno das redes, o desenvolvimento da ciência e a construção dos ambientes. Finalmente, apresentamos nossas impressões sobre os limites e os problemas criados pela utilização do conceito de “ambiente construído” ou “natureza artificializada”, tal como eles nos parecem úteis em nossa pesquisa.

Este tópico é fruto de leituras “densas” e de reflexões sobre o livro “Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção” de Milton Santos (1999). Procurei analisar o conceito de natureza tal como formulado pelo autor ao longo do livro, e os argumentos utilizados para dar coerência à sua teoria.

Milton Santos (1999) estabelece um conceito de espaço geográfico que dê conta de explicar a emergência da sociedade atual, globalizada, acelerada, fluida, com nós e conexões que criam os espaços do mundo e fora do mundo⁵.

Ele nos apresenta a noção de espaço como *conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*, isto é, um espaço que seja o fruto das intencionalidades humanas, “geografizadas” ou distribuídas pelo planeta.

Buscando a coerência interna para o conceito, Milton Santos define categorias analíticas que sustentarão suas argumentações, entre elas: a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo e a noção de formas-conteúdos.

O conceito deve necessariamente abranger, através da articulação de suas categorias analíticas, todo o campo do conhecimento, neste caso o fenômeno do espaço geográfico. Milton Santos (1999) procura, através de um processo de totalização, fazer com que os seus argumentos cubram o maior número de pontos possíveis do fenômeno geográfico.

⁵ Refiro-me aqui aos satélites artificiais e as estações orbitais fora do globo terrestre.

Ele trabalha a idéia de *natureza historicizada*, como forma de abarcar o espaço na sua totalidade. No decorrer do seu trabalho encontramos expressões como: *natureza artificializada* e *ambiente construído*. Estas noções vêm cada vez mais se impondo à sociedade, tornando-se hegemônicas.

Houve um momento em que a “natureza natural” era o meio sobre o qual se desenvolvia o espaço geográfico. Mas ele foi paulatinamente suplantado pela técnica até chegar a se configurar como o meio técnico-científico-informacional. Um meio em que a técnica suplanta todas as forças da natureza, criando as condições de desenvolvimento das atividades humanas, inclusive, substituindo a “natureza natural”.

Vivemos neste florescer do século XXI, a busca de uma re-construção de um conceito de espaço que consiga explicar coerentemente as características do sistema social vigente. Para David Harvey (2001), estamos desde 1972 na plena pós-modernidade, sob um processo capitalista de *acumulação flexível*. Vivemos um tempo diferente de se habitar o mundo. Produzimos e reproduzimos um espaço geográfico diferente daquele que se vivia, e sob o qual se desenvolveu um vasto aporte teórico da Geografia no século XIX, de La Blache a Ratzel. Tentando apreender e teorizar este espaço, Milton Santos (1999) formula um conceito de espaço geográfico, reclamando a posição do ser – humano, enquanto único produtor deste espaço.

O autor entende como objeto todos os produtos de uma elaboração social, ou como uma construção cultural humana. À primeira vista, esta formulação, criaria um problema em relação aos objetos de origem natural ou *coisas*, como denominou o autor, que ficariam certamente excluídas desta classificação, portanto não compartilhariam o espaço geográfico. Estamos pensando aqui em objetos como a rocha que serviu e ainda serve como arma, por exemplo. Para dirimir tal ambigüidade de classificação, Milton Santos (1999) procura atribuir

valor de objeto às *coisas* provenientes do “mundo natural”, ou seja, a idéia de “desnaturalização da natureza” ou de “socialização da natureza”.

Aos olhos do geógrafo, a dispersão dos objetos pelo mundo, bem como a sua articulação funcional e simbólica com outros objetos, cria o *sistema de objetos*, e é isto o que deve ser analisado como parte fundadora da noção de espaço. Espaço que em Milton Santos é:

[...] tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. Santos (1999, p. 59)

Por sistema de ações ele concebe todo o processo de criação humana. De uma forma simplificada, poderíamos aproximar a idéia de ação, como a eterna caminhada que o “ser - humano” segue pela estrada da humanização do homem. Nesta jornada o homem foi se adaptando biologicamente ao seu mundo e foi modificando o meio natural:

A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. (Ibid., p. 67).

A conceituação proposta por Milton Santos, considera que o homem age sobre o espaço primeiramente para suprir suas necessidades de sobrevivência e, em segundo, para responder a um modo de produção capitalista em expansão, desta maneira, o espaço geográfico é construído através da ação humana.

Na formulação de ações, Milton Santos a ação técnica é separada do simbólico. Assim existiria um agir técnico e um agir simbólico. O primeiro está ligado a ordens racionais, enquanto o agir simbólico confunde-se com as formas culturais de apropriação e utilização da técnica.

Em sua estruturação conceitual, o agir técnico, enquanto formador de objetos e de transformador da natureza aparece como central na construção do espaço geográfico. Mesmo

que a ação técnica responda em grande medida, ou em todas as medidas, às motivações simbólicas culturais, para Milton Santos é a ordem racional aquela que hoje em dia mais intensamente cria e recria os espaços.

Essa ordem formal expressa pela técnica deve ser entendida como a própria capacidade humana de criar marcas e “geografizar” a terra. E tudo isso parece ser adequado para os tempos que vivemos, na era da globalização e dos mercados transnacionais, dos fluxos intensos de informações e do dinheiro em que até o próprio tempo parece ter se acelerado.

Ao atribuir a gênese do espaço geográfico à união dos dois sistemas acima mencionados, Milton Santos acaba por conferir ao homem o título de construtor do espaço geográfico. No limite, apenas o ser – humano tem a capacidade de agir, de criar e de usar intencional e socialmente objetos. Assim, cabe-nos reconhecer um problema na formulação de Milton Santos. Ele pode ser expresso assim: como classificar aquilo que não está concebido nem como sistema de objetos, nem como sistema de ações? A natureza, enquanto espaço, existe concretamente na formulação do autor?

Minha explicação para essa possível incoerência é que o problema em questão está ligado à dificuldade de totalização do espaço geográfico, enquanto espaço mundial, reclamado por aqueles que defendem uma globalização total, recobrindo o mundo inteiro e nele criando um só espaço. Um espaço regido pelo domínio de tecnologia sob o controle do capital.

Quando o local e o global interagem intimamente, como é comum na “sociedade pós-moderna”, ela se torna uma sociedade mundializada, das redes, dos “multiterritórios”, dos fixos e dos fluxos. Um mundo social que pretende colocar no esquecimento conceitos importantes como lugar, tradição, pertencimento, solidariedade, formadores de outra experiência de mundo, diferente da noção que os defensores da pós-modernidade têm em sua percepção.

A sociedade pós-moderna lida apenas com uma face da moeda, a dos “privilegiados”, os desfrutadores dos ritmos da vida que o capital proporciona, aquelas pessoas que usufruem dos benefícios da tecnologia, a qual confere possibilidade de superar grandes distâncias em um tempo acelerado, ou conectarem ao mundo com apenas um “*click*” no “mouse” de seus “*laptops*” cada vez mais modernos.

2.4.1 - A noção de totalidade e artificialização da natureza

Sempre foi recorrente a ambição humana de conhecer, conceber e apreender o real. No capítulo, “**O espaço e a noção de totalidade**”, Santos (1999) nos abre o caminho para uma compreensão de totalização. Ele sugere que o espaço geográfico seja entendido em seu todo⁶, inclusive pela análise das partes do seu conjunto.

Estamos diante do problema da totalização do espaço geográfico, muitas vezes evitado por outros teóricos da Geografia. Geografia esta que deve se abrir ao desafio de propor uma visão totalizante do mundo, e que, para tanto, precisa construir uma filosofia menor, uma verdadeira “metageografia” com um arcabouço conceitual que lhe permita enxergar com lentes próprias a realidade particular que deseja apreender.

⁶ Isto não significa que o autor ignore a discussão entre todo e parte.

Hoje, a questão se coloca com mais acuidade e urgência. O mundo se globaliza e há, mesmo, quem fale num espaço global. Se esta última asserção suscita dúvidas, não há como deixar de reconhecer a emergência dos espaços da globalização. Além disso, graças aos progressos conjuntos da ciência, da técnica e da informação, a noção de totalidade permite um tratamento objetivo. Santos (1999, p. 92)

Examinando a questão da totalidade, Santos (1996) distingue, entre Sartre e Merleau – Ponty, a diferença entre totalização como processo, e totalidade enquanto estrutura. É por este caminho que ele elabora a noção de “espaço espacializante” e “espaço espacializado”, como um produto da movimentação do real dotado de um processo ou de uma historicidade sempre incompleta, sempre por acontecer:

A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar – se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço. (Ibid., p. 96)

A totalidade do real espaço-temporal é o resultado de um acontecer histórico, um permanente criar e re-criar novas formas através e a partir das velhas. Um novo processo de totalização cria uma nova totalidade.

A totalidade geográfica é então, uma possibilidade permanente, uma convivência em que o real – abstrato torna-se real – concreto, a partir das formas sociais, nas quais a existência concreta só se realiza como um conteúdo social. Neste ponto, cabe-nos questionar se a natureza não existe como realidade concreta fora de um conteúdo social.

A sociedade cria conceitualmente a natureza, transformando a natureza natural em natureza criada e historicizada? Dialogando com Brandão (2006), percebo que o erro esteja em considerar que tudo possa ser excessivamente objetivado e desnaturalizado. Redes, fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ações existem em si mesmos, tanto quanto as “coisas da natureza”, ou a “própria natureza”.

Tempos-espacos existem em si mesmos, fora e al3m de n3s. Existiram no Universo antes da Terra antes da vida; existiram na vida antes de n3s. Se a esp3cie humana deixar de existir sobre este planeta errante, em algo entre um e dois milh3es de anos 3 prov3vel que sinal algum dos tempos de nossa passagem entre os espacos naturais da Terra reste, como sinal de nossa presen3a, de vossa viv3ncia deles e de nossas intera33es com eles. Inclusive as a33es essenciais de labor e de trabalho com que ao longo dos mil3nios ou transformamos.

Interagir com os espacos-dados-do-mundo e transform3-os para criar os espacos da *vida* (a minha vida pessoal, a nossa vida coletiva, a vida planet3ria da esp3cie humana, a vida de outros seres na Terra) e para transformar os espacos naturais do *mundo*, implica que pelo menos existencialmente lidamos com tempos e entre dimens3es do espaco que escapam de n3s. Brand3o (2006, p.9-10) grifos do autor.

Lidando com espaco e tempo, Brand3o (2006), reflete sobre algo que parece ter escapado 3 an3lise de Santos. Tal como o espaco da *natureza*, enquanto fluxo de energia que sustenta a pr3pria vida na Terra (inclusive a do ser humano), que precede ao pr3prio ser humano e suas realiza33es e, apesar das agress3es que a produ33o dos “sistemas de a33es” e de “objetos” vem ocasionando 3 natureza ou o ambiente, ela provavelmente resistir3 3 presen3a do ser humano.

Procurando tratar este assunto de maneira global ou total, Santos (1999), elaborou uma vis3o de natureza ou ambiente considerada como algo, em grande medida, produzido pela sociedade e logo, pela a33o humana. Seja como produto, seja como a sua forma de utiliza33o social, a natureza 3 apropriada e significada pela cultura.

Assim, n3o haveria em nenhum recanto da superf3cie terrestre qualquer por33o de natureza que n3o fosse um produto direto ou indireto das realiza33es do ser humano. Essa submiss3o 3 sustentada, quando consideramos literalmente o conceito de espaco presente na obra aqui apreciada. Vejamos a sua op33o em reconhecer a a33o do homem na cria33o da natureza como conceito:

Ser3 adequado aproximar dessa no33o a id3ia de espaco espacializante e espaco espacializante (...), ou retomar de Feuerbach as express3es *natura naturans*, *natura naturata*, esse par contradit3rio e complementar que revela a marcha da hist3ria e as rela33es da sociedade com o meio? Apenas a natureza se tornando natureza e a

natureza feita natureza já não são mais a natureza natural, mas a natureza historicizada. Santos (1999, p. 95)

Em decorrência, Milton Santos (1999) identifica a existência de um meio geográfico inicial que ele denomina de meio natural. Este seria o estado em que o homem achava-se aprisionado pela natureza, enquanto ela se impunha como determinante da vida. Nesta fase não haveria ainda a predominância da técnica. Esse meio natural era usado sem que ocorressem grandes modificações ou alterações naturais.

Com o progressivo incremento das técnicas, houve uma fase intermediária, a do meio técnico, quando o espaço já seria então composto por objetos materiais e artificiais. Um novo meio surgiu então, no início da década de 1970⁷. Período que Milton Santos (1999) denominou de meio técnico-científico-informacional, tendo como característica central uma profunda interação entre técnica e ciência (ou tecnociência). Entre outras coisas, esta fase corresponde a uma maior intensidade da globalização:

Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. Santos (1999, p. 191)

Com efeito, a existência do meio técnico-científico-informacional produziria espaços cada vez mais artificiais ou artificializados:

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, está na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato. Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifícios. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural. Santos (1999, p. 190)

⁷ Curioso lembrar que, esta data coincide com início da pós-modernidade segundo David Harvey (2001).

O próprio mundo rural seria de agora em diante marcado pela existência de materiais plásticos, colorantes, insumos e artifícios que não existem naturalmente. Esta progressiva artificialização tende a destruir e substituir o mundo natural, fazendo emergir o conceito de “ambiente construído”. Isto se associa à idéia de *rugosidades*, que seriam então o restolho passado enquanto forma. Assim, tudo tenderia a um ambiente construído ou artificial:

O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais. Desse modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer suas funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. Santos (1999, p. 113)

Por este caminho, não estaria o debate ambiental descaracterizado em sua relevância? Creio que sim e que não. Pois supor um meio ambiente construído e ou artificializado é corroborar com os que concebem um mundo desencantado e exacerbadamente racionalizado. O caminho é uma vez mais, seguir as idéias de Brandão (2006), no momento em que ele trabalha os conceitos de cultura e natureza. Ou seja, pensar um espaço que exista por que é criado na intersecção entre a natureza e a cultura e, não somente no mundo da cultura, estando assim, sendo sempre construído e ao mesmo tempo por se fazer.

Aberto a novas possibilidades, que podem até significar o retorno a um estado de “espaço” anterior. Os Espaços do mundo e *espaços humanos e sociais do mundo e da vida*. Brandão (2006) ressalta duas idéias coerentes e aparentemente não visitadas por Santos (1999).

A primeira é a de que espaços não são “coisas”, não são domínios cerrados e estáticos de relações. Eles são contextos multifacetados e dinâmicos de eixos de interações, feixes de trocas, sistemas interconectados de intercâmbios, enfim, campos de relações entre as formas e as forças da natureza, da vida e da presença humana no mundo.

A segunda idéia é de que tanto a natureza “natural” (a começar pelos nossos corpos) quanto a natureza socializada (a começar pelo que fazemos de/com os nossos corpos), espaços não são “o que aí está”, mas o que foi e pode ser sempre construído

pela ação da natureza, da vida sobre ela e da interação humana com/entre elas e entre as diferentes categorias de atores sociais. Brandão (2006, p. 11 – 12)

Dizer isso é reconhecer o papel importante que a natureza teve e segue tendo na formação da cultura humana. Em grande medida é ela, a cultura, responsável pela leitura qualificadora que fazemos sobre os espaços do mundo.

2.5 – Hoje as redes no mundo e o espaço artificializado

Seria o conceito de rede atualmente utilizado, uma construção do mundo “pós-moderno” ou, como prefere Milton Santos, do “meio técnico-científico-informacional”? Ele distingue duas grandes matrizes interpretativas para o fenômeno das redes:

A – A que considera a rede apenas na sua realidade material, retratando a infraestrutura criada que permite o transporte da matéria, de energia ou de informação e, que se inscreve sobre um território.

B – A que considera a rede como social e política, através das mensagens, códigos sociais e valores que a freqüentam.

O autor afirma que considerar a rede sem um conteúdo social implica em tirar dela a sua materialidade, isto é, torna-lá uma mera abstração. Tanto que para as “coisas” ou “sistemas naturais”, o termo rede deva ser substituído pelo termo “circuito”. Todos os objetos criados hoje em dia, favorecem a instalação e funcionamento das redes, otimizando-as, artificializando-as, buscando sua fluidez total.

Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopolos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que ele “circulam”. Santos (1999, p. 218)

Tudo se passa como se a economia dominante devesse, incansavelmente, entregar-se a uma busca desatinada por fluidez. Aqueles que reúnem as condições para subsistir,

num mundo marcado por uma inovação galopante e uma concorrência selvagem, são os mais velozes. (Ibid., p.219)

Uma busca desatinada por uma cobertura total de todos os pontos da terra destrói os espaços naturais de convivência, onde tudo é convertido, tudo é negociado, tudo é re - partido. Vivemos a sociedade em que se vendem e se compram porções do espaço, se não o próprio espaço total, seja ele de que natureza for.

Criam-se edifícios verticalizados, produzindo uma realidade fora da realidade material e social. Uma realidade construída em que o prazer vem do passeio no final de semana ao “*shopping center*”, ou às salas de bate-papo na internet onde se finge uma vida que não é a sua ou ainda dos sites de relacionamento. Tudo pode ser convertido? Tudo pode ser construído? Tudo o que é “*sólido desmancha no ar*”? Inclusive o mundo natural, os animais, as plantas? Podemos criar tudo artificialmente? Haverá um dia, quem sabe, produção de água e de ar artificiais?

O movimento para racionalização da sociedade que teve início com a revolução industrial foi, pouco a pouco, ocupando todos os recantos da vida social e chegou, passo a passo, ao patamar que se vive hoje em 2006. A isto Milton Santos (1999) chama de uma completa racionalização do espaço geográfico, pela imposição do meio “técnico-científico-informacional”.

Nesta racionalização do espaço o meio natural foi progressivamente substituído pelo meio técnico. Os espaços são hoje, construções humanas. O espaço geográfico tal como ele se encontra é hoje um espaço total. Admitir essa noção é concordar com supressão da natureza natural por uma natureza *artificial* ou *historicizada*.

Na verdade, não podemos deixar de reconhecer que há realmente um movimento expressivo em direção a um mundo de espaços construídos. Construções de jardins artificiais, parques temáticos e os próprios *shoppings centers*. Eu chamaria essas construções de “virtualidades”, ou seja, locais desprovidos de essências, que sobrevivem apenas na sua

aparência, sem fluxos de energia. Modos descartáveis de **ser** e de **existir**. Reconhecer não significa, no entanto, aceitar como única esta conceituação.

Em primeiro lugar, existem espaços concretos nos recantos da terra que não são criações sociais. Pensemos neste momento nos oceanos, na Antártida, no Pólo Norte, nas florestas pouco modificadas, nos vulcões e nos tantos outros exemplos. Como classificá-los?

Mesmo nos espaços considerados “naturais” e que são socialmente percebidos, apropriados e imaginados pelo homem, para usar terminologias de Lefebvre, existem forças naturais e de vida que em grande medida sustentam os fluxos de energia. Brandão (2006) lembra que uma floresta existe em um substrato inferior, a qual se prolonga pelas raízes das plantas, pelos animais que moram debaixo da terra, pelos inúmeros microorganismos que participam do fenômeno da vida e que sem os quais a própria floresta não existiria:

Um caiapó provavelmente levaria tempo para responder o que é uma floresta. Ele provavelmente começaria por indicar tudo aquilo que não é visível, pois “está debaixo da terra”, minerais, águas, raízes, plantas e animais subterrâneos e algo mais. Brandão (2006, p. 26)

Outro complicador, presente em inúmeros trabalhos, é que esta crescente racionalização – globalização - fluidez do mundo não atingiu homogeneamente todos os “espaços” e recantos do planeta. E ela precisa manter outras experiências com o espaço, com o tempo e com a natureza para se sustentar. É o caso claro do campo brasileiro, como a região do médio São Francisco, no qual se encontra um campesinato que vive, produz e se reproduz dentro de uma economia de *excedentes*⁸. Desta forma, existiriam na sociedade experiências diferentes do tempo?

Em tempos da chamada pós-modernidade há uma disseminação de ambientes artificializados. Mas existe também um contra movimento a tudo isto. Pessoas buscando

⁸ Buscamos apoio em Martins (1975), na diferenciação que ele aponta entre economia de mercado e economia de excedentes.

espaços “naturais” como recantos de uma vida mais calma e saudável. Existem, inclusive, movimentos filosóficos espirituais, nos quais se busca a convivência harmônica com o ambiente (Budismo, Hare-Krishna). O que dizer do fato de que pelo menos 10 % do território nacional, envolvem de alguma maneira áreas de proteção ambiental, reservas de natureza?

Assumir como hegemônico o conceito de artificialização de natureza, não seria, no limite, desprezar todo o debate da problemática ambiental? Se o meio “técnico-científico-informacional” é a expressão geográfica da globalização, o problema ambiental não seria a consequência imediata desta mesma globalização? Devemos lembrar que as discussões ambientais surgem no mesmo contexto da pós-modernidade.

Assim, já em 1972 aconteceu à primeira conferência sobre meio-ambiente, a de Estocolmo, na Suécia. Nela, os países começaram a perceber como é grave a ameaça de poluição que eles estavam e ainda estão causando, afetando outros territórios, senão, o mundo inteiro

Quando Milton Santos (1999) delimita a noção de “natureza artificializada e historicizada”, ele o faz procurando conferir coerência ao conceito de espaço que está desenvolvendo. Para que o espaço geográfico seja total, ele precisa englobar também os espaços da natureza, por isso a urgência em dotá-la de um significado de usos sociais e de reconhecer a progressiva substituição da “natureza natural” pela “natureza construída socialmente” pela disseminação da técnica.

Quanto ao conceito, é possível fazer algumas considerações: O uso do conceito de natureza artificializada supõe um esvaziamento do debate da questão ambiental ou o altera substancialmente, fato que não é observado, uma vez que temos a partir da década de 1990 uma preocupação crescente com os problemas de preservação da natureza e um surgimento expressivo de organizações civis que lutam pela conservação dos recursos naturais.

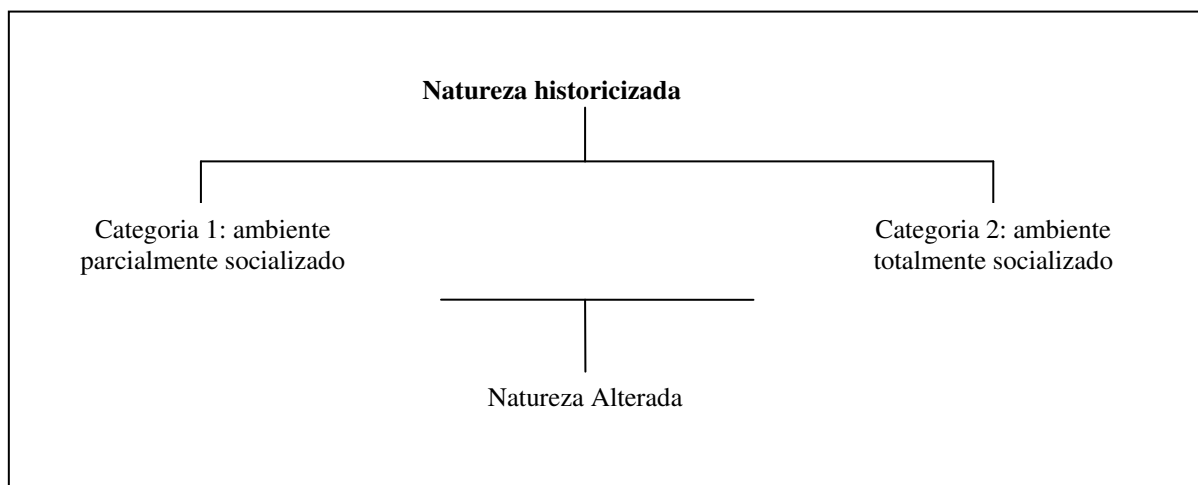
Existe, por exemplo, um crescente número de grupos religiosos defensores de um modo de vida que contemple o equilíbrio com a natureza; o termo em si mesmo não explica coerentemente o fenômeno geográfico, espaços como os oceanos, por exemplo, não se encaixam satisfatoriamente dentro da conceituação.

Através da análise do conceito de *natureza historicizada* desenvolvida por Milton Santos, é possível levantar uma observação. Quando comparado ao universo das considerações que teci páginas atrás sobre o mundo camponês e a construção social de lugares, e tendo como ponto de partida a teoria de Santos, podemos verificar que o espaço geográfico por ele defendido pressupõe o uso da natureza em pelo menos duas dimensões:

(1ª) **ambiente já socializado**, locais e atividades em que há um certo predomínio da técnica e do trabalho sobre as condições naturais, exemplo, fazenda ou da comunidade camponesa, nos quais se produz utilizando algum nível de sofisticação, mas, a produção ainda depende em grau elevado das forças da natureza;

(2ª) **ambiente totalmente socializado**, lugares ou atividades em que as forças naturais são substituídas pelo incremento da tecnologia. Por exemplo, o desenvolvimento da agricultura moderna no cerrado, ou a atividade de criação de gado de corte, ambas dependem fortemente de outras atividades, como a pesquisa em melhoria genética de animais ou desenvolvimento de novas variedades de mudas. Podemos simplificar essa idéia através do esquema 01 seguinte:

Esquema 01 – Categorias de utilização do espaço baseada no conceito de natureza historicizada

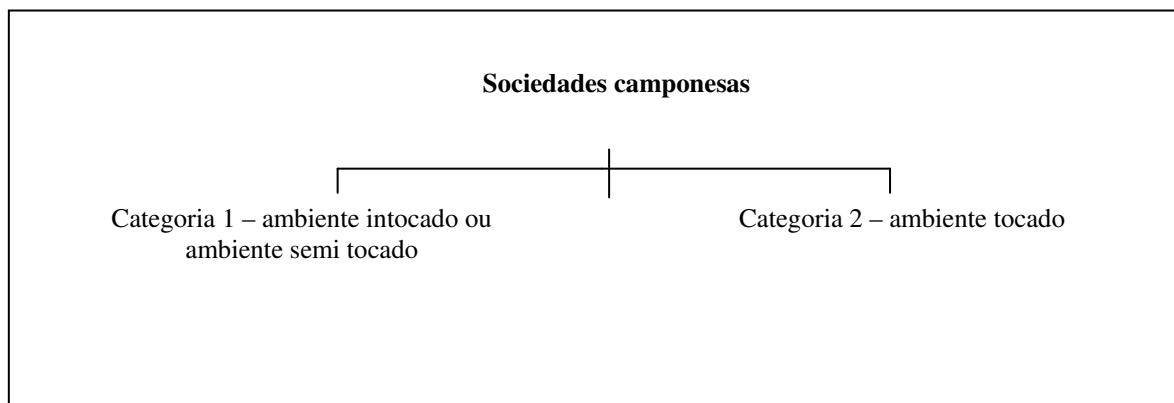


Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

A partir do esquema 01, procuro sintetizar que o conceito de *natureza historicizada* supõe uma relação de uso em que a natureza enquanto recurso natural tende sempre a ser convertida pela sociedade “urbano/industrial” em espaço/lugar, *alterado*, sendo a natureza disposta de modo a garantir a reprodução ampliada do capital por intermédio da técnica, construindo assim, o espaço do “meio técnico-científico-informacional”.

O movimento explicitado pelo esquema 01, tende então, à produção de um espaço de natureza alterada em sua forma e conteúdo. A partir da análise da corrente teórica que lida com a interpretação da utilização do espaço pelas comunidades rurais tradicionais e camponesas, posso sugerir um outro esquema de interpretação:

Esquema 02 – Categorias de utilização camponesa do espaço



Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

Confrontando os dois esquemas, podemos verificar que o espaço gerado nas sociedades modernas analisadas por Milton Santos, abarca duas categorias que compreendem espaços onde os ambientes são sempre fortemente socializados e alterados, levando a um processo de artificialização da natureza. Assim, nas palavras de Moreira (1999, p. 74), “A forma social capitalista de organização do processo produtivo, portanto, se reflete no movimento que toma o progresso técnico”.

Enquanto isto, a produção do espaço nas sociedades camponesas tende a apresentar ambientes articulados entre o mundo de natureza e o mundo de cultura. Portanto, a natureza apresenta-se pouco modificada e a produção pode ser gerada **na** natureza e **com** ela.

No modo capitalista urbano-industrial a produção e o lucro são obtidos através de modificação radical e uniformizante da natureza, inclusive alterando o significado da terra. É quando ela se torna um bem comercial passível de troca e de pura e simples extração de renda Martins (1975, 1998).

É com este olhar que pretendo desenvolver o capítulo que se segue. Lembrando que o “mundo rural” de hoje constitui-se uma realidade “multiforme” em termos de ocupação, observamos uma pluralidade de cenários e de atores construindo experiências diferentes em um mesmo espaço.

Entre o moderno e o arcaico pode se encontrar no Norte de Minas: (I) o pleno desenvolvimento do agronegócio altamente capitalizado e tecnificado; (II) implantação de maciços de silvicultura de “eucaliptos”; (III) grandes projetos de irrigação, como milhares de hectares sendo cultivados (Projeto Jaíba e o Projeto Gorutuba); (IV) acampamentos do MST e outros movimentos sociais de luta pela terra; (V) assentamentos de reforma agrária; (VI) a manutenção de sistemas econômicos e de usos do território que compreendem pequenas comunidades tradicionais, entre, veredeiros, geraizeiros e quilombolas.

Desta forma, no espaço rural no médio São Francisco, modos de vida e modos de produção estruturalmente diferentes disputam constantemente, a hegemonia na produção do espaço. Devemos antecipar a discussão do capítulo seguinte para frisar que esta situação ocorreu em consequência das ações desenvolvidas pelo estado a partir da década de 1970.

03 – ENTRE O SERTÃO DE GUIMARÃES ROSA E A REGIÃO NORTE DE MINAS - ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A região do Vale do São Francisco, na qual se localiza o município de Ibiaí, passou, nos últimos 40 anos, por um processo intenso de alteração de suas paisagens. A imensidão monótona dos gerais de Guimarães Rosa vem sendo substituída pela inserção de uma agricultura moderna e pelo desenvolvimento quase avassalador da silvicultura de *eucaliptos* e de *pinus* para fins de carvoaria.

Neste capítulo trabalharei em duas situações distintas e que se complementam: (1ª) Em companhia de Guimarães Rosa descreverei aspectos geográficos e sociais desta região como características de um sertão construído não só pela sensibilidade literária de Guimarães Rosa, como também através das vidas e vivências dos sertanejos, veredeiros, beradeiros e tantos outros tipos sociais.

Analisei a configuração do sertão, dos cerrados e dos “gerais” do ponto de vista teórico apoiado nas descrições do autor. Nesta vertente espero construir um quadro com gentes, cenas e cenários deste sertão que vem desaparecendo, o qual me inspira nesta pesquisa;

(2ª) Situei o processo de ocupação da região Norte de Minas em termos históricos e como a região, a partir da década de 1970, por meio da atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), teve sua dinâmica social altamente modificada, transformando-se em uma região, cujas condições econômicas foram artificializadas pela ação do estado.

3.1 - Experiências vividas nos lugares, nos espaços entre as gentes do sertão – um entreato entre a teoria e o campo

A vida é certa, no futuro e nos passados.

J. G. ROSA

A meio caminho, entre as reflexões teóricas que nos acompanham até aqui e a parte propriamente empírica de meu estudo, proponho trazer aqui uma incursão a uma área de interesse situada entre a Literatura e Geografia.

Desejo por um momento me ater ao trabalho literário de João Guimarães Rosa, visto que ele, de alguma maneira, foi um geógrafo nato; haja vista o discurso proferido por ele na Sociedade Brasileira de Geografia⁹. E também pela incrível sensibilidade demonstrada nas descrições dos espaços e das gentes do sertão presentes em sua obra.

Tenho uma dupla motivação ao propor este capítulo. A primeira, enunciei acima, dado que considero Guimarães Rosa um competente geógrafo. A segunda, pela possibilidade de igualar a literatura de Guimarães Rosa a uma fonte de pesquisa (como trabalhos científicos ou a documentos e registros oficiais), ou seja, envolve situá-lo em uma categoria de informante. Assim, pretendo neste capítulo apropriar-me de toda sensibilidade descritiva de Guimarães Rosa para compor o cenário, as cenas e as gentes do sertão, que são também, em boa medida, os cenários e os sujeitos da minha própria pesquisa.

Os conceitos da ciência geográfica estão intimamente atrelados a fatores subjetivos do ser humano. O seu objeto de estudo, o espaço geográfico, promove a reflexão da ação do homem sobre o meio natural e a conseqüente influência que o homem recebe do meio físico. Assim é para Milton Santos, que nos tem acompanhado até aqui:

⁹ Ver Heidemann & Bezerra (2006).

A sociedade se geografiza através das formas, atribuindo-lhe uma função que vai mudando ao longo da história. O espaço é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais. Santos (2002, p. 109).

A relação homem/natureza deve ser compreendida em uma perspectiva objetiva e subjetiva. Por exemplo, a paisagem pode apresentar-se como realidade técnica das serras, morros, rios e chapadas. Mas ela só ganha sentido e adquire seu valor como conceito, quando traduzida pela experiência da percepção, do conhecimento e da sensibilidade humana.

Trazer para uma Geo-poética sertaneja o que estivemos considerando até aqui, constitui o objetivo deste capítulo. Devemos responder às perguntas que nos inquietam a partir da análise do conto “Cara-de-Bronze” parte integrante do livro – *No Urubuquaquá, No Pinhé*m – de João Guimarães Rosa.

Trabalhamos conceitos geográficos chaves para interpretação da região do sertão mineiro, e algumas categorias de espaços presentes neste espaço. Um espaço natural e socializado que é tão fortemente associado à experiência regional brasileira. Abordar o sertão na perspectiva da representação geo-literária Roseana, contribui para a compreensão da composição da realidade do espaço geográfico mineiro.

O conto “Cara-de-Bronze” é a narrativa da viagem do vaqueiro Grivo. Ele parte da fazenda – Urubuquaquá – e, a mando do seu patrão, homem misterioso, denominado “Cara-de-Bronze”, percorre longa distância sem prazos. Ao retornar ele tem como obrigação relatar o que em sua clara memória, “*viu, ouviu e sentiu*”. O resultado é um verdadeiro tratado de “geo-poesia-literária”, que surpreende pela rigorosidade e precisão com que o autor, por meio do personagem Grivo, consegue captar e retratar a alma do sertanejo.

O vaqueiro traz ricas descrições das plantas e dos bichos, passando pelos acidentes geográficos da região – chapadas, rios, córregos, veredas, caatinga, cerrado. E tratando as

pessoas sertanejas como – mulheres, crianças, homens denominados como: geralistas, veredeiros, fazendeiros, bandidos. Assim, podemos fazer interagirem aqui:

1º - A discussão conceitual da região geográfica: O sertão, o cerrado, os gerais, para percebermos que a delimitação físico-geográfica do sertão, do cerrado e dos gerais, e diferenciando essa área dentro de uma realidade socialmente experimentada.

2º - A descrição no conto “Cara-de-Bronze” dos acidentes do território (rios, lagos, chapadas, veredas, lugarejos) acentuando como a composição deste território foi, e é uma representação cultural da realidade sertaneja;

3º - A apresentação do mundo da cultura: os homens, as mulheres, as crianças, os velhos, as águas, as veredas, os bichos, as plantas, as cantigas, as tradições que constituem o homem do sertão, designados por Guimarães Rosa como: geralistas, veredeiros, vaqueiros, trovadores, beiradeiros, ao lado das paisagens naturais e culturais que constroem o espaço e os lugares e fazem o território das “Gerais” de Minas.

3.1.1 – Sertão - os Sertões

O que é o sertão? Etimologicamente pode-se enunciar o sertão, como termo reduzido de “desertão”, isto é, de deserto grande. Ou ainda, e neste caso não etimologicamente, mas usualmente, o termo foi empregado para designar por oposição tudo aquilo que não era mar. Tudo o que estava além da beira do mar era considerado como pertencente ao sertão. Assim o termo sertão, traduzia uma região determinada, com início, fim e localização precisa.

Guimarães Rosa procurou em sua obra abordar as questões relativas ao sertão, vemos que ao construir o seu sertão como um lugar dado à experiência de vida, especialmente da

vida do vaqueiro, ele, o sertão, é percebido como um espaço aberto à imensidão, às grandes extensões de poucos habitantes. O lugar natural e social das grandes viagens de boiada e das “travessias”. O lugar de sofrimento, onde justamente constitui-se a alma forte e guerreira dos “sertanejos”.

Em Guimarães Rosa o enfoque popular flui. Ele nasce do texto, da boca dos homens, das mulheres e das crianças do sertão. E ele é fruto de suas experiências e parte de suas vidas e de seu cotidiano. O sertão tem cor, cheiro e textura. Saindo do enfoque da simples localização e detendo-se na construção subjetiva do sertanejo, o sertão de Guimarães situa-se e abrange o Norte de Minas Gerais com raríssimas saídas desta área.

Outro fato marcante é que o autor não se preocupa em restringir o sertão aos limites dos biomas cerrado ou caatinga, ele passeia entre um e outro.

- Eu vos conto, por miúdo. Desde daqui saí, do Urubuquaquá, conforme o comum – em direitura. Andei os dias naturais. Fui. Vim-me encostando para um chapadão feio enorme. Lá ninguém mora lá – só em beira de marimbu – só criminoso. Desertão, com uma lepra de relva. Dez dias, nos altos: lá não tem buriti ... Água, nem pra se lavar o corpo de um defunto... (...) – Subi serra, o sol por cima. Terras tristes, caminho mau ... Mas beirou a caatinga alta, caminhos de caatinga, semideiros. Sertão seco. (...). Rosa (1965, p.109)

Para Guimarães Rosa, embora o conceito de sertão ainda seja o tomado como o de uma vasta região do interior do Brasil, fica evidente, que o sertão dele está francamente associado à atividade econômica de criação de gado – ou pecuária extensiva, com toda a gama de especificidades dela inerente. Dentre elas, uma se destaca: as viagens das tropas pelos gerais e a presença do elemento essencial para o mundo sertanejo: o vaqueiro.

Assim, o sertão não aparece somente como o símbolo de uma identidade brasileira. O sertanejo roseano é o morador do Norte de Minas Gerais, como, para Euclides da Cunha, o sertão refere-se ao do nordeste e os sertanejos são os nordestinos, com suas vestimentas e

hábitos. Brandão (1995), trabalhando com camponeses de Catuçaba – SP, demonstra que o sertão deles é um lugar concreto, determinado.

Os moradores são capazes de apontá-lo com o dedo, muito embora, ele seja qualificado em oposição ao lugar mais imediatamente real no qual se vive. Assim o sertão se torna: “[...] o nome genérico de algum lugar longe, separado por distância, mais do que tudo, daquilo tocado pelo trabalho do homem.”, Brandão (1995, p. 155).

Como já exposto, em sua obra Guimarães Rosa procura localizar o sertão como uma região que caracteriza a identidade regional, aproximando a noção de região como produto da ação de determinados processos sociais, Haesbaert (2004).

O cerrado, a caatinga, os gerais, as veredas e os outros acidentes da natureza, aparecem como espaços que compõem o sertão. As percepções polissêmicas mostram a importância da subjetividade na construção das categorias geográficas.

3.1.2 - Os cerrados - Função, importância e conservação

Estima-se que os cerrados devam estar presentes na terra há aproximadamente setenta milhões de anos. Calcula-se atualmente que os cerrados correspondam a algo em torno de 25% do território nacional. Há cerrado nos estados de: São Paulo (apenas enclaves), em Minas Gerais (oeste, norte de minas), praticamente todo o estado de Tocantins, grande parte dos estados de Mato Grosso, de Goiás e do Mato Grosso do Sul em pequenas porções da Amazônia e no Nordeste, Brandão (2004b). Geograficamente os cerrados estão presentes em todo território nacional, mas sua área principal está segundo Chagas (1999), disposta no Planalto Central do Brasil.

É possível afirmar, seguramente, que hoje, que os cerrados assistiram ao nascimento e à maturidade da floresta amazônica, fato confirmado pelos enclaves e manchas de cerrado até hoje presentes naquela região, testemunhos de paleoclima seco, quando o cerrado então avançou e ocupou praticamente todo território brasileiro.

Os Cerrados apresentam características botânicas muito peculiares. No cerrado típico, aparecem árvores pequenas, geralmente não alcançando oito metros de altura, com folhas grandes, espessas e duras, troncos e galhos tortuosos, casca e cortiças grossas, para protegê-las do fogo Chagas (1999).

Tinham de ir, em redor, espiar a vista de cima do morro e depois de se afundar no sombrio de todo vão de grotta, o que tem em toda beira vertente, e lá em alta campina, onde o sol estrala; e quando o vento da roda a chuva, quando a chuva fecha o campo. Rosa (1965, p. 106)

Em suas varias feições, nos cerrados de um modo geral, as árvores são bastante afastadas uma das outras, onde ocorrem as gramíneas, sendo que raramente suas copas se tocam Chagas (2003). Nos cerrados também estão presentes formações não características ao bioma cerrado, isto é, formações florestais, como as matas ciliares, ou as mata de “*interflúvis*”. Dentre as várias formações típicas dos cerrados, devem-se registrar as seguintes:

Campo cerrado: A formação apresenta árvores baixas e espaçadas com troncos retorcidos, ramificações irregulares e casca grossa, para proteção contra o fogo. Vegetação *Caducifolia*, isto é, que perdem as folhas na estação da seca para evitar perda de energia. Apresenta um denso tapete herbáceo composto de gramíneas e sub-arbustos.

Cerradão: Formação próxima das florestas e matas do planalto central, não devendo, portanto, ser considerado como uma formação campestre. Deve-se inseri-la no domínio do cerrados. Possui árvores de porte mais elevado chegando a dezoito metros em alguns casos, menos retorcidas, o extrato herbáceo é bastante rarefeito, em virtude da baixa ou até

inexistente, em alguns casos, incidência de iluminação solar. Apresentam cascas menos gretadas. Vale ressaltar a possibilidade de ocorrência de três extratos: arbóreo, arbustivo e herbáceo.

Campo – sujo: Predominam os extratos herbáceo-arbustivos, embora pequenos, sejam arbustos muito espaçados e rarefeitos.

Campo – limpo: Predominância quase absoluta de gramíneas, embora possa aparecer arbustos. Em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás esses campos formam importantes paisagens¹⁰.

Em termos de riqueza de variedade animal e vegetal, os cerrados se apresentam como um dos biomas mais diverso e significativo, segundo Brandão:

Comparado com outros biomas, o cerrado seria uma das áreas naturais de mais rica biodiversidade. Para se ter uma idéia, vivem nele cerca de 800 variedades de pássaros, entre ema e o colibri. Há estimativas de cerca de 7.024 espécies vegetais cadastradas. Calcula-se mesmo que algo próximo a 40 % das plantas lenhosas são endêmicas do cerrado. Brandão: (2004b, p. 31)

Chagas (1999) lembra que somente no Distrito Federal, baseando se em estudos sistematizados, encontraram-se 233 espécies de orquídeas terrestres e cerca de 430 espécies de aves. Em Guimarães Rosa¹¹:

E os bichos, os bichinhos, os pássaros?
Voaria de gavião, Aguiar. Todo gavião. Os urubus – os, os, os.
Papagaio doente de asa grande. Periquitos e maitacas. O maitacão.
A maritaca-de-fita-vermelha-atrás-do-bico. Papagaios de asa amarelas.
O azul. O papagaio-trombeteiro. O papagaio-chorão. As araras.
Seriemas gritando e correndo ou silenciosas. Emas correndo as tortas. Seriema voando. Os anus pretos e brancos. [...] os joãos-de-barro, os joãos-de-barro. A

¹⁰ Descrições baseadas em Ivo das Chagas (1999, 2003) e em Brandão (2004b).

¹¹ O autor apresenta mais de 50 nomes de bichos em sua descrição

maria-mole (- quando o senhor está acordado, em beira de vereda, a noite inteira o socó canta [...] Rosa (1965, p. 112 – 113)

O cerrado, naquilo que tange à sua importância, mantém uma íntima relação com as águas do país, sendo designada por muitos estudiosos como o “pai das águas do Brasil”. Nos cerrados nascem as águas que contribuem com a maioria dos grandes rios da margem direita do Amazonas, como o Araguaia, o Tocantins. São do cerrado o próprio São Francisco e seus principais afluentes; a maioria dos tributários do Paraguai e ele também, e ainda o rio Paraná, o Paranaíba, o Jequitinhonha, o Paraguaçu e outros rios das bacias nordestinas.

Tal riqueza hídrica ainda, segundo Chagas (1999), está associada à sua posição de centralidade, relativa altimetria e por fazer contato com, praticamente, todos os outros biomas do país.

O cerrado acentua a sua relevância no mundo de Guimarães Rosa. Certamente, tal como ele, hoje podemos perceber o quanto o cerrado é valioso. Mas o que ele não viu é que em pouco mais de quarenta anos o cerrado foi praticamente devastado. Isso se deu de forma muito acelerada se comparado à mata atlântica que sofre exploração desde a época do descobrimento.

Em Brandão (2004b), bem como em outros estudos acerca do assunto, notaremos que mais de 80% do cerrado já está em algum grau modificado por plantações de *eucaliptos* e *pinus*, por cultivo de café e de soja, faces visíveis da modernização da agricultura. Gama (2006), bem como a construção de hidrelétricas, abertura de estradas e rodovias. Aliás, as políticas públicas de desenvolvimento econômico regional¹² são as grandes incentivadoras, promotoras e patrocinadoras desse “biomassacre”. Quase todos os projetos de plantação de *eucaliptos* foram financiados pelo Banco do Nordeste S. A. e Empresa Brasileira de

¹² Para uma contextualização mais aprofundada consultar o trabalho de De Paula (2003).

Pesquisa Agropecuária (EMPRABA), por sua vez, conseguiu adaptar os solos do cerrado ao café, soja e algodão.

3.1.3 - O Gerais - as Gerais

Os gerais tem fim? “Os gerais” correspondem à paisagem geográfica dos planaltos, formadas por chapadas, elevações de terrenos chatos de formas tabulares, lembrando por vezes uma mesa – e os chapadões – grandes chapadas ou séries de chapadas. Ele tem correspondência, ao que se pode verificar, com o patamar do Planalto Central brasileiro. Perceptivelmente, este tipo de paisagem começa a aparecer a partir da margem esquerda do rio São Francisco, no Oeste e Noroeste do estado de Minas Gerais, alcançando e dominando a paisagem do Oeste da Bahia, Goiás, Piauí e o Maranhão (pelo menos boa parte); no geral predomina Cerrado típico com solos de baixa fertilidade natural, ocorrendo sobreposições de camadas de arenitos de formação muito antiga.

Nos gerais, ocorrem as veredas, normalmente área de afloramento do lençol freático e da água absorvida pelas chapadas, conforme Chagas (2003). A respeito dessa função foi dito que nos gerais ocorrem formações de arenitos. Por isso essas áreas de chapadas têm como característica a absorção de água. Eles funcionam como uma área de recarga, ou seja, lugar onde a água infiltra, alimentando os lençóis freáticos e, posteriormente, abastecendo as veredas, os córregos e os rios desta região, formando a malha hidrográfica que compôs ou parte do cerrado e se espalha pelo país.

Mar a redor, fim a fora, iam-se os Gerais, os Gerais ô e do ao: Mesas quebradas e mesas planas, das chapadas, onde há areia; para o verde sujo de más árvores, o

grameal e o **agreste** – um capim rude, que boca de burro ou de boi não quer; e água e alegre relva arrozã, só nos translaves das veredas, (...) Rosa (1965, p. 73)

Certamente, em relação às outras categorias abordadas neste trabalho, os gerais, os campos gerais, ou, “as gerais”, trazem, uma dúvida conceitual. Se em Guimarães Rosa, o sertão aparece como uma categoria ligada à experiência de vida do povo norte mineiro, superando as fronteiras dos simples limites espaciais e naturais; e os cerrados aparecem dispostos, obedecendo às suas caracterizações fitofisionômicas. Já os Gerais, trazem consigo os limites impostos pela caracterização, sendo neste caso, facilmente associado à uma fisionomia paisagística, como presente no próprio “Cara-de-Bronze”:

- Sempre nos Gerais?

- Por sempre. O Gerais tem fim?

Ao que são Campinas e chapadas e chapadões e areiões e lindas veredas e esses escuros brejos marimbús – o mato cerrado na beira deles.

- Subi serra, o sol por cima. Terras tristes, caminho mau [...] Mas beirou a caatinga alta, caminhos de caatinga, semideiros, Sertão seco. Rosa (1965, p. 109)

Aos gerais é incorporado a noção de mundo real do sertão, com suas organizações e ordenações sociais. Neste momento, ele assume também a dimensão do experimentado, do sentido e do vivido no mundo do sertanejo “- Daí, depois, levanta outros Gerais. “Sertão-zão”. A pior pobreza dos Gerais que tem” (Ibid., p. 84).

Na obra aqui considerada, os que moram nos gerais, são chamados de geralistas, enquanto veredeiros são os que vivem na vereda, sendo igualmente geralistas e sertanejos. Esta idéia aproxima a noção dos gerais à de região proposta por Haesbaert (2004), como uma construção efetiva da ação humana a partir de processos sociais (estrutura econômica e política). Assim, tanto em Rosa, quanto em Haesbaert (2004), a região aparece com meio capaz de promover o encontro da natureza com o humano/social, produto tangível da reflexão geográfica.



Foto 01 - Veredas e chapadas ao fundo no Município de Buritizeiro - MG, características dos gerais - ano 2001.

Autor: SANTOS, Rodrigo Herles, jun. 2006

A foto 01 retrata os cenários dos gerais, a paisagem característica composta pela vereda - o buriti, um cerrado ralo e a vastidão do sertão, transmitindo a idéia de aparente monotonia.

3.1.4 - Os acidentes da natureza - composição da paisagem sertaneja

Guimarães Rosa utiliza a viagem do Grivo para construir os cenários percebidos no sertão. Assim, no seu conto podemos encontrar descrições de vários acidentes geográficos que vão sendo utilizados para compor o espaço e atribuir-lhe significações reais para os moradores do sertão. Desta forma, o autor aproxima-se muito da idéia de paisagem presente em Santos (2002, p. 107) “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas

formas que realizam, no espaço, as funções sociais”. Assim as paisagens em Rosa perpassam o dado da interação e de construção da vida.

As Veredas – Presentes na região das chapadas e chapadões¹³, as veredas apresentam características interessantes e exercem uma função de reprodução da vida e da água, possuindo uma biodiversidade típica. São consideradas como corredores naturais, ilhas de água dentro do sertão do cerrado brasileiro. “O senhor sobe. O senhor desce. Oé, muito azul para azular... Veredas, veredas”. Rosa (1965, p. 110). Elas correspondem a áreas de exudação do lençol freático, estão diretamente condicionadas à dinâmica de escoamento de águas subterrânea, ocorrem em áreas planas, com solo hidromórfico Chagas (1999).

Como paisagem, as veredas ocorrem comumente no sertão do Norte de Minas, desempenhando um papel fundamental de manutenção da vida. Para o homem e animais do cerrado, nos gerais elas estão, em importância e beleza, como os oásis para o Saara. Recebendo nomes variados conforme costumes regionais e sua utilização pelas comunidades locais. Veja como aparecem variados nomes para as veredas:

Sobe a Vereda-do-Maracujá? Vara a Chapada? Desce na Vereda-dos-Olhos-d'Água? Cabeceira-de-Vereda, cabeceira de brejo. Atravessa a Vereda-do-Angelim? – Veredas em que dá Jatobá, Caraíbas altas, pé de louro, o imbaubal. Ah, o cajueiro... Disse do cajueiro: (...). Rosa (1965, p. 119)

Ocupando as suas beiras, o povo desenvolve uma relação de identificação cultural, com hábitos, vestuários e construções arquitetônicas que permite identificá-los como veredeiros¹⁴.

Chapadas – São amplas elevações tabulares de forma retangular, lembrando uma mesa. Do ponto de vista geológico são terrenos sedimentares com várias sobreposições de arenitos, apresentando em sua grande maioria latossolos bem estruturados, que facilitam a

¹³ A região de chapadas e chapadões corresponde, segundo Guimarães Rosa, a localização dos Gerais.

¹⁴ Termo utilizado Rosa para identificar o morador das veredas nos gerais.

infiltração das águas. Inúmeras vezes o autor lembra as chapadas, com intuito de se referir aos Gerais/Sertão: “No oh – de - mais do chapadão, onde a terra e o céu se circunferem” Rosa (1965, p. 113), “Tinha dado de vir trovão antes das chuvas, raio incendiou o agreste das chapadas” (Ibid., p. 106), “A queimada dos campos, fogueiras se alastrando nos espigões. O sol escurecido. A cinza vindo pó e pó, nos ventos tardezinhos. Outro chapadão” (Ibid., p. 110).

A chapada/chapadão, além de transmitir a idéia de acidente da natureza, ou unidade geograficamente situada, relaciona-se em termos de sentido com a noção de sertão. Não é rara a utilização do termo chapadão para enunciar imensidão, vastidão, tal como o sertão também designa.

Córregos, rios e riachos – Estes acidentes da natureza fortemente ligados à morfologia e a estrutura da rede de drenagem de águas neles instalados, no conto e no sertão aparecem como símbolos de localização de lugares específicos, aos quais seus nomes estão vinculados. Surgem também como estruturas utilitárias para o dia-a-dia, mesmo que se trate de um córrego seco ou perene, o que é até corriqueiro no sertão de Norte de Minas. Veja: “Uai, lava corpo em córrego. Quando tem. Córrego que teima em água [...], Rosa (1965, p. 112), “(Tomando banho em poço de ribeirão: as cismas vêm de rio-abaixo; a tristeza, de rio acima)”; nota-se uma ligação espiritual abordada nessa passagem. “Mas estive num povoal dos Prazeres... Em-de um lugar chamado Ouricurí, beira dum rio Formoso” (Ibid., p. 115), “e ele mentia uma caridade gentil, dizendo que lá no Urucuia¹⁵ aquele -um certo e com boa saúde estava”. (Ibid., p. 119).

Assim, estes acidentes quando se referem a identificar um determinado local aproximam-se bem da noção de paisagem e composição do território. O autor designa

¹⁵ Rio Urucuia, afluente direto do rio São Francisco.

também outras categorias de acidentes como ligados à questão da água: as grotas, as veredas e os ribeirões.

Lugar vivido – Embora seja um conceito carente de discussão dentro da Geografia, neste trabalho interessam-nos sobremaneira as idéias inspiradas na corrente humanística, que tem em Tuan, seu maior expoente. O lugar vivido caracteriza-se pela valorização das relações afetivas desenvolvidas pelos indivíduos em relação a seu ambiente, ou por uma parcela particularizada do meio ambiente.

Assim o *lugar* apresenta-se como o produto da experiência humana, “lugar é um centro de significados construídos pela experiência”, Tuan (1983), o lugar sob esta perspectiva transmite boas lembranças e a sensação de pertencimento e raízes. Guimarães Rosa aproxima-se muito dessa linha quando trabalha o lugar em sua obra. Não é raro neste conto momentos em que o autor recorra ao termo lugar para se localizar e transmitir a idéia de sentimento.

Ele faz referência a rios e outros acidentes da natureza para estabelecer relações de pertencimento, conferindo a esses espaços identidade e significado. O lugar em Guimarães Rosa é fruto da intenção humana e da relação existente entre intenções e os atributos do lugar. Em outras palavras o cenário e as relações sociais ali desenvolvidas qualificam o *lugar*.

O termo lugar aparece assim no conto: “ – O vaqueiro Mainarte: Ele gosta do Sapal. Moimeichêgo: Isso é um *lugar*? O vaqueiro Sãos – É a Vereda-do-Sapal, *aqui* mesmo.” Rosa (1965, p. 83), “Narrará o Grivo só por metades? Tem ele de por a juro segredo dos *lugares*, de certas coisas?” (Ibid., p. 108). “Todo *lugar* por onde a gente passa, já era como um *lugar* conhecido.” (Ibid., p. 110), “Mas estive num povoal dos Prazeres... Em-de num *lugar* chamado Ouricurí, beira dum rio Formoso”. (Ibid., p.115), “O *lugar* onde houve matas muito virgens, muito velhas – (...)”, (Ibid., p. 122), “– Em *lugares*, muito vi os buritis morrendo: briga da caatinga com os Gerais (...)” (Ibid., p. 120), “O virar, vazio por si, dos lugares. A

brotção das coisas. A narração de festa de rico e de horas pobrezinhas alegres em casa de gente pobre...”(Ibid. , p. 100).

Nessa passagem o *lugar* claramente se refere a uma porção qualitativa do espaço: “O lugar é aí, pertinho”. Rosa (1965, p.120). Vejamos esta reflexão sobre os lugares do sertão:

Estava bebendo sua viagem. Deixa os pássaros catarem. No ir – seja até onde se for – tem-se de voltar; mas, seja como for, que se esteja indo ou voltando, sempre já se está no lugar, no ponto final. Ibid (p. 118)

Em Tuan (1983) o lugar está entrelaçado com o tempo, leva-se tempo para se conhecer o lugar / lugares. Em Guimarães Rosa o lugar ganha além do tempo a alma, o sentido e o tamanho¹⁶ proporcional à importância que desempenha para cada ser.

Desta maneira podemos retornar ao pensamento de Brandão (1995, p. 171), quando lembra que, “Os espaços são os mesmos e são outros; mudam”, Os lugares na posição de espaço do sertão qualificado, *mudam e também permanecem os mesmos, inalterados*. Não importa que o cenário natural mude, há sempre a interpretação de quem vive *o lugar*. Assim é que os lugares ficam próximos ou distantes na memória e no referencial de cada sertanejo.

3.1.5 - O mundo da vida e da cultura - cenários vivos do sertão

No mundo do sertão os cenários de pura natureza marcam e moldam os homens e sua cultura, em uma perspectiva que difere das abordadas normalmente. No conto “Cara-de-Bronze” o autor apresenta seus personagens como figuras humanas, sociais e culturais que qualificam o espaço do sertão.

¹⁶ Em alusão ao problema da representação e as escalas presentes em Bachelard (1978) em *A Poética do Espaço*.

3.1.5.1 – Formas sociais

Fazendeiro – o próprio protagonista, o Cara-de-Bronze, sujeito que se mostra duro, forte, misterioso, mas que, tal qual o buriti para as veredas, ele é o elemento caracterizador da fazenda *Urubuquaquá*, “O fazendeiro seu dono se chamava o “Cara-de-Bronze” Rosa (1965, p. 74), “Mas era o Cara-de-Bronze – sozinho, dito zureta, dito maldito de malacafa? Homem, morgado de morte, com culpas em aberto, em malavento malaventurado [...]” Rosa (1965, p. 99), “Oé, o Cara-de-Bronze tinha uma gota-d’água dentro do seu coração” (Ibid., p.99), “Cara-de-Bronze começou, mas vagaroso, feito cobra pega seu ser do sol. Assim foi se notando “(Ibid., p. 99).

Desta forma a imagem do fazendeiro é construída e a fazenda fica com a sua marca e por ele é referenciada.

Os vaqueiros – Figuras essenciais da obra de Guimarães Rosa. O seu ofício determina a noção de vastidão que o sertão tem ou é interpretado. Levando gado de um lado para outro, o vaqueiro desbrava o espaço e vai deslocando as fronteiras do sertão, construindo através de suas viagens e aboios a estrutura da região sertaneja. No conto, em várias passagens o autor descreve o personagem social do vaqueiro:

No terreirão, em roda de uma fogueira, que alumeia-os em vermelhos, os vaqueiros, uniformes:

o vaqueiro Cicica – meia jugular desatada solta, recaindo-lhe sobre um ombro.

o vaqueiro Mainarte – encostado no tronco da grande árvore, só se lhe vê o lado esquerdo do rosto;

o vaqueiro doím – seu chapéu-de-couro tem rasgados, estraçalhos;

o vaqueiro Parão – com o gibão por cima dos ombros, sem enfiar as mangas; o

vaqueiro Adino – de sisgola entre a boca e a ponta do mento feito dois queixos;

o vaqueiro Tadeu – meio inclin: seu chapéu é só uma lua-crescente;
 o vaqueiro Fidélis – no escuro, seus dentes brilham muitos brancos, mesmo quando não sorri;
 o vaqueiro Muçapira – a sombra do chapéu dá-lhe até à metade do nariz, mascarando a faixa dos olhos como uma treva;
 o vaqueiro Sacramento – afastado; só o ponto coruscante de seu cigarro aceso.
 o GRIVO – os braços cruzados no peito. Rosa (1965, p. 122)

Os vaqueiros são os protagonistas e é, através deles, de como o vaqueiro se relaciona com ambiente, que o autor constrói os cenários sertanejos, “Os vaqueiros, agachados e cobertos com suas *“trofas e croças”*, nas cabeças os chapéus de redondos de couro – lembram bichos grossos, estúrdias aves, peludas, choupanas de palmeiral” Ibid. (p. 97).

O povo sertanejo (entre geralistas e veredeiros) aparece em Guimarães Rosa como portador de uma alma guerreira e forte. Pois se o espaço sertanejo, os espaços e lugares do sertão são frutos da experiência de vida do sertanejo. O povo sertanejo é, em grande medida, a projeção do que o ambiente físico sertanejo proporciona. Suas tristezas, vestuários e casas, noites, festas e comidas compõem a imagem de homens e mulheres, seres do sertão e categorias de seres: velhos, crianças, ladrões, geralistas e veredeiros:

Tenho costume de tristeza: tristeza azul tarde, água assim. Tenho um medo de estar sem companheiro nenhum; não tenho medo deste mundo sendo triste tão triste... (Ibid. p. 111)

O Grivo – Atravessei boa sombra ...

E as pessoas, as criaturas que ele viu, os filhos-de-Deus?

.– Mulher na roça e no tear, fiando e tecendo seu algodão, sentada em esteirinha de buriti. Moça com o camocim à cabeça, na rodinha. Mulher-velha, com um rosário no pescoço. Mulher velha cruzando bilros. Geralista caçador. Um que mangabêia. Veredeiro com chapéu-de-couro. Tão longe um, tão longe. Cafua em toca, de buriti, com quintalim e cocorico de galo. Os menino-zinhos vindo pelos caminhos perto, uns de bonita voz, pedindo à gente benção. Cafúa: fumaça que de dia acena. E de noite às vezes têm uma vasqueira luzinha triste, de candeia. Velhos, cujos olhos não aprovam mais muito o viver, só no mexido da boca é que se espantam. Uns que

vigiam seus chiqueirinho com um porco, de de dentro sua casinha choupana, toda cheia com três dúzias de espigas de milho. Cada um conta acontecimentos e valentias de seu passado, acham que o recanto onde assistem é de todos o principal. O mundo ferve quieto. Papudos. De farrapos. Tudo vivente na remediação. O que, se eles tem de comer repartem: farinha, ovo duma galinha, abrobrinha, bró de buriti, palmito de buriti, batata-doce, suas ervas. O que eles tem para comer? Comem suas mãos, o que nelas estiver. Doendo em sua falta-de-saúde, povo na miséria nos buraquinhos. (Ibid. p, 115-116)

O território do sertão, tal como abordado neste trabalho, é composto de cenários, as descrições do povo, apontam para categorias que se ajustam aos espaços, Veredeiros – os que vivem nas veredas – Geralistas¹⁷ – os que vivem nos Gerais¹⁸.

A *mulher* aparece em pelo menos duas categorias de mulheres neste conto. Na primeira situação a mulher surge como a realizadora do trabalho doméstico, a provedora da vida através da transformação dos mantimentos em alimentos. Neste caso ela não exerce um papel importante na dinâmica sócio-política da vida (por exemplo, “Ias Flores, Maria Fé e Colomira”).

A segunda categoria é a mulher da realização sexual, a prostituta de profissão, que por estar em situação social, pelo menos no plano classificatório igual à posição social do Homem (macho), visto que ela não tem marido, por isso não é subordinada. Ela era admirada, desejada, tida inclusive como confidente:

Mesmo no caminho, meando terras de bons matos, se encontrara com a moça Nhorinhá – ela com um chapéu de palha – de - buriti, maciamente, de três tamanhos, de largura na aba, e uma fita vermelha, com laço, rodeando a copa. De harmamaxa: ela vinha sentada, num carro-de-bois puxado por duas juntas, vinha para festas, ia se putear, conforme profissão. A moça Nhorinhá era linda – feito noiva nua, toda pratas-e-ouros – e para ele sorriu, com os olhos da vida. Rosa (2001, p. 161 – 162).

¹⁷ Termos utilizados pelo próprio J. Guimarães Rosa.

¹⁸ Não esquecer que geralistas e veredeiros – são sertanejos; veredeiros – são geralistas também.

Crianças ou a criancice, como momento de travessia, isto é, onde **se é** e **não é** ao mesmo tempo, o que não está acabado, o que se está por fazer. O tempo da transformação.

Velho ou a velhice, como tempo da sabedoria, do aconselhamento, da reza. É o tempo de quem tem autoridade para mandar e devem ser respeitado e obedecido pelos mais moços.

3.1.5.2 - Outras categorias sociais

Trovador ou cantador – aparece neste conto com uma função importante na narrativa, elemento vivo da paisagem aparece como preguiçoso que fica na varanda.

No entanto, produz versos de grande beleza, “Da varanda, alguém tocava alta viola” (ibid., p. 74), “Os vaqueiros ignoram. Ignora-o mesmo o Cantador, o violeiro “João Fulano”, com cara de larápio, com sua viola de tabebuía, sentado em sua rede, no varandão, vestido quase andrajoso, mas com uma faixa de pano vermelho na cintura – feito cigano Cincurá”. (Ibid. , p. 98).

Buriti – minha palmeira?
 Já chegou um viajor [...]
 Não encontra o céu sereno [...] já
 chegou o viajor [...]
 Buriti, minha palmeira,
 é de todo viajor [...]
 Dono dele é o céu sereno, dono
 de mim é o meu amor [...] Rosa
 (1965, p. 74)

Plantas, pássaros e outros seres - Neste conto, Guimarães Rosa é generoso nas descrições de plantas e árvores, abrindo a famosa nota de rodapé que se estende por quase 5

páginas, nomeando e descrevendo; iniciando com, “(...) não haverá possíveis indicações? Haja, talvez. Alguma árvore”. Rosa (1965, p. 108), “O Grivo: - por aonde fui, o arrebenta-cavalos pegou a se chamar babá e bobó, depois teve o nome de João-ti, foi o que teve... Toda árvore, toda planta” (Ibid., p. 108), e segue com uma longa citação de nome plantas.

A ana sorte. O João - curto. O João - correia. A três-marias. O Sebastião - arruda. O São - fidelis. O anelím - macho. O anelím - amargo. O João - leite. O guazabú - preto. O capitão -do - campo. A bela - corísia. O barabú. A gorazema. A árvore-da - vaca. A ciriba. A nhaíva. O oitti - bêbado. O carvão-branco. O pau - de - pente. O sete - casacas. A carrancuda. O triste -flôr. O cabelo - de - negro (...) (...) O BURITI, sempre... Carnábas. Pindovas. O uauassú... (Ibid., p. 108-109).

Os outros seres – *o Sací*:

De ver, ouvir e sentir. E escolher. Seus olhos não se cansavam. E, de escondido de dentro do mato, o Sacízinho o viu passar. O Saci se disse: - **Li-u-li-u-lí!** Já também vou, faz tempos que careço duma viagem... Os écos. Porque o Saci vê assim e imita a gente. Sacízinho veio acompanhando o Grivo, de distância de sete-sétimos de uma légua.” (Ibid., p. 113).

Os outros seres – *o Boi*:

E os bois, nos curralões, o gado preso; desencontrados, contra-passantes, unidos dorsos, o seu, seu de costas – parece que o vendaval dos Gerais foi quem os quis alisar, afeiçoar-lhes as costas, caraçosas; uns focinhos levantados, para o ar – livres, como se seus semelhantes os afogassem; olhos semeados, caras ocultas, meias-caras e sombras. (Ibid., p. 97)

3.1.6 – Os espaços humanizados

As cidades, o autor quase não trabalha a categoria cidade nesta obra. As cidades são parcamente citadas. Quando são citadas, o autor não revela detalhes ou dá pista sobre a sua dinâmica. Em quase toda sua obra, Guimarães Rosa, parece não se interessar pelas figuras humanas das cidades. A cidade aparece sempre como um lugar por onde, se está passando, partindo ou chegando e, nunca como um cenário de realização de qualquer feito. Neste conto apenas três cidades são citadas (Paracatu, Januária, Pompeu).

Os povoados são os locais de realização da vida social mais próximo da fazenda. Normalmente são lugarejos de festas, onde estão situados os bares, aonde as pessoas vão para dançar, beber, divertir em momentos de não trabalho. Neste local também existem as prostitutas como “Nhorinhá”. Eventualmente, são locais onde podem acontecer desentendimentos, brigas entre personagens.

Arraial, Vila ou distrito, constituem o intervalo entre os povoados e as cidades. São lugares mais urbanizados que os povoados, mas ainda aparecem bem descritos e narrados pelo autor.

Fazendas, local preferido pelo autor, lugares de vidas, nos quais desenrolam praticamente todas as cenas do conto. Espaços fracamente socializados, nos quais coexistem, os domínios da natureza e os domínios da cultura.

Na fazenda se cria o gado utilizando elementos da pura natureza (como o pasto natural e água), mesclando com atividades que exigem uma elaboração social de regras e divisão social e hierárquica das funções. A fazenda é o cenário em que se cruzam os aspectos sociais e naturais.

Os seres e os espaços citados formam os cenários vivos do sertão, cada qual tem sua função qualificadora, habitam **o** espaço sertão, realizam **no** espaço e são igualmente produzidas **pelo** espaço sertanejo.

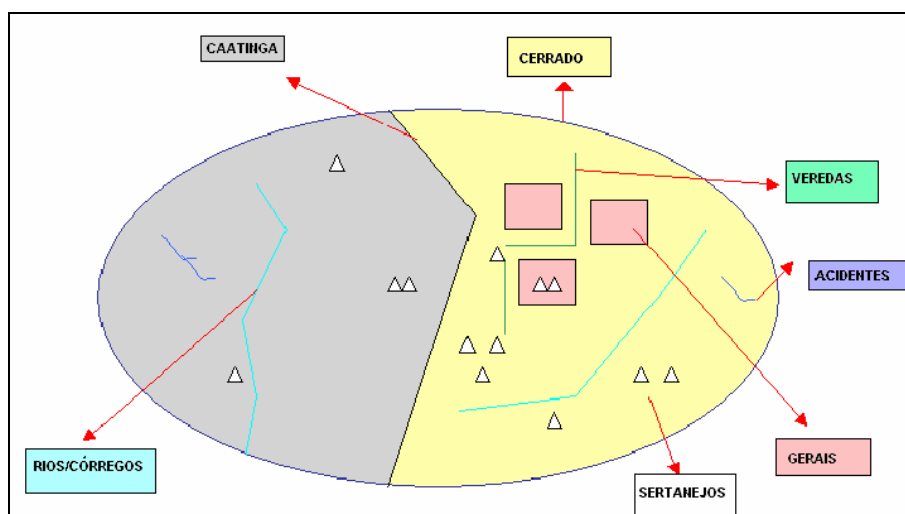
3.1.7 - O quem das coisas!

... *Queria que se achasse para ele o quem das coisas !*

J. GUIMARÃES ROSA

A partir das análises realizadas tendo como referência o conto de Guimarães Rosa, verificando como autor categoriza o espaço do sertão, propomos o seguinte esquema para ilustrar as interpretações:

Esquema 03 - Ilustração da composição da paisagem no Sertão



Fonte: Baseado em Rosa (1965)

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

O esquema 03¹⁹ aponta na direção do sertão como espaço maior, podendo ser interpretado como o território categorizado por relação de usos e ocupações sociais do ambiente.

A caatinga e os cerrados aparecem como parte, ou seja, como cenários naturais vegetacionais. Eles são os substratos da vida sertaneja, sendo que para Guimarães Rosa o povo que vive na caatinga e no cerrado configura, igualmente, o sertanejo. Outras categorias

¹⁹ Esquema válido, apenas para ilustrar a distribuição das categorias de espaços e lugares do sertão.

como geralistas e veredeiros aparecem como derivados, para qualificar um espaço dentro do sertão. Como no caso em particular dos cerrados, referindo-se aos Gerais e as Veredas,²⁰ distinguindo do povo sertanejo os habitantes desses *lugares* entre veredeiros e geralistas.

De uma maneira geral, rios, córregos, árvores, serras, chapadas e outros acidentes da natureza compõem, geográfica e paisagisticamente, o espaço do sertão, sendo categorias relacionadas também a noção de referencial do espaço para a identificação de lugares sociais. Estes lugares também são classificados – cidades são espaços fortemente socializados - distritos, arraiais e vilas são espaços menos socializados que as cidades. Os povoados e as fazendas são fracamente socializados, situados no intervalo entre o domínio da cultura e da sociedade.

Os seres de vida cultural e natural compõem os cenários vivos e vividos de sertão: geralistas, beiradeiros, veredeiros, vaqueiros, ao lado de outros seres da natureza correspondem ao ajustamento sociocultural do homem aos espaços geográficos e às categorias de espaços distribuídos pelo sertão.

Neste aspecto os sertanejos constroem categorias populares para qualificar os espaços. O imaginário e a sabedoria popular sertaneja elaboraram um variado e complexo léxico de categorias para compreender e “geografizar” sua própria vida.

QUADRO 01 – Categorias de espaços populares e aproximações com elementos do Sertão.

Categorias	Vegetação/ relevo	Bichos	Água	Sujeito social
Além	Fora do sertão: (Amazônia,	Onças e jacarés	Mar, rio Amazonas e outros rios.	Sujeitos de fora ou da

²⁰ Gerais e Veredas são elementos do Cerrado.

Lá	Pantanal, Serra do mar) Sertão de dentro (os gerais)	Veados e tamanduás	Rios: Urucuia, rio do Sono	cidade grande. Sertanejo de longe, os da cidade.
Ali /aqui	Cerrados e as Gerais.	Tatus, capivaras e peixes	Córregos	Cerradeiros e geralistas
Aqui	Veredas e chapadas	Pássaros, cachorros boi	Rio São Francisco	Beiradeiros veredeiros

Fonte: Brandão (1995, p.175)

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

Para Brandão (1995), a categorização dos espaços, seus signos e significados, seguem uma lógica espacial, revelando a relação entre os espaços e as pessoas - entre os bichos, as plantas e os acidentes do território.

[...] mais do que evidente que os critérios sociais de códigos como os da comestibilidade, da sexualidade, e das diferentes formas possíveis de relacionamentos sociedade/natureza, são pensados e estabelecidos sobre os princípios de uma lógica essencialmente simbólico-geográfica. [...]. [...] vem da natureza à sociedade e vai da sociedade à natureza, tornando pessoas, poderes, contratos sociais, bichos, almas vagantes, apropriações do mundo natural e conseqüentes gestos culturais de socialização da natureza mais homólogos do que podemos imaginar. Brandão (1995, p. 176)

Guimarães Rosa:

No Urubuquaquá. Os campos do Urubuquaquá - urucúias montes, fundões e brejos. No Urubuquaquá, fazenda-de-gado: a maior - no meio - um estado de terra. A que fora lugar, lugares, de mato-grosso, a mata escura, que é de valor do chão. Tal agora se fizera pastagens, a vacaria. O gadame. Este mundo, que desmede os recantos. Mar a redor, fim a fora, iam-se os Gerais, os Gerais do ô e do ao: mesas quebradas e mesas planas, das chapadas, onde há areia; para o verde sujo de más árvores, o grameal e o agreste - um capim rude, que boca de burro ou de boi não quer; [...] [...]

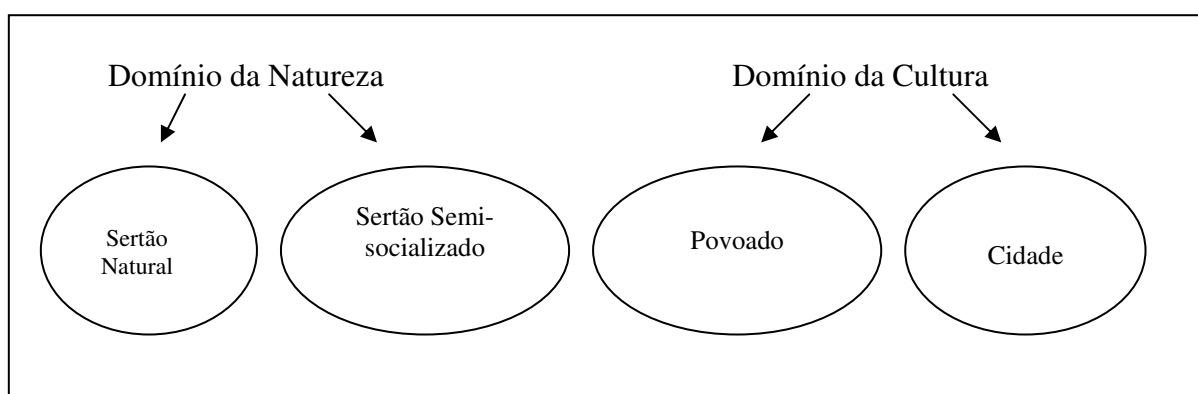
e os buritis, os ramilhetes dos buritizais, os b u r i t i z a i s, os buritis bebentes. Pelo andado do Chapadão, [...]. Rosa (1965, p. 73).

O sertão é o espaço dado à possibilidade de mutação. Ele ao mesmo tempo em que pode ser convertido em territórios, regiões e lugares mediante ação do homem/social, através de seus ajustamentos simbólicos e do seu modo particularizado de produzir a *cultura sertaneja*, ele também pode converter e transformar suas “gentes” criando sujeitos sociais, sertanejos.

O sertão é a um só tempo criado no espaço e nas relações sociais e criador de personagens sociais que desempenham dramática e poeticamente suas vidas como em um enredo de literatura ou de situação real de vida.

Sintetizando as descrições de Guimarães Rosa, proponho um esquema com as interpretações dos usos do espaço enquanto cenário de vida e lugar de cenas que o autor compôs, denominarei de *Geografia da vida Sertaneja*, complementando apresento um quadro síntese das representações desta geografia sertaneja, constituída entre os domínios da natureza e da cultura.

Esquema 04 – Categorias do sertão



Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

QUADRO 02 - Representações da Geografia sertaneja

	Domínio da Natureza	Domínio da Cultura
--	----------------------------	---------------------------

Ambientes	Sertão, fazenda	Povoado, vila, arraial e cidade
Cenários	Rios, gerais, chapadas	Bares, igrejas, feiras
Importância no conto	Grande importância, o autor descreve com riqueza de detalhes os cenários.	Pouca importância, praticamente não acontece nada. Nesses locais os personagens estão de passagem. Não existem descrições
Situação de natureza	Natureza pouco alterada, espaço fracamente socializado.	Natureza alterada (construção de casas, ruas, prédios), espaço fortemente socializado
Tipos de ligação	Caminhos, trilhas e picadas.	Ruas, estradas e rodovias.

Fonte – Rosa (1965)

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

De acordo com o quadro 02, podemos verificar que o autor situa o sertão entre duas dimensões ou domínios:

1 - O lugar domínio da natureza, o *sertão* natural, propriamente dito, entre cerrado e caatinga, no qual apresenta à fazenda, como um espaço de convivência entre a cultura e a natureza. A fazenda é o espaço em que a natureza e a cultura coexistem.

Os homens vivem na fazenda e utilizam a natureza em seu favor. Fazem pastos e plantam roças, mas não há predominância de um espaço sob o outro, a cultura não artificializa a natureza. Guimarães Rosa compõe o cenário do sertão, na companhia de rios, de montanhas, chapadas, córregos e veredas. Vejam que são os ambientes em que ocorrem à maioria das passagens do conto, são, portanto, os espaços que o autor mais valoriza e descreve.

2 – O lugar do domínio de Cultura – entre o povoado e a cidade, predomina a cultura como construtora do espaço. É importante observar que tanto o povoado quanto a cidade são lugares de realização do comércio, da festa, da prostituição, do negócio. São espaços em que a natureza é modificada.

Nas cidades, muito mais do que nos povoados, existem ruas, prédios, pontes. Elas são estruturas que alteram fortemente a natureza. Guimarães Rosa não dá importância para estes ambientes, são espaços fracamente descritos, de onde sempre se está partindo para algum lugar. No conto, nunca se está na cidade vivendo alguma cena importante.

Em resumo, a cidade é o elemento que evidencia o processo de transformação da natureza em cultura. A cidade está em oposição à natureza. Ela só existe porque a natureza foi alterada. Assim como o sertão foi se transformando em uma região econômica, a sua população foi migrando do sertão para a cidade, deixando o lugar entre a cultura e a natureza para habitar uma região “artificial”.

3.2 – A região artificializada - a formação histórica e as transformações recentes

A ocupação da região norte de Minas, em especial, a do vale do São Francisco baseou-se na conjugação de dois fatores importantes: (I) a criação extensiva de gado; (II) a disponibilidade de terras livres, De Paula (2003). Do ponto de vista econômico reside sobre a criação de gado, importância fundamental, vários autores atribuem a essa atividade, centralidade no que diz respeito à formação econômica regional.

A pecuária foi facilitada pelas características bio-geográficas locais, na qual se alia formações vegetais de cerrado, aberta e com baixa densidade vegetal, com a presença de solos férteis nas baixadas dos grandes rios, combinando tudo isso, com o sistema de concessão de grandes terras, no regime de sesmarias, instituído pela coroa.

Cardoso (1996) classificou a formação econômica da região em duas fases: (I) o período desde a chegada dos bandeirantes até 1960; (II) pós 1960 com as transformações promovidas pelas ações da SUDENE.

Para o autor, o processo de ocupação e de formação da economia regional foi sustentado pela criação de gado, mas apresentaram variações internas no tempo e no espaço. Essas variações foram resumidas por Silva (1999), da seguinte forma:

1. No período do século XVI e XVII marcaram o início do processo de ocupação, tiveram como agentes, as ações das bandeiras Paulistas e Baianas. O rio São Francisco foi a grande rota de acesso à região, fazendo sua ligação com a região açucareira;
2. Nos séculos XVII e XVIII houve uma desaceleração das atividades açucareiras e expansão da mineração. O norte de Minas abastecia as minas com produtos da criação de gado como (couro e carne), além disso, os produtos que vinham de outras regiões passam pelo rio São Francisco, como entreposto comercial;
3. A partir de 1701, a região sofreu restrições comerciais da Coroa por não recolherem impostos. Este período de isolamento obrigou a região a se voltar para seu interior, desenvolvendo estratégias econômicas autônomas e consolidando núcleos de auto-suficiência. Esta situação peculiar, não alterou a dinâmica básica da econômica, em síntese, a exploração extensiva de gado, continuou sustentando a economia regional. Nesse período o eixo das trocas comerciais se deslocou para a região Nordeste e para o estado de Goiás.
4. No século XVIII, em virtude de alterações econômicas mundiais, derivadas da revolução industrial, houve uma expansão da atividade algodoeira, atingindo a região Nordeste e o norte de Minas. Alguns núcleos se desenvolveram, inclusive, com a presença de algumas usinas de beneficiamento. O cultivo de algodão se concentrou na região de Porteirinha, Espinosa, Monte Azul e Mato Verde.

5. Por volta de 1885, a produção de látex (borracha) a partir da mangaba nativa dos Cerrados teve uma relativa importância econômica concentrando-se na região entre Januária/MG e Remanso/BA. Foi um ciclo de curta duração.

6. Na primeira metade do século XX houve a chegada da ferrovia ligando o norte de Minas às outras de microrregiões do estado, rompendo o isolamento econômico. A partir de então, a expansão econômica, não é exclusiva do eixo rio São Francisco, mas ela é deslocada, especialmente para as comunidades disposta ao longo da ferrovia. Aos poucos Montes Claros foi se consolidando como pólo regional. Nesse período foram intensificadas as relações com o centro-sul do país, iniciando o rompimento do isolamento histórico da região.

Todas as modificações econômicas, no entanto, serviram para consolidar, pelo menos no âmbito da agricultura, dois modos distintos e complementares, a grande fazenda e os núcleos camponeses, Costa (1997). De um lado a grande fazenda, baseada na mão-de-obra escrava, servindo de sustentáculo para as zonas mineradoras e ou dedicada à criação de gado para a comercialização. De outro os núcleos camponeses produziam de forma coletiva, utilizando as chapadas e a criação extensiva de gado.

3.2.1 - O Médio São Francisco - um rio de história

No quadro regional a inserção do médio São Francisco e a história de sua formação social, por si só, merecem uma atenção especial, seja por se constituir nosso lugar de pesquisa, seja, por apresentar nuances de um processo muito particular, que diz respeito ao período do auge da navegação pelo rio.

Os relatos de viajantes dos séculos XVII e XIX corroboram a interpretação de que a constituição sócio-cultural do médio São Francisco no trecho entre a cachoeira de Pirapora e o município de Januária, está ligada a um duplo processo: (I) a integração da base cultural indígena, praticamente exterminada em termos físicos demográficos, ao florescimento de uma população predominante negra; (II) o desenvolvimento de uma cultura de beira-rio, ligada à pesca, a agricultura de vazante e a navegação rudimentar pelo rio.²¹

No século XIX o São Francisco foi visto como a opção viável de interligação da região Nordeste à capital do Império. Várias expedições foram encampadas com o intuito de reconhecer essa potencialidade²². Duas opções foram sugeridas pelos desbravadores:

1 – Utilizar o rio São Francisco como ligação principal, reconhecendo e superando os obstáculos naturais, principalmente, a cachoeira de Paulo Afonso e as corredeiras de Pirapora²³.

2 – Completar a ligação do São Francisco utilizando o rio das Velhas como braço secundário até a cidade Sabará.

Ambas as opções deveriam ser complementadas pela instalação de linha férrea. De fato a utilização do São Francisco foi levada a diante. Não demorou muito, já no final do século XIX, os barcos movidos a vapor tornaram-se freqüente na paisagem. O rio que antes separava, agora une.

²¹ Essa população parecia estar alheia à presença dos órgãos oficiais de vigilância do estado, em oposição, ao rígido controle que era exercido nas áreas de mineração na província. Esse aparente abandono e isolamento escondem duas questões que permanecem obscuras até hoje: (I) qual a influência que a capital do país exercia na região do médio São Francisco, tendo em vista, a ligação entre Sabará e o povoado de Guaicuí, na foz do Rio das Velhas?; (II) como se deu a integração de brancos, representantes do Estado, qual papel, ou quais papéis, eles desempenharam na constituição e desenvolvimento das cidades no médio São Francisco?

²² Entre o baixo e médio São Francisco em pelo menos dois séculos, foi desenvolvido um extraordinário sistema de navegação, baseado, sobretudo, na propulsão dos braços fortes dos remeiros do rio São Francisco. Eram transportados, principalmente, gêneros como sal e algodão. Neves (1998).

²³ Esta opção exigiria um dispêndio de recursos bastante elevado, já que a cachoeira de Paulo Afonso era um obstáculo considerado intransponível para a engenharia da época, e por isso, seriam necessárias obras para complementar a ligação usando outros meios de transporte (linha férrea e estradas). As corredeiras de Pirapora poderiam ser removidas, para tanto, os gastos, também, seriam extraordinários.

No início do século XX, a então incipiente, cidade Pirapora já contava com ligação férrea. Essa perspectiva não só favoreceu a tão sonhada ligação Nordeste-Centro Sul, De Paula (2003)²⁴, como intensificou, também, o contato da região do médio São Francisco com as demais regiões do País. Essa integração, do ponto de vista, demográfico, favoreceu a dinamização de núcleos urbanos que viviam um ciclo de estagnação, como Januária, ela foi ainda, o ponto de partida para o surgimento de novos municípios como Pirapora e Ibiaí, que na época eram apenas núcleos populacionais de outros municípios.

Do ponto de vista da organização e expressão econômica, apesar da importância da hidrovia/ferrovia, a estrutura foi alterada, a região continuava sendo considerada deprimida e pouco representativa no cenário estadual e nacional. De fato, apenas da década de 1970, com a política de modernização da agricultura e o advento da SUDENE, as relações socioeconômicas regional foram significativamente modificadas.

3.2.2 – A ofensiva do capital – a intervenção do Estado no Norte de Minas

O processo de discussão das políticas de desenvolvimento rural para o Brasil teve início na década de 1960, o cenário foi dominado por discussões que visavam resolver os problemas do campo brasileiro, duas alternativas eram propostas, a reforma agrária ou a modernização da agricultura. Cada corrente teórica apresentava suas idéias, porém com o golpe militar de 1964, o caminho escolhido foi da modernização sem reformas, como exposto por Delgado (2001).

²⁴ Segundo a autora, o rio, desde o desenvolvimento de uma navegação “organizada”, era usado como uma espécie de “estrada líquida”, inclusive, por migrantes em busca de uma vida melhor. Muitos que se dirigiam para as grandes cidades do Sudeste, não conseguiam completar sua jornada e se estabeleciam no meio do caminho, em localidades ou município como Pirapora, Januária e Ibiaí.

Em nível nacional foram criados órgãos que serviram como instrumentos para implantação prática desta “tese” modernizante, como: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRABA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Em termos de incentivo foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Nas áreas dos cerrados a participação do Estado foi fator decisivo para promover a reestruturação agrícola, como mostra Salim (1986, p.308), “Para as áreas de cerrado tem sido dada maior ênfase aos programas especiais tornando o principal veículo de capitalização e tecnificação de sua agricultura”.

Dentre as ações direcionadas para a região, as que tiveram maior repercussão ao nível de modificação sócio-espacial foram: o Programa Desenvolvimento das áreas integradas do Nordeste (POLONORDESTE); o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO); e o Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

O *POLONORDESTE*²⁵ iniciado na década de 1970 constituiu-se em um projeto voltado para o Nordeste do país, procurando associar projetos de irrigação com modernização agrícola. Em Minas Gerais, o programa beneficiou a área da mata da Jaíba com projetos de irrigação.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) ficou responsável em promover o desenvolvimento no vale do São Francisco, visando à expansão das áreas de fronteiras agrícolas através da irrigação, abastecendo grandes cidades e o mercado externo.

O *POLOCENTRO* Visava implantação de múltiplos pólos de desenvolvimento, situados em posições estratégicas, com o objetivo de promover a propagação de tecnologia agrícola, propiciando a assistência técnica, crédito rural, apoio à infra-estrutura (eletrificação

²⁵ Os programas Polonordeste e Polocentro foram extintos na década de 1990.

rural, construção e conservação de estradas, armazenagem de produção, além de reflorestamento) para os cerrados, o traço principal deste programa foi à assistência concedida a médios e grandes produtores. Em Minas Gerais foram selecionados para integrar ao programa na área do alto-médio São Francisco os municípios de Pirapora, Buritizeiro e Várzea da Palma.

O PRODECER iniciou suas atividades em 1979 no Noroeste Mineiro, estendeu-se em uma segunda etapa, para outras regiões e estados, com o objetivo de estimular e desenvolver a implantação de uma agricultura moderna, eficiente e empresarial na região dos cerrados.

Dentre os programas governamentais, a atuação da SUDENE²⁶, talvez seja a que tenha produzido os maiores efeitos. A Superintendência foi instituída pela Lei nº 3.962 de 1959, como objetivo planejar e administrar os recursos públicos, financiando projetos que promoveriam o desenvolvimento econômico, a fim de reduzir as desigualdades regionais e as disparidades de rendas, promovendo o desenvolvimento do Nordeste, através de planejamento e coordenação dos investimentos federais.

Ela atuou sobre 20,6% do território brasileiro envolvendo Nordeste, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, composto de 1.953 municípios dos quais 1.348 situam-se no polígono das secas²⁷.

Antes da atuação da superintendência de desenvolvimento, esta região tinha como principal ponto de estrangulamento a falta de infra-estrutura de energia, de transportes e de telecomunicações. Na verdade, isto, consistia em um obstáculo ao desenvolvimento econômico, visto que dificultava a implantação de unidades produtivas com maior desenvolvimento tecnológico e ainda limitava a produção e a produtividade.

²⁶ O município de Ibiaí foi inserido na região Norte de Minas e passou a integrar a chamada Região Mineira do Nordeste – RMNe. Ver De Paula (2003).

²⁷ O Norte de Minas foi inserido na área de atuação da SUDENE por apresentar características semelhantes da região nordeste.

No entanto, a SUDENE e demais programas semelhantes mantiveram desviados de seus propósitos originais, priorizaram o lado econômico e desconsideraram a questão social. Como aponta Andrade (1982) citado por Rodrigues & Oliveira (2000, p. 58):

Faz-se desse modo, o enriquecimento dos grupos sociais dominantes, às custas da pauperização em curto prazo da grande maioria da população e do empobrecimento ecológico a médio e longo prazo. Exploram-se o presente às custas do futuro. [...] Os programas econômicos assim planejados, sobretudo os projetos subsidiados com dinheiro público devem levar em conta as implicações sociais e ecológicas que trarão ao meio ambiente e à sociedade antes de serem aprovados e subsidiados.

Para De Paula (2003), as ações da SUDENE foram baseadas em quatro pontos: (1) Colonizações das terras despovoadas existentes no Maranhão e no Oeste da Bahia; (2) Aproveitamento das bacias dos açudes e irrigação nos Vale dos rios São Francisco e Paraíba; (3) Aproveitamento dos tabuleiros costeiros do Nordeste e (4) Reorganização Fundiária do Semi-árido e da Zona da Mata.

De Paula (2003), em uma consistente crítica a ação da SUDENE no Norte de Minas e de outros programas públicos, destaca o apoio à atividade de produção de carvão e de reflorestamento, essas atividades vieram se juntar as outras em curso, e talvez tenham sido a face mais predatória de todas as transformações enfrentadas pela região, com consequências avassaladoras no que tange a desestruturação dos núcleos camponeses existentes, incluindo a expulsão em massa de agricultores rumo à cidade, a violência física contra os moradores na disputa pela terra, submissão destes ao trabalho escravo e finalmente a degradação ambiental sem precedentes.

O discurso estatal baseava-se na possibilidade de integração da região com a economia nacional. O desenvolvimento almejado fez com que o Estado facilitasse o ingresso de capitais nacionais e internacionais. Os pequenos agricultores e produtores rurais eram os principais beneficiados dos Programas Especiais. Alguns

órgãos como CODEVASF e SUDENE impulsionaram políticas que viabilizavam incentivos fiscais e financeiros para o fomento da atividade econômica, principalmente dos setores agroindustrial de reflorestamento e irrigação. De Paula (2003, p. 105.).

Contando com incentivos fiscais, com disponibilidade de terras devolutas (em alguns casos) com os baixos preços, a instalação de infra-estrutura e com a conivência dos órgãos de controle de desmatamento, a atividade encontrou campo fecundo na região Norte de Minas, Silva (1999) demonstra que:

O início dos anos 1990, 70% do carvão produzido na região originavam-se de vegetação nativa. De acordo com Cardoso (1996), só entre 1985 e 1989 foram desmatados 990.000 ha, tendo sido liberada pelo IEF²⁸ uma área de 854,8 mil ha para desmatamento, entre 1983 e 1990. Neste período, **33,57% do total de área liberada para desmate do Estado estava localizado no Norte de Minas.**

Por outro lado, a área reflorestada cresceu 1.124% entre 1975 e 1985. Neste último, a área de reflorestamento atingia 868.075 ha (dados do IBDF coletados por Cardoso, 1996) e em 1992 se estendia para 1.020.013 ha, ocupando assim 8,68% da superfície do Norte de Minas (IEF, 1997). Dessa forma, a região foi responsável, em 1985, por cerca de 25,91% do carvão vegetal de Minas Gerais. Silva (1999, p.137) Grifos do autor

Como consequência a cobertura vegetal natural da região caiu significativamente, comprometendo, sobretudo, a biodiversidade local e o modo de vida tradicional do camponês. É neste contexto que o município de Ibiaí e a comunidade de Barra do Pacuí se inserem.

²⁸ IEF – Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais

3.3 – O município de Ibiaí - o ontem e o hoje

As mudanças no panorama regional influenciaram a constituição e o desenvolvimento do município de Ibiaí. O pequeno arraial surgido no por volta do século XVII, naquela época, chamado de povoado Extrema, pertencente então ao município de Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão. Ibiaí assistiu pouco a pouco as modificações regionais se desenrolarem.

Os viajantes dos séculos XIX e XX trouxeram um retrato do município, do ponto de vista sócio-econômico, os relatos descrevem um lugarejo pouco atrativo e com baixa expressividade. Desta maneira apresento três narrativas cronologicamente distintas para caracterizar a situação sócio-espacial do povoada naquela época.

No ano de 1817 o Padre Manoel Aires Casal, fez uma viagem descrevendo com detalhes a geografia de todo reino, incluindo algumas linhas sobre então Arraial da Extrema:

[...] Sessenta léguas ao norte de Sabará, 39 ao oes-noroeste do Fanada, 43 ao nor-noroeste da Vila do Príncipe, está a paróquia e julgado da Barra do Rio das Velhas, situado numa planície sobre a confluência do rio, que lhe dá nome, e o danifica com suas grandes cheias; ornado com uma igreja matriz dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso, e uma capela do senhor Jesus Matozinhos. É muito comércio, abastado de carne, peixe e frutas; e o entreposto de grande quantidade de sal, que sobe das salinas do Rio São Francisco. Seria hoje uma das maiores povoações das províncias, se as febres, que reinam na estação das chuvas e fazer retirar grande parte do povo [...] **Coisa de 6 léguas ao norte sobre a margem do Rio São Francisco está o pequeno e vistoso Arraial de Extrema com um Ermida de Nossa Senhora da Conceição. È abastada de peixe, carne e frutas, principalmente laranjas.** Casal (1976, p.130) grifos nosso.

O naturalista Johann Emanuel Pholl, também apresenta descrições de Extrema, hoje Ibiaí:

[...] A nove milhas ao nordeste fica o arraial ainda menor da Extrema, no rio São Francisco, onde se produzem laranjas e outras frutas e, sobretudo, muito algodão. O rio fornece peixe em abundância, e prospera criação de gado dos arredores, grande quantidade de carne. Johann Emanuel Pholl ([20--], não paginado)

Em outra expedição foi contratado pelo Governo Imperial, o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, para estudar o rio São Francisco, da Cachoeira de Pirapora até o seu desaguar no oceano. Ele percorre e explora o grande rio e seus afluentes durante o período de 1852 a 1854 e faz uma descrição do pequeno Arraial:

Dous sangradouros e o riacho pequeno da Extrema entrão pela margem esquerda; pela direita outro riacho da Extrema; ambos não dão navegação. O leito do ultimo é cheio de areia e somente canoas entrão a pouca distancia riacho acima; de baixo da barra delle e sobre uma colina, está situado ao arraial da Extrema, que tem uma igreja e 45 casas pequenas. O seu comércio é tanto pelo rio acima, bem como por terra com o arraial de Manga e Rio abaixo com o porto do Brejo do Salgado e para dentro com a vila da formiga e o distrito Diamantino. Não observei muita animação neste arraial, mas muita pobreza e depravação. Criação de gado vaccum e pescaria são as principais ocupações dos seus habitantes. Froteiro ao arraial da Extrema tem o Rio a largura de 2.300 palmos e o canal navegável é limpo. Halfeld (1860, p.15)

Até o início do século XX os viajantes descrevem o lugar como um povoado tipicamente rural completado obviamente pela atividade pesqueira. Eles destacaram a produção de algodão, a criação de gado e a produção de frutas, especialmente a laranja.

Em termos de comércio o município dependia fortemente do rio, que era usado como forma de ligação a montante com a Barra do Guaicuí e o porto de Pirapora, e a jusante com São Romão, São Francisco e outros povoados, inclusive de outros rios, como o Paracatu. Deste comércio o município obtinha principalmente gêneros como o sal e os tecidos.

De 1848, quando o distrito foi restaurado e incorporado a Montes Claros, visto que ele havia sido extinguido, até 1962, ano da emancipação política administrativa do então

município de Ibiaí, o quadro sócio-econômico e o perfil demográfico pouco se alteraram. Sendo que a partir da década de 1970, o município assiste algumas alterações estruturais, como o surgimento de novas atividades econômicas, entre elas o reflorestamento de “pinus” e “eucaliptos”, o declínio da navegação pelo rio e recentemente à chegada de novos agentes econômicos no meio rural.

O município que está localizado no médio São Francisco, possui atualmente uma área total de 873, 27 km², estando distante 406 km de Belo Horizonte. No que concerne à dinâmica populacional, a intervenção do estado e de suas políticas, como a SUDENE, teve em Ibiaí resultados muito parecidos como nas demais cidades do Norte de Minas, a tabela 01 retrata o comportamento populacional no município desde a sua emancipação:

Tabela 01 – População urbana/rural de 1970 a 2007

Anos	Urbana	Rural	Total	Diferença Pop.
1970	771	3.317	4.088	-
1980	1.662	3.887	5.549	+ 35,74 %
1991	3.454	3.843	7.297	+ 31,51 %
2000	5.128	2.119	7.247	- 0,68 %
2007	-	-	7.571	+ 4,47 %

Fonte: IBGE (2007)

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2008

A interpretação da tabela 01 confirma as análises de, Rodrigues & Oliveira (2000) e De Paula (2003), o município, assim como a região Norte de Minas, passou por uma transformação demográfica impressionante. Em pouco mais de 30 anos a população total cresceu cerca 71,04 %. No sentido inverso, a população rural diminuiu 36,11%, isto demonstra o agravamento do processo de êxodo rural como uma transformação sócio-espacial decorrente do quadro geral que constituiu as ações estatais desde a década de 1970.

Não é somente o crescimento da população que chama a atenção, também é impressionante a mudança do perfil demográfico. Em 1970, a população urbana representava apenas 18,86%, em 2000, essa proporção salta para 70,76%. Esta situação tende a ser intensificada, pois, apenas nos últimos três anos o município vem passando pelo processo de modernização da agricultura, com a chegada da monocultura de soja e principalmente do café conforme mostra a foto 02:



Foto 02: Pivô de café em umas das fazendas do município de Ibiá-MG.

Autor: SANTOS, Rodrigo Herles, 2008

Mesmo com o processo de crescimento da população, em especial, a população urbana, Ibiá ainda pode ser caracterizada, como um espaço predominantemente rural, dados do IBGE (2000) revelam, do total da população ocupada em algum setor de atividade, mais de 53% estão ligadas ao setor agropecuário, incluindo a pesca.

Para além da riqueza produzida, os números refletem a própria dinâmica social, que, no caso do município, configura-se em uma área francamente rural, com parte expressiva da população sendo absorvida nas atividades tradicionais agropecuárias. No entanto, no que

concerne o viés econômico, estas atividades vem cedendo espaços às atividades recém introduzidas, com destaque a silvicultura e a produção do café.

Esta modificação na base econômica causa alterações na estrutura social local, gerando um processo de diferenciação social, além de possíveis tensões na disputa por território, entre a agropecuária tradicional e os novos agentes da agricultura moderna.

Neste capítulo situei os processos de modificação regional e trouxe ainda, elementos da narrativa literária de João Guimarães para compor uma paisagem do sertão entre gentes, cenas e cenários; mostrei, também, como a região Norte de Minas foi se configurando historicamente, destacando a ação das políticas do estado na década de 1970, como fundamentais para a criação das condições econômicas atuais e o surgimento de uma outra racionalidade econômica.

Por fim, expus como no município, as transformações sócio-espaciais se desenrolaram e/ou ainda estão em curso nos dias atuais. Desta maneira, prosseguirei no capítulo seguinte, mostrando o modo de vida da comunidade e as formas de percepção e manejo do ambiente.

04 – A GEO-ETNOGRAFIA DA BARRA DO PACUÍ

A tradição da pesquisa no Brasil sobre as pequenas comunidades rurais, incide em geral ou sobre os conflitos gerados pela **questão agrária**, ou sobre questões estruturais da dimensão agrícola. São ainda poucos e pioneiros os estudos que relacionam o agrário, o agrícola e o ambiental, com o foco sobre este último. Este é o meu caso e reconheço que algumas debilidades devem ser creditadas à própria novidade desta abordagem.

Dito isto, podemos iniciar a geo-etnografia de Barra do Pacuí. Imagine um lugar perdido no tempo, é assim, que me sinto ao descrever a comunidade de Barra do Pacuí, não pelo sistema econômico que presenciei ou pela ausência de ação por parte do Estado, e sim pela organização do seu sistema social, no que tange a ausência do estado, os processos de controle e vigilância, bem como pela organização social e usos do território que vi e que no capítulo que se segue descreverei em maiores detalhes.

Para que o leitor tenha uma caracterização mais completa, iniciarei, contando a história da formação da comunidade.

4.1 – A história da Barra do Pacuí

De acordo com os dados colhidos em campo, a formação da comunidade teve início na década de 1930. Como mostra a entrevista abaixo, 5 (cinco) famílias, de origem negra, oriundas de uma fazenda na região, instalaram-se em uma área às margens do rio São Francisco, distante cerca de 12 km da sede município de Ibiaí.

Eram cinco famílias que comprou o direito aqui, não era parente amigos e conhecido, eram amigos na fazenda e reuniram os cinco e compraram o direito aqui, no caso da fazenda não sei de quem ficaram sabendo desse terreno estava disposto, aí vieram e compraram quarenta e oito alqueires de terra. Entre os cinco, ficaram quatro com dez alqueires e um com oito, foi por aí que começaram, mudaram para aqui em 1934, eu nasci em 1937, e aí foram indo, no princípio morava na beira do rio, mas naquele tempo chovia bastante, tinha muita enchente, tinha que ficar mudando a cá para fora, para o alto. Entrevista com o Sr. João Bento, 2007.²⁹

Ocuparam uma área medindo aproximadamente 38 ha, desenvolvendo ali atividades relacionadas à pesca e agricultura (em terra firme e em várzea). Com a agricultura obtinham gêneros alimentícios, como: Arroz, feijão e milho. Utilizando-se de uma prática comum aos moradores ribeirinhos, eles freqüentavam os mercados às margens do rio, especialmente o da cidade de Pirapora, no qual conseguiam os gêneros que não eram produzidos na comunidade como sal e tecidos.

Mais antigamente pra ir Pirapora tinha que ir canoa, era uma viagem longa, agora sai de manhã e volta à tarde.

Levava muitas coisas pra vender no comercio, farinha, porco, o barco era de um remo só. O barco pesava quase 300kg e era movido no braço. Levantava de madrugada para fazer feijoada pra levar de matutagem. Quando voltava trazia sal, pano pra fazer roupas para usar nas festas e fogueira

Eu já viajava muito de canoa, fui até na lapa, meus pais era da Bahia, convivi pouco com eles, quando eles morreram eu tinha 6 anos, ai meus avós me pegou pra criar, ele já tinha criado a minha mãe, eles contavam muitas lendas pra “nois”, eu não “alembro” de todas, mas tinha trovoadas que virava barcos. Entrevista com Dona Maria, 2007.³⁰

A ligação entre a Barra do Pacuí e o mercado de Pirapora, era feita por meio de canoas. As lembranças dessas viagens ainda estão vivas na memória dos moradores mais antigos, que contam, com romantismo, as historias deste tempo.

²⁹ Sr. João Bento, 65 anos, aposentado. Camponês nascido em Barra do Pacuí, sua família foi das cinco pioneiras da Barra do Pacuí. Viveu toda a vida na comunidade entre a agricultura, a pescaria e as longas viagens de canoas, que segundo ele faz parte de um tempo que não volta mais, no qual o rio possuía vida, saúde e uma alegria que contagiava os ribeirinhos. Sr. João Bento é um dos mais importantes líderes atuais da comunidade.

³⁰ Dona Maria, 68 anos, viúva, aposentada. Camponesa nascida e criada em Barra do Pacuí. Até hoje com ajuda do filho, Jurandir, cultiva roça na beira do rio Pacuí.

4.1.1 – Barra do Pacuí - Uma comunidade Quilombola?

Impressiona constatar que essa comunidade se desenvolveu no quase absoluto isolamento social no que tange a origem das famílias e as trocas ou a absorção de novos membros no interior da comunidade. Quase a totalidade delas são descendentes diretos das famílias originais, os laços de parentesco são bastante próximos. O estabelecimento de um sistema de trocas e de casamento dentro da comunidade garantiu a manutenção total dos usos do território. Com isso, a comunidade ainda hoje é composta quase que exclusivamente por negros.

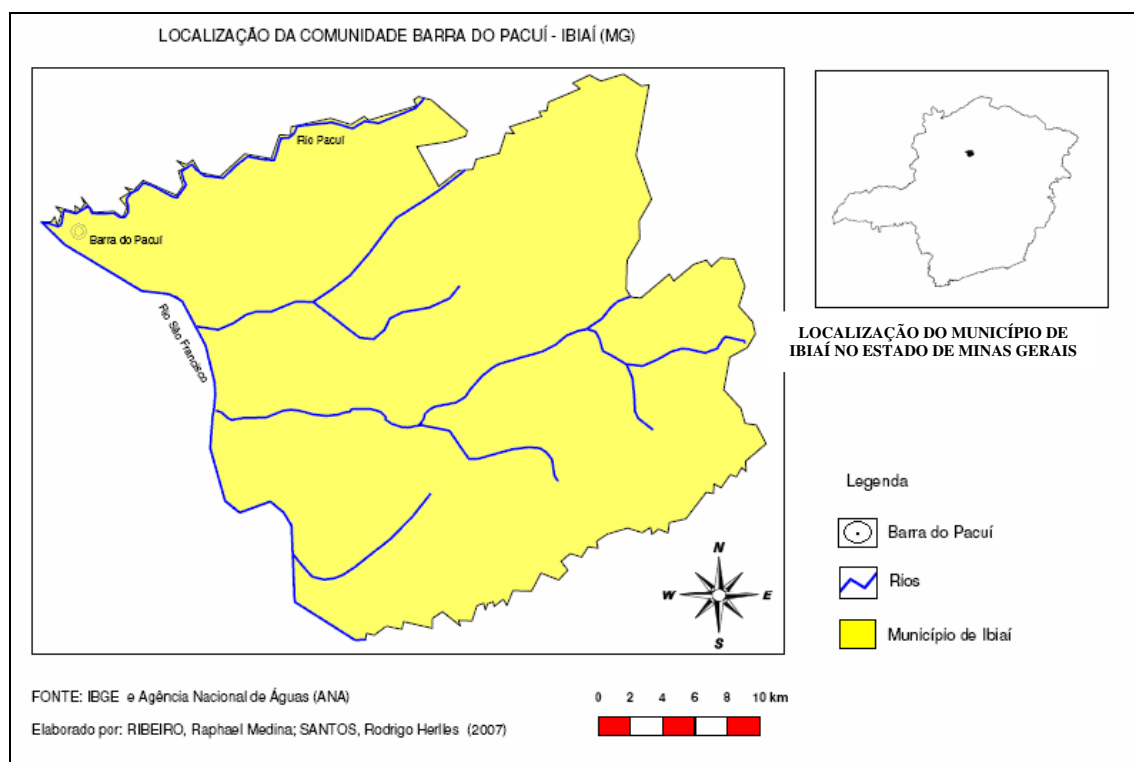
Desta maneira, praticamente todos os que habitam Barra do Pacuí são parentes consanguíneos, com exceção, a alguns pescadores, considerados de fora, mesmo residindo na comunidade a mais de 20 anos em alguns casos.

Qualquer pessoa que passa por lá, sempre se questiona sobre a possibilidade de se tratar de uma comunidade Quilombola. Eu mesmo, não me pude furtar a esse questionamento. Na prática os moradores não se entendem enquanto uma comunidade quilombola, seja no sentido sociológico do conceito, seja nos desdobramentos de uma ação política.

As próprias relações sociais e de poder que observei, levam-me a corroborar com o entendimento local. Trata-se muito mais, de compreender as práticas econômicas, de trabalho e de usos do território, as quais passam à idéia de uma comunidade camponesa tradicional.

4.1.2 – A estrutura atual da comunidade

Distante cerca de 20 km da sede do município, como revela o mapa 02. Conforme dados de campo a comunidade é composta por 31 casas, utilizadas com fins de residências.



Mapa 02: Localização geográfica da comunidade de Barra do Pacuí, inserida no município de Ibiaí-MG
Org: RIBEIRO, Raphael; SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

A disposição das casas separa a comunidade em duas partes, a de cima e a de baixo. Na parte de cima, encontram-se enfileiradas um conjunto de 22 casas. Nessa parte ainda se localiza a escola, a praça e a igreja. Separando as duas partes, estão duas ruas, uma no centro das fileiras de casas e, outra na porção nordeste da comunidade. Na parte de baixo encontra-se o restante das casas, um bar e o campo de futebol.

QUADRO 03 – Estrutura física na Barra do Pacuí

Edificações	Quantidade
Casa	31

Bar	03
Igreja	01
Escola	01
Associações	01
Posto Médico	01
Casa de Farinha	01
Total	40

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007.

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2008

A escola atende apenas o ensino básico, isto é, do 1º ao 9º ano, o ensino médio é completado na sede do município no período noturno. Desta forma os jovens são obrigados a se deslocar diariamente em ônibus escolar. O atendimento médico é realizado uma vez por semana nas terças-feiras, contando com um clínico geral e enfermeiro, ocasionalmente, dispõe de tratamento odontológico. A comunidade conta apenas com uma linha regular de ônibus que faz a ligação com a sede do município. Ela é muito utilizada pelos aposentados que vão a cidade receber seus “benefícios”.

A população é composta por 249 pessoas, sendo predominante o gênero feminino, em uma proporção de 56,25% de mulheres contra 43,75% de homens. Essa predominância feminina é explicada em virtude do processo de migração, visto que ela é seletiva, e no caso de Barra do Pacuí, os homens são forçados a uma mobilidade social maior do que as mulheres.

Tabela 02 – Percentual da população por gênero

	Quantidade	Percentual
Homens	109	43,75%
Mulheres	140	56,25%
Total	249	100%

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007.

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

A distribuição por faixa etária, obedece a seguinte ordem:

Tabela 03 – Distribuição da população por faixa etária

	Percentual (%)
Crianças	31,80
Adultos (PEA)*	52,30
Aposentados	15,90

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

*PEA – População Economicamente Ativa

O alto índice de aposentados favorece a estabilidade do sistema econômico local, não predominando relações de trabalho assalariado na comunidade, pelo menos entre os membros da comunidade. Boa parte dos recursos em espécie são obtidos por meio das aposentadorias. Este fator pode, inclusive, explicar o grande número de crianças e mulheres. Em muitas residências, foram encontradas crianças e mulheres morando e sendo sustentadas diretamente pelos aposentados.

4.2 - Tempos e espaços na comunidade de Barra do Pacuí

Os longos dias que passamos na comunidade nos propiciaram a oportunidade de observar o cotidiano dos moradores. Na minha percepção de geógrafo procurava interpretar o movimento de ir e vir dos moradores, sempre querendo saber de onde estavam chegando ou para onde estavam indo, anotando detalhes do comportamento, para tentar esquematizar as representações do espaço de vida naquela comunidade.

Procurei enxergar as regularidades dos movimentos para sistematizar um quadro de referência dos espaços comumente freqüentados. Neste momento, os moradores já habituados com minha presença, pensavam “lá vêm aquele sujeito querendo saber pra onde o Sr. vai? Vai lá fazer o quê? Quem vai ajudá-lo hoje no trabalho?” Através dessas abordagens pude enfim, completar o quadro que desejava. Os camponeses que habitam a comunidade de Barra do Pacuí ocupam-na da seguinte maneira:

A) Espaço de relações sociais e de convivência: constituído basicamente por lugares nos quais os membros da comunidade ocupavam mais intensamente, isto é na maior parte do tempo. Esses espaços não são freqüentados para produzir, ou seja, os moradores não estão “lá” para através de sua organização social do trabalho, manejar os elementos de produção e os da natureza para obter a produção. Os moradores estavam nesses lugares e neles permaneciam por um longo período de tempo, envolvidos em situações comuns: conversas, brincadeiras, lazer, jogos, bebidas, rezas, estudos.

Sobre os lugares sociais situados no mundo da cultura, as **casas**, lugar da convivência familiar, apresentam semelhanças entre si. Em 100% das moradias a casa é dividida em duas unidades distintas, a casa como abrigo e o quintal como extensão do trabalho feminino, como afirma a agricultora dona Maria: “Na comunidade onde “nois” mora, eu gosto mesmo é da minha casa, mexer com minhas lavouras, mexer com umas coisas aqui outras ali, isso e bão demais”.

Praticamente nenhuma residência é murada, geralmente os quintais são abertos, em alguns poucos casos eles são cercados por arame. Neles são encontradas plantas ornamentais, geralmente são usados para armazenar ferramentas. Este espaço é tipicamente feminino, é no quintal, por exemplo, que as roupas e outros utensílios do lar são lavados. O padrão de construção vem sofrendo alterações, foi possível observar casas de alvenaria em substituição às antigas casas de adobe.

Ao contrário da casa, a **praça** é um lugar de convivência entre os núcleos familiares. Por vezes, observei-a em horas diferentes do dia, nos períodos da manhã e da tarde, quem e como as pessoas a usavam. Ela é mais intensamente, o lugar das crianças, muitas a freqüentam no intervalo das aulas, outras por todo o dia, envolvidas em brincadeiras e jogos infantis. Os adultos quase nunca se sentavam nos bancos, recém instalados. No período da noite os jovens são ocupantes prioritários da praça, provavelmente, onde se desenrolam os pequenos namoros.

No meio do caminho entre o lugar da inocência e dos primeiros namoros, a praça tem uma função social importante, é “lá” que os adultos se reúnem para aguardar o único meio de transporte oficial, o ônibus que liga a comunidade a sede município. Ele faz o itinerário diário de “ir e vir” ao município de Ibiaí.

A sede da **Igreja** de Nossa Senhora Aparecida é utilizada pela comunidade como um espaço comum a todos. Missas são celebradas com freqüência aos domingos a partir das 09 h, às celebrações comuns são realizadas por membros da comunidade. Em ocasiões especiais, o padre da paróquia de Jequitaiá comanda as celebrações.

A organização das atividades eclesiais fica a cargo das senhoras, não é raro vê-las reunidas, duas ou três vezes por semana, sempre as 19 h, para cuidar atividades da igreja.

Em termos de diversão, é nos dois **campos de futebol** que os moradores exibem uma alegria e uma paixão contagiante. Os campos são espaços de uso exclusivo dos homens, principalmente os jovens e os adultos de idade até 40 anos. Quase todos os dias depois entre as 17h e às 19h, pode-se acompanhar a diversão dos jovens.

A comunidade mantém um time de futebol participando dos campeonatos amadores do município e da região muito próxima, geralmente essas partidas ocorrem nos sábados à tarde ou no domingo pela manhã.

O bar também é um espaço exclusivo dos homens, neste período em pouquíssimas ocasiões observei uma pessoa do sexo feminino, criança, jovem, adulta ou idosa freqüentando o bar. Não é possível encontrar gêneros alimentícios em nenhum dos dois bares ou “botecos”, como são chamados pelos moradores. Somente bebidas alcoólicas são encontradas – cachaças, conhaques e cervejas.

Se os bares são freqüentados por homens geralmente jovens e adultos, a **escola** é exclusiva das crianças e dos jovens de menor idade. As crianças têm atendimento na comunidade somente até a 8ª série, se quiserem completar seus estudos devem procurar à sede do município. Pelos menos 15 jovens da Barra do Pacuí seguem fazendo isso todos os dias, eles se dirigem no período noturno à sede município e retornam ao término das aulas.

Entre os espaços sociais freqüentados por homens ou mulheres a **casa de farinha** é um espaço da sociabilidade familiar estendida à parentela. O uso do local é comunitário, restrito no tempo, apenas em épocas de beneficiamento da mandioca e produção de farinha as famílias se sucedem manipulando os instrumentos de trabalho, mas essencialmente se comunicando e produzindo sociabilidade.

Quadro 04 – Espaços de relações sociais e de convivência da comunidade de Barra do pacuí

Lugares	Tipologia	Quem frequenta/horas	Foto
Igreja	Igreja católica de Nossa Senhora Aparecida.	Todos os moradores, principalmente as mulheres.	
Praça	Espaço localizado na parte de “cima”.	As crianças intensamente durante o período diurno e jovens no período noturno.	
Campo de Futebol	Aparelhos para prática de lazer.	Jovens e adultos do sexo masculino, todos os dias a partir das 17h e nos confrontos de fim de semana.	
Bares	Estabelecimento de comércio para vendas de bebidas alcoólicas.	Jovens e adultos do sexo masculino.	
Escola	Turmas de 1ª a 8ª series	Crianças e jovens, tanto do sexo feminino quanto masculino.	
Casa de Farinha	Unidade de beneficiamento de mandioca e produção de farinha.	Uso familiar e parentela.	

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007.

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

B) E

spaç
os
de
soci
aliza
ção
prec
ária
–
Entr
e o
mun
do
de
pura
cult
ura
ou
de
soci
aliza
ção
e o

mundo da pura natureza, a comunidade de Pacuí mantinha pelo menos três espaços freqüentados para agricultura. Estes são os espaços da realização das relações sociais de trabalho mais típicos dessa comunidade, quicá de todas as realidades rurais.

São nesses espaços que a comunidade se organiza para plantar, colher e quem sabe para dar sentido e sentimento à suas vidas. A organização social de produção pôde ser observada em sua totalidade em minhas andanças nesses lugares. No meio do caminho entre os domínios de pura natureza e da cultura, os moradores de Pacuí classificaram os três lugares de trabalho, nos quais as regras de usos e de freqüentamento o distingue dos outros domínios:

A **Ilha** é o espaço de plantio, mede aproximadamente 24 ha., todos na comunidade têm direito de plantar, normalmente no período de chuvas. Ninguém é dono da terra, o direito é fixo, mas o tempo de utilização é livre, isto é, quem cuida tem direito de plantar. Quem não cuida não pode reclamar o direito de uso.

Para além da agricultura, o seu uso como base para a pesca é bastante forte na comunidade. Em via de regra, não existem moradores na ilha, ela não se constitui um espaço habitado. Não há registro de reuniões, festas, comemorações ou quaisquer outros tipos de atividades sociais, no sentido da convivência³¹.

No domínio do trabalho a **área de plantio da lagoa** mede cerca de 6 ha, foi incorporada ao polígono produtivo da comunidade, em virtude da sua fertilidade natural. Em oposição aos processos sociais desenvolvidos na ilha, a área da lagoa é o espaço exclusivo da agricultura, quase não se pode observar o cercamento, a presença de colchetes ou outras marcas que demonstrem certa hegemonia da cultura sobre a natureza.

A área **beira rio Pacuí** é o mais tradicional espaço de produção, assemelha-se à típica roça/lavoura camponesa. Mede cerca de 14 ha, utilizada para o plantio, alguns criam gado e cavalos na área.

³¹ Refiro-me a convivência no sentido empregado por Brandão(1995)

O sistema de uso difere-se da ilha, na beira do rio Pacuí, todos tem seus espaços mais ou menos delimitados. O direito de uso das roças é fixo no tempo, definido e socialmente aceito como posse. O uso do espaço é feito essencialmente pelos homens, admite-se a extensão do trabalho à mulher, apenas em época especiais em que a disponibilidade de mão-de-obra não é suficiente para atender a demanda.

QUADRO 05 – Espaços de socialização do trabalho na comunidade do Pacuí

Lugar	Tipologia	Quem frequenta	Foto
Ilha	Mede cerca de 24 ha, todos na comunidade tem direito de plantar.	Principalmente homens. Mulheres são admitidas em ocasiões que demanda uma ampliação da força de trabalho.	
Área da Lagoa	Mede cerca de 6 ha, foi incorporada ao polígono produtivo da comunidade.	Principalmente homens. Mulheres são admitidas em ocasiões que demanda uma ampliação da força de trabalho.	
Área do rio Pacuí	Mede 14 ha, utilizada para o plantio, alguns criam gado e cavalos na área;	Principalmente homens. Mulheres são admitidas em ocasiões que demanda uma ampliação da força de trabalho.	

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007.

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007





C) Espaço de Natureza – O sistema de usos do espaço observados na comunidade revelou o terceiro macro-espaço de Pacuí, para além da singularidade usada no início do tópico, os moradores costumam fazer distinções bastante evidente e coerentemente explicadas por eles. O próprio tempo de existência da comunidade, a crescente pressão demográfica sobre o território e a manutenção de um sistema agrícola sustentável, explicam as diferenças apontadas na constituição desse espaço.

Este espaço não pode ser definido pelo seu uso ou freqüentamento e, sim, precisamente pelo seu não uso e sua evitação. Os espaços de natureza são marcados pela inexistência de construções sociais para uso de moradia ou estruturas de armazenamento agrícola, pela presença de fauna e uma flora natural bastante desenvolvida, de forma alguma, isto significa que o espaço não tenha sido em algum momento utilizado ou incorporado ao mundo de sociabilidade na comunidade.

Os moradores de Pacuí apontaram quatro fases distintas para o espaço da Natureza:

1. **Matinho:** Roças recém abandonadas, em que a vegetação típica começa a retornar, pode ser reincorporada a área agricultável sem a necessidade de técnicas muito elaboradas de limpeza e preparo de terra;
2. **Capoeira:** Roça abandonada há poucos anos, a vegetação já se encontra em um estágio de sucessão mais avançado. A capoeira para ser novamente incorporada na agricultura demanda utilização de técnicas de preparo;
3. **Matão:** Roça abandonada há vários anos, apresenta vegetação bastante densa. Para se cultivar novamente nessa área será necessária muita força de trabalho e a utilização de técnicas agrícolas e de preparo da terra. Ocasionalmente se maneja gado e cavalos nessas áreas;
4. **Cerrado:** Natureza nunca trabalhada, como a disponibilidade de terras é pequena nessa comunidade, a taxa de cerrado preservado é pequena.

QUADRO 06 – Espaços de natureza da comunidade de Barra do Pacuí

Lugar	Tipologia	Quem frequenta	Foto
Matinho	Roças recém-abandonadas.	Pouco frequentada, raramente crianças e homens adultos.	
Capoeira	Roça abandonada há poucos anos.	Pouco frequentada, raramente crianças e homens adultos.	
Matão	Roça abandonada há vários anos.	Quase ninguém frequenta;	
Cerrado	Natureza nunca trabalhada.	Pouco frequentada, apenas em períodos de coleta de frutos.	

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007.

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2008

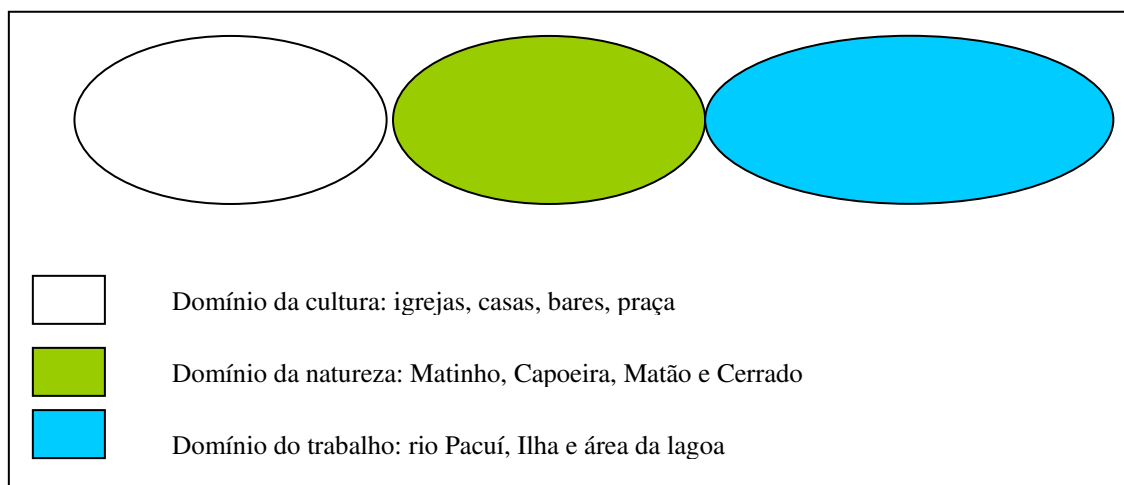
4.3 - As geografias internas da comunidade

A leitura dos quadros possibilita a interpretação dos espaços na comunidade, mais do que uma divisão sistemática elaborada por um pesquisador estranho à vida comunitária, que ao observar atento o dia-a-dia, procura entender como as pessoas de “lá” vivem. Os quadros retratam a forma de divisão e organização da própria consciência e interpretação das pessoas em relação ao mundo natural e aos espaços socializados que elas criam dia após dia em seu trabalho, ao ocupar a praça ou rezar na missa.

A igreja, a casa, o quintal, o campo de futebol, a ilha e o cerrado são na verdade a expressão da produção espacial do povo de Pacuí. As pessoas de lá vivem em um constante ir e vir, transitando entre os espaços que habitam. O Sr. Narciso quando sai de casa pela manhã e segue em direção a sua roça as margens do rio Pacuí, não faz um trajeto qualquer, ele sai do mundo que a sua cultura criou e cria todos os dias, erguendo casas, construindo igrejas ou jogando futebol, para atravessar um domínio natural, no qual as forças sociais de produção não estão sendo empregadas regularmente e chega ao mundo intermediário entre a cultura e o mundo natural. A roça é para comunidade a representação do espaço de equilíbrio entre a cultura e a natureza.

Esse movimento constante não passa despercebido no imaginário local, vejamos o esquema 05 a seguir:

Esquema 05 – Interpretação da divisão dos espaços em Barra do Pacuí







Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

Entre os três domínios que estamos trabalhando, existem distâncias a serem percorridas constantemente, mas, existem também distâncias internas a cada domínio que devem ser vencidas. A comunidade naturalmente elaborou uma malha viária interna para ligar os lugares, para cada característica de ligação corresponde uma classificação de acessos, por exemplo: quando se sai de uma casa e vai à praça, não é necessário sair da comunidade e passar para outro domínio, usa-se, portanto, as ruas internas da comunidade, quando se movimenta dentro do domínio de natureza, por exemplo, a designação é outra, usa-se trilhas, que é uma forma mais precária de acesso.

Observando o sistema viário local pude elaborar um quadro sintético que nos ajuda a interpretar o sistema de classificação local:

QUADRO 07 – TIPOLOGIA DOS ACESSOS

Tipologia dos acessos	Características	Ligações	Foto
Ruas	Liga dois ou mais espaços dentro do mundo da cultura, sem sair do domínio.	Casas, igrejas, bares, praça.	
Estradas	Liga dois espaços de pura cultura, atravessando domínios da natureza;	Da comunidade a sede do município;	
Caminho	Ligação entre os espaços da cultura e as áreas de produção, sempre atravessam o domínio da natureza.	Da comunidade a beira do rio Pacuí;	
Trilhas	Serve para se deslocar dentro do domínio da natureza, sua conservação é bastante precária;	Dentro do domínio da natureza;	

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2008

O sistema de classificação apresentado responde perfeitamente às necessidades e expectativas da comunidade, não é fácil o exercício de extrapolar a classificação para além do mundo localmente vivido, a classificação de acessos entre cidades muito distantes da realidade próxima mostrou-se bastante confuso na cabeça dos moradores, especialmente dos mais jovens.

4.4 – Plantar e Colher - as relações sociais na comunidade

As formas de organização social e as relações de trabalho no mundo camponês tradicional são bastante conhecidas. Não é novidade que o mundo rural tradicional há tempos tem se aliado a formas capitalistas de organização do trabalho para viabilizar a reprodução do seu modo de vida. Nesse esquema a presença do capital em espécie, é essencial para o funcionamento da organização camponesa e sua participação no mercado, através da inserção da sua produção.

Em nossa realidade essa relação pode ser facilmente exemplificada na dimensão mais essencial da vida cotidiana, a alimentação. Elaborei o quadro 08 de classificação dos produtos consumidos na dieta básica observada, para mostrar como a comunidade se relaciona com o mercado e ao mesmo tempo, como ela consegue uma autonomia relativamente grande em virtude de produzir a maioria dos gêneros básicos que consome:

QUADRO 08 – Produtos consumidos na dieta básica dos moradores

Onde se consegue	Dieta básica
Cultivado na comunidade	Feijão, Arroz, Verduras, Peixe, Farinha, Carne de galinha, Carne de porco, Banha de porco*
Adquirido no comércio externo á comunidade	Café, Macarrão, Óleo de soja, Sal e Carne de gado.

* A banha de porco substitui o óleo de soja no preparo dos alimentos.

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

A análise do quadro 08 mostra que na composição da dieta básica³² observada na comunidade, a maioria dos produtos são obtidos através das relações de produções internas,

³² Não se inclui na dieta o sal, ele só pode ser adquirido no comércio externo. Ouvi diversos relatos contando a história da comercialização do produto, especialmente, as viagens de canoa entre a Barra do Pacuí e a cidade de Pirapora para levar as cargas de feijão, arroz, abóbora e abastecer principalmente com Sal.

alguns poucos são obtidos nos câmbios entre a comunidade e o comércio³³ na sede do município, mesmo estes dependem da viabilização da produção e de sua inserção no comércio formal.

Na comunidade de Pacuí, apesar da proximidade com o município, pouco tem sido a influência capitalista na composição e na qualidade das relações sociais vivas e vividas, nem na viabilidade da produção, em termos de compra e venda de insumos ou da força de trabalho.

4.4.1 - O trabalho na terra

A comunidade organiza a produção baseada no uso extensivo da força de trabalho familiar. O cuidado com a lavoura é responsabilidade dos indivíduos do sexo masculino. Normalmente, jovens e crianças do sexo masculino tem uma participação ativa no ciclo agrícola anual. Todos cumprem uma jornada extensa de trabalho. A baixa quantidade de terra cultivada por família facilita a manutenção do trabalho familiar sem a necessidade de busca de mão-de-obra paga.

Para além da divisão de terras em decorrência da pressão demográfica sobre o território, que impõe um número pequeno de hectares por unidade familiar, a inexistência de comércio no interior da comunidade e, portanto, de circulação de moeda é fator decisivo para manutenção de instituições e formas de trabalho que aparecem em outras comunidades rurais, apenas como adjacentes ou complementares.

Ademais, os laços de parentesco, muito intensos dificultam a formulação de soluções de trabalho em termos de compra e venda. Em uma única oportunidade observei e pude

³³ Além do sal, tecidos e roupas eram obtidos em Pirapora. Hoje em dia esses artigos são importantes para entender a constituição e funcionamento do sistema econômico local.

constatar que alguém estava trabalhando para alguém dentro do universo social da comunidade. Todos na comunidade se dizem agricultores. Além do mais, não é observada a formação de reserva de mão-de-obra, todos estão de alguma maneira envolvidos com as tarefas rurais de suas famílias.

Outras soluções, tal como a meação de plantação, tão comum no mundo rural do Brasil, não foi observada. Em uma entrevista, o morador da comunidade me explicava que jamais voltaria a cultivar terras na meia, pois não há justiça neste tipo de relação de trabalho. Um *meeiro*, o agricultor que planta a terra no pedaço do outro, como ele caracterizou, é sempre subjugado, já que sobre ele incide todos os custos e riscos da plantação.

Um outro agricultor que me falou sobre o mesmo tema, quase completando a idéia do primeiro, afirmou que nessa comunidade quem planta na meia é tido como ganancioso, uma vez que todos têm acesso a terra, isto é, ela não é aprisionada a nenhum regime de posse duradouro, por isso não há necessidade de dividir plantação ou de se submeter a uma relação desigual para sobreviver.

Distante de uma relação de subordinação formal é comum observar membros da família, fora do núcleo familiar, cultivando a terra de um parente mais velho que não dispõe mais de força de trabalho para cultivar a terra. O dono da posse, quase sempre um aposentado, fica com uma parcela normalmente menor da produção.

Outro tipo de solução encontrada é a *troca de trabalho*, quando agricultores, iguais entre si, trocam horas de serviço na lavoura, um agricultor ajuda o outro com a expectativa de retribuição do trabalho em jornada similar na roça do que o ajudou.

Complementar ao processo social de trabalho, a comunidade utiliza ferramentas e apetrechos³⁴ para facilitar a atividade agrícola. Os utensílios mais comuns são: a enxada, o arado de tração animal, a foice, o facão e o machado.

³⁴ Não foi observada a ocorrência de maquinaria que caracteriza a agricultura moderna ou a utilização de insumos químicos e defensivos agrícolas para aumentar a produtividade da lavoura.

4.4.2 - Relações de trabalho dentro da comunidade

Mais do que a ausência de um mercado de força de trabalho, a organização social dos moradores de Pacuí, tem implicação nas tarefas realizadas no dia-a-dia. Não foi observado nenhum tipo de relação em que à mediação formal tem sido estipulado em nível de capital, do tipo patrão e empregado. Isso é o mesmo que dizer, que não é produzida no interior da comunidade, a não ser em ocasiões raras, quaisquer tipos de relação de subordinação que resulte em um processo intenso de diferenciação social.

Não foi encontrado nenhum morador que se dissesse pedreiro, carpinteiro, empregada doméstica ou peão³⁵, isto é, todos são agricultores e vivem da capacidade do núcleo familiar em trabalhar a terra e obter os meios de sobrevivência. Em 100% dos lares, as mulheres e as filhas menores são as responsáveis por todo o trabalho do lar, desde o preparo do alimento à manutenção da casa.

Uma consequência bastante visível desta situação é a baixa circulação de moedas (dinheiro em espécie) dentro do tecido social da comunidade, em boa medida, a precariedade dos bares, pode ser explicada assim. No entanto, essa falta de circulação de moedas dificulta a obtenção de gêneros alimentícios no mercado.

A maioria dos recursos em espécie vem da comercialização do excedente, principalmente nas feiras do município. Sem nos esquecer de outra especialidade desta

³⁵ Não é que em termos da habilidade laborativa de construir ou pintar casas, não existam pessoas na comunidade que desempenhem essas funções. Ao contrário, há sim, porém, elas não se definem ou vivem em função da atividade. Esse comportamento contribui para a manutenção das relações atuais, evitando um processo de diferenciação social, através da especialização em um determinado tipo de trabalho, que venha resultar em qualquer tipo de segregação espacial ou diferenças nos padrões de produção do espaço e das tipologias de habitações. Todos “lá” se definem, essencialmente como agricultores e moram em casas idênticas. Não é possível diferenciar os moradores pelo tipo de casa que ocupam. O único morador que destoa é um vereador que a comunidade elegeu cujo padrão de habitação difere dos demais, mesmo assim ele cuida da roça apoiado no trabalho de sua extensa família. Sobre o processo de diferenciação social ver Kautsky (1986).

comunidade, que há tornou tão intrigante aos meus olhos. A maioria dos moradores são agricultores/pescadores.

A importância do pescado não é somente a de complementação do cardápio em termos de uma dieta, evidentemente essa é uma função importante, haja vista a riqueza deste alimento. O que torna o pescado atrativo para parte da comunidade, principalmente para os mais jovens, é a nobreza do produto, ele tem mercado fácil na sede do município e um potencial de conversão em moeda corrente³⁶.

Uma outra forma, muito recorrente, e de especial importância neste contexto é a presença maciça de aposentados. Em última análise, o recurso em dinheiro que advém da aposentadoria, na prática viabiliza o sistema em termos econômicos. Seria bastante improvável a manutenção estável deste modo de produção sem aporte de capital vindo dos aposentados.

Como forma de aquisição de produtos sem a utilização de moedas, em mais de uma oportunidade presenciei o processo de trocas formais de produtos, uma família presenteia a outra com alimentos elaborados com produtos cultivados na área e recebe em troca gêneros alimentícios que são adquiridos fora da comunidade³⁷.

Outros tipos sociais comuns no mundo rural não foram observados na comunidade, por exemplo, não houve qualquer morador que se apresentasse como *vaqueiro* ou *peão*. Embora, alguns tenham confessado que em tempos passados já desempenharam esse tipo de atividade. Outro tipo de atividade que encontrei foi o trabalho em carvoarias. A região na qual a comunidade está inserida é uma área tradicional de produção de carvão vegetal com base na silvicultura. Os moradores que já se ocuparam na atividade, explicam que fizeram a opção do

³⁶ Em mais de uma oportunidade foi possível observar em barracos e barcos a presença de caixa de isopor para a manutenção de peixes.

³⁷ Apesar desse sistema de trocas não ser formulado no nível de uma instituição social, com regras de conduta estabelecidas, o número de ocorrências que observei foi grande, assim, é possível inferir que se trata de um artifício recorrente e que, possivelmente no futuro haverá desdobramentos significativos na organização social da comunidade.

trabalho assalariado, porque viviam um momento muito específico de suas vidas e que dificilmente voltariam a trabalhar neste ramo.³⁸

De acordo com o esquema 05, a comunidade tradicionalmente organiza seu território segundo uma regra de classificação dos domínios (da cultura, do trabalho e da pura natureza). Para além, de uma mera classificação, a divisão dos espaços exemplifica de forma concreta a forma como a comunidade maneja seus recursos naturais e mostra, também, as estratégias e adaptações realizadas para conservação dos padrões tradicionais de vida e trabalho.

O manejo do território na comunidade, para além do que um primeiro exame apressado possa enxergar, está assentado na interpretação elaborada e conectada do que eu estou chamando das três forças elementares da vida comunitária em Barra do Pacuí: (I) força trabalho, refere-se ao emprego da força física para realizar atividades; (II) técnica, é o processo socialmente estabelecido em que o trabalho é mobilizado; (III) natureza, é o conjunto dos processos, imperceptíveis, que acontecem fora do controle social, quando combinado com as outras duas forças geram os produtos agrícolas cultivados. Esse tipo de força pode viabilizar sozinha, o processo de produção do que eles consideram o domínio da natureza.

4.5 - Esquemas de uso do território

Os espaços de domínio da cultura são percebidos e incorporados no discurso das pessoas como os locais de predomínio das ações sociais sobre a natureza, nos quais os

³⁸ Como é recorrente na atividade de carvoaria, as condições de trabalho são bastante precárias e insalubres, com intenso desgaste físico em função do esforço e das extensas jornadas de trabalho, além da baixa remuneração. Tudo isso contribui para que o camponês de Barra do Pacuí prefira a lavoura na comunidade, foi o que me revelou o entrevistado.

recursos naturais são transformados ou absorvidos diretamente como produtos para a sobrevivência da comunidade. Em nenhuma entrevista os moradores se referiram a esses lugares como espaços da produção direta de alimentos. No domínio da cultura não há cultivo, pelo menos, naquilo que é próprio da atividade agrícola.

Segundo os moradores as atividades realizadas no domínio da cultura envolvem relações sociais não produtivas, no sentido do trabalho peculiar à comunidade, no qual se maneja o ambiente para a produção de alimentos. No domínio da cultura as pessoas convivem, as ações são realizadas para esse fim. Os moradores destacaram as seguintes atividades presentes nesse espaço: Educação, alimentação, festejos, esportes (futebol), conversa, descanso e a produção da farinha.

Entre as ações citadas a produção comunitária da farinha pode ser considerada como uma atividade produtiva, mas, no entendimento local é uma atividade que requer o aparato social da comunidade para ser realizada. Os camponeses explicaram que a produção de farinha exige uma estrutura que só pode ser concebida dentro da comunidade, como a casa e os instrumentos apropriados, além de ser uma atividade coletiva que exige a mobilização de muitas pessoas.

Em comum essas ações listadas, praticadas no espaço de convívio social, nunca são ações do tipo trabalho + técnica + natureza. Para os moradores, mesmo nas atividades em que são empregadas as forças de trabalho, nesse espaço ela nunca é mobilizada, para combinar com os elementos da natureza. O processo de educação, isto é, a escolarização dos meninos, é um processo totalmente social, pois envolve exclusivamente o trabalho.

Por outro lado o exame das classificações que caracterizam o domínio da natureza é possível verificar que nesses espaços não são realizadas quaisquer atividades que envolvam o trabalho ou técnica. Todos os processos ocorrem naturalmente, sem a intervenção do trabalho ou da técnica socialmente intencionada. No discurso local, mesmo os lugares recém

abandonados são entregues a renovação ou a recuperação de sua vitalidade por desdobramentos de processos alheios as intervenções humanas no nível do trabalho ou da técnica.

É comum observar em textos antropológicos a descrição de elementos rituais que auxiliem na recuperação das forças da “terra”, possivelmente, a comunidade tenha recorrido a expediente no passado, mas no momento não foi observado qualquer tipo de manifestação nessa direção.

Em termos de percepção em manejo do ambiente, os usos do espaço do trabalho revelam, com destaque, as estratégias de adaptação e a leitura que a comunidade fez e faz sobre seu território. Conforme figura 01, a comunidade dispõe de três espaços de produção: a Ilha, a área da lagoa e a beira do rio Pacuí.

Em última análise a articulação das forças produtivas da comunidade e o esquema de uso desses espaços específicos, viabilizam a produção, em um primeiro exame sobre o calendário típico da lavoura, elaborado com base na descrição dos camponeses, indicam as estratégias elaboradas na articulação desses espaços:

QUADRO 09 – Calendário da produção agrícola na comunidade de Barra do Pacuí

Mês	Atividade	Quem Faz
Setembro	Limpeza da palhada para novo plantio	Homens com o apoio do núcleo familiar ou com troca de dias.
Outubro	Plantio das roças na primeira chuva	Todo núcleo familiar
Novembro	Plantio das roças na primeira chuva	Todo núcleo familiar
Dezembro	Primeira fase da capina das roças	Homens em mutirão ou troca de dias
Janeiro	Terceira campina ou repasse da capina	Homens com o apoio do núcleo familiar ou com troca de dias.
Fevereiro	Tombamento do milho e preparo do solo para plantio do feijão de seca	Homens com o apoio do núcleo familiar ou com troca de dias.
Março	Limpeza da várzea e plantio de feijão de baixa.	Homens com o núcleo da família ou em trocas de dias
Abril	Colheita das roças e, preparo da farinhada.	Todo núcleo familiar, pode envolver outras pessoas da comunidade e membros do núcleo familiar de fora da comunidade podem ajudar.
Maio	Beneficiamento da farinha. Plantio de horta nas margens dos rios São Francisco e Pacuí. Extração de frutos do cerrado e, possivelmente trabalhos fora da comunidade.	Homens com parte da preparação e as mulheres no beneficiamento e no cultivo da horta.
Junho	Não se planta. Extração de frutos do cerrado e, possivelmente trabalhos fora da comunidade.	Todos os membros do núcleo familiar.
Julho	Colheita de feijão da seca.	Homens com o apoio do núcleo familiar ou com troca de dias.
Agosto	Colheita de feijão da seca.	Homens com o apoio do núcleo familiar ou com troca de dias.

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007
 Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2008

O calendário agrícola anual é baseado na previsão tradicional de ocorrência das chuvas, o período agrícola é intenso de setembro a abril, nesse intervalo as forças produtivas são articuladas para realizar as diversas etapas do processo de produção.

De setembro a novembro a comunidade se dedica às atividades de preparo do solo e de plantio das primeiras roças³⁹; em dezembro e janeiro, os agricultores se vêem envolvidos com as atividades de manutenção e limpeza das roças plantadas⁴⁰. Nos meses de fevereiro e março é realizado o tombamento do milho e se inicia a preparação do solo para receber o feijão da seca ou de segunda época. Os meses de abril e maio são dedicados para a colheita das roças, principalmente para o beneficiamento da mandioca e a fabricação de farinha, gomas e etc.

Há uma pausa bastante acentuada na ocupação produtiva da comunidade nos meses de junho e julho, nesse período, segundo os relatos, os membros da comunidade se envolvem em atividades externas, principalmente a coleta de frutos dos cerrados (pelos jovens). O plantio de hortas pelas mulheres é intensificado e, os homens, ocasionalmente podem se envolver com atividades remuneradas fora da localidade.

As áreas de produção denominadas, lagoa e beira do rio Pacuí, tem seu manejo regulado pelo regime de chuvas, conforme observado no quadro 09, isso significa que a comunidade elabora o seu calendário de trabalho e ajusta a disponibilidade de mão-de-obra para que a terra esteja preparada para ser plantada assim que as chuvas caírem. Nessas áreas são cultivados os gêneros fundamentais para a manutenção da dieta básica dos moradores

³⁹ Essas atividades absorvem toda a mão-de-obra local, incluindo, as mulheres e as crianças. Nessa fase são feitas a limpeza do terreno, a retirada de material vegetal, a aragem da terra e a semeadura de sementes aproveitando as primeiras chuvas ocorridas normalmente em meados de novembro.

⁴⁰ Consiste basicamente na capina para retirada de material vegetal que concorrem com as plantações. Normalmente é necessário o complemento da força de trabalho para cumprir as atividades, as tarefas podem ser estendidas para o restante do grupo familiar ou a troca de trabalho com outros membros da comunidade.

FIGURA 01 – Gêneros cultivados e os locais de plantação

Local	Alimentos cultivados			
	 		 	Hortaliças Mamona Tomate Arroz
	 		 	Mandioca Feijão Fava Milho
				Melancia Abóbora

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2008

Na unidade de produção da ilha o calendário anual de trabalho sofre alguns ajustamentos em virtude de acompanhar os ciclos de cheias do rio São Francisco. Na percepção dos camponeses, essas áreas possuem uma diferença essencial entre si, ela está situada no processo de recuperação das forças, especialmente a do solo para agricultura. As áreas de produção da lagoa e beira do rio Pacuí, segundo os relatos colhidos no campo, têm a sua vitalidade associada aos processos de manejo do ambiente.

Tradicionalmente os camponeses da Barra do Pacuí utilizam o seguinte expediente: as duas áreas cultivo, lagoa e beira de rio Pacuí, são constantemente submetidas a um processo de descanso, geralmente, elas são abandonadas por algum tempo para recuperar sua

fertilidade, passando de área de cultivo para matinho, com mais frequência e para capoeira⁴¹ em situações mais raras.

Outra explicação comum associada aos ciclos de cheia dos rios São Francisco e Pacuí, como o responsável pela recuperação das áreas, sobretudo, àquelas que sofrem inundações regulares. A entrevista com o Sr. Trucão⁴², camponês e pescador que planta em uma área no encontro dos dois rios, ilustra bem essa situação:

Minha colheita esse ano vai ser muito grande. Todo feijão que plantei, misturado com a abóbora vingou. A terra aqui no Pacuí é boa, porque todo o ano o rio vem e trás terra nova. Essa terra nova é mais forte, chega ser escura. Entrevista com Sr. Trucão, 2007.

Em outro momento da entrevista ele completa seu raciocínio:

Mesmo depois da cheia, quando resta uma areia que rio traz, ela fica sobre a terra e ajuda. Veja aqui, a terra fica úmida por baixo, isso é bom para as plantas. Entrevista com Sr. Trucão, 2007.

No pensamento popular local a área que margeia o rio Pacuí é fundamental para assegurar a sobrevivência física e a reprodução cultural da comunidade, pois em termos de espaço, é praticamente inviável a ampliação do território já que as áreas limítrofes já estão ocupadas. Dessa maneira a boa qualidade do solo, sua fertilidade natural consegue responder a demanda, quando em virtude do crescimento demográfico há necessidade de mais oferta de alimentos.

⁴¹ A estratégia de rotação de terras de cultivo é bastante comum na estrutura de produção camponesa. Estudos como de Woortman (1983) são fonte rica para o entendimento da questão.

⁴² Sr. Trucão, 55 anos, camponês pescador. O Sr. Trucão é considerado “de fora”, ele nasceu no Vale do Jequitinhonha, depois de um tempo trabalhando na roça, resolveu tentar a sorte em Belo Horizonte, trabalhou em um metalúrgica. No final da década de 1980, mudou-se para Barra do Pacuí, conseguiu um pedaço de terra para construir um rancho e plantar uma rocinha, principalmente feijão e milho, comprou um pequeno barco e desde então tem pescado e cultivado. Ele vive sozinho, os filhos moram no município de Ibiaí, os quais ele visita pelo menos quinzenalmente, inclusive levando o pescado para comercializar.

Segundo relatos, houve momentos em que foi necessário diminuir a área de “pousio” para incrementar a produção de gêneros agrícolas. Isso equivale dizer que as áreas de domínio da natureza, *matinho* e *capoeira*, constituem também, uma reserva potencial para a expansão da produção.

Os outros espaços, *matão* e *cerrado* estão localizados em solos menos férteis, sua incorporação no domínio da produção agrícola, só poderia ocorrer em situação climáticas excepcionais ou através da utilização de técnicas agrícolas não dominadas pelos camponeses. É obvio que essa estratégia é intencional e bastante elaborada, muito embora, não exista qualquer documento escrito dizendo que se deva proceder desta ou daquela maneira.

Interessante perceber que em um regime de terras de posse livre, comunitária e solidária, como o observado na Barra do Pacuí, as pessoas reconhecem coletivamente os códigos de conduta em relação ao manejo dos espaços e agem sistematicamente reproduzindo essas ações:

Então a gente aqui é assim, onde você fizer sua roça, aí você considerava seu, plantava roça ali, tava plantando no que é seu. Mais se você deixasse ali e outro fosse e botasse a roça lá, você ia considerar que era dele, não tinha nada dividido, seu era onde você trabalhava. O que até hoje continua sendo, onde a gente trabalha considera da gente. Entrevista com camponês, Sr. Narciso, 2007.⁴³

Através da análise das entrevistas percebemos outra forma de técnica de compreender os processos produtivos locais e de agir sobre ele. O velho agricultor da beira do rio Pacuí, explicou-me sobre a escolha do tipo de cultura que se pode plantar consorciado. Ele falava sobre um sistema de classificação baseado na “força” da planta, isto é, sobre a capacidade que

⁴³ Sr. Narciso, casado, idade aproximada de 50 anos. Ele é da segunda geração da Barra do Pacuí, mas esteve morando fora da comunidade. Por um tempo o Sr. Narciso migrou para trabalhar em plantações de café de na região do triângulo mineiro. Há uns 12 anos retornou a Barra do Pacuí. Hoje ele não pensa em sair da comunidade. Segundo ele, deseja terminar a vida na comunidade.

cada tipo de plantação tem de tolerar umas as outras. Algumas são “quentes” e outras “frias”⁴⁴, ele me apresentou os seguintes exemplos:

QUADRO 10 – Características e organização da agricultura em Barra do Pacuí

Classificação	Cultura	Característica
Quente	Milho Feijão* Abóbora Melancia	Pode ser consorciado.
Fria	Tomate Mandioca Arroz**	Dever ser plantado sozinho.

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

Mais do que a simples interpretação de um modo particular de organização da agricultura, desejo destacar, aquilo que não está explícito: o sistema agrícola local é fortemente dependente da capacidade de manutenção da fertilidade natural do solo. Observei que a comunidade não utiliza qualquer tipo de adubação química do solo. Por exemplo, o sistema de plantação consorciada impede o esgotamento solo, já que plantas diferentes absorvem nutrientes diferentes, conforme apresentado na entrevista:

Não planto no mesmo lugar, as vezes muda, eu plantei mais de dez anos na mesma roça e sempre dava. A terra pode ir cansando, hoje eu acho que a terra precisa sim de adubo, mais até hoje ninguém usa adubo aqui não. Durante toda minha vida não mexi com adubo só na terra própria, o que ela gerava por ela mesma. Era fartura, produzia bastante, mais hoje, várias coisas que diminuiu não é mais aquilo como era, então a terra entrou nessa daí moço, de fraquejar, mas ainda produz o suficiente para a alimentação. Entrevista com Sr. João Bento, 2007.

Ademais, a articulação das técnicas de manejo do ambiente, especificamente na agricultura, respondem pela capacidade de produção agrícola. O consórcio de plantios, a

⁴⁴ Esse tipo de classificação foi encontrado por Woortmann (1983) entre camponeses no nordeste do Brasil. O sistema de classificação de plantas “quentes” ou “frias” é utilizado, em primeiro lugar, para escolher qual tipo de plantação pode ser colocadas juntas, em segundo lugar, a elaboração dessa classificação evita plantar ao mesmo tempo numa mesma área plantas que absorveriam o mesmo tipo de nutrientes, ocasionando o esgotamento do solo, muito mais do que a quantidade produzida o esquema implica na manutenção da fertilidade do solo.

rotação de culturas e o descanso dos solos são ações consolidadas deste grupo sobre o seu território. Essas ações sobre o território são legitimadas no plano ideológico cultural, pois a comunidade consegue assegurar a transmissão deste conhecimento para outras gerações.

Agricultores jovens na prática assimilam todos os ensinamentos e reproduzem as ações plantando da mesma forma, associando um tipo de cultura à outra. Não foram percebidas inovações muito significativas nas técnicas de plantio, analisando os discursos entre agricultores velhos e jovens.

4.6 – Territórios do rio – a produção na ilha

No contexto da comunidade enquanto uma unidade, o espaço de produção da ilha chama nossa atenção, além de sua beleza em termos de cenário, a sua importância e a funcionalidade frente às necessidades da comunidade. Como dizia anteriormente, em relação às outras áreas de produção, a conservação dos recursos estava associada ao manejo em termos aumento e recuo da área da produção, aos ciclos dos dois rios e a regime de plantação (esquema de plantas frias ou quentes).

Em primeiro lugar, o regime de uso das terras difere muito das outras áreas de produção. Há o entendimento de que as terras da ilha são livres, isto é, não existe um regime de posse e de transmissão da propriedade estabelecido. O sistema pode ser interpretado como um regime de terra *livre* e tempo *cativo*. Ao contrário das outras duas de produção, cujo sistema de posse da terra é bastante comum, todos têm um pedaço de terra e a posse é socialmente reconhecida e estável. Na ilha, não existe esse sistema de posse estável da terra, ela é liberada para o uso de quem puder cultivá-la. Nesse regime o direito de *tempo de uso* é

garantido pela capacidade do camponês de cuidar de sua lavoura, logo quem tem condições laborais tem o direito de cultivar.

A determinação do quantitativo nominal de área a ser cultivada está vinculada, também, a capacidade de produção. Notável o modo como o código social de uso das terras é amplamente conhecido e respeitado, todos os moradores de Barra do Pacuí podem plantar na ilha a qualquer tempo sem gerar conflitos de posse.

O trecho abaixo ilustra com precisão a situação que descrevi. Questionei um morador sobre os direitos de uso e a possibilidades de conflitos:

Não é possível ter briga para plantar lá na Ilha. A terra de “lá”, não é nossa de direito, o rio São Francisco é que é o dono de “lá”. Nos usamos a terra pra plantar e colher os alimentos quando o rio permite. Aqui todos tem direito de plantar. Chega na hora, quando começa a chover, a pessoa chega “lá”, escolhe seu local e pode plantar. Todo mundo do “Pacuí” sabe que todo o morador tem direito “lá”, mesmo que seja para plantar num pedacinho pequeno de terra. Ai num tem jeito de dá confusão, a terra num é de ninguém no papel, todos pode usar.

Ah mas tem uma coisa importante, tem que cuidar, se no ano que vêm você não for lá planta, qualquer pessoa pode plantar no seu lugar e, ninguém pode reclamar.
Entrevista com o Sr. João Bento, 2007

Em termos de percepção, os moradores reconhecem 3 divisões para Ilha: (I) *Croa* – porção da Ilha, no qual no período de seca, o rio deposita areias, essa porção é utilizada para lazer, principalmente pelos mais jovens. Não é possível desenvolvimento da agricultura; (II) *Baixio* – porção de terras alagadas, essa parte da Ilha não serve para o desenvolvimento da agricultura; (III) *Terra Firme* – porção de terra seca ao longo do ano, utilizada para agricultura.

Esquema 06 - Representação do espaço ilha



Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2007

Org: SANTOS, Rodrigo Herles, 2007

Um outro aspecto torna-se relevante, a função que a ilha exerce no contexto do manejo do ambiente e do território na comunidade, enquanto uma unidade completa da produção camponesa. Ela assume um papel de complementaridade do território e da produção agrícola. No discurso local, a ilha é entendida como um presente do rio para assegurar a sobrevivência da população, uma espécie de “dádiva” que completa os meios de vida da população:

Olha, eu lembro que o pessoal começou a plantar na ilha, mais ou menos na década de 1970. Quando o rio começou a formar esse presente para nós. No início ela era bem menor do que é hoje. Poucos de nós tínhamos coragem de plantar lá. Ela não é nossa de propriedade, mas é nossa pra que a gente possa plantar, cultivar e cuidar dela. Hoje todo mundo planta suas roças, e não podemos imaginar nossas condições de viver, se em esse pedaço de chão. Ela (a Ilha) é para nós como mais um pedacinho de nossas próprias casas. Entrevista com Sr. João Bento, 2007

Essa complementaridade é efetivada no plano do manejo do ambiente, a ilha é compreendida como uma extensão do território. Em termos de conservação e da manutenção do nível de fertilidade dos solos, o entendimento diverge em relação às outras unidades de produção da comunidade.

Na percepção dos agricultores da ilha, a ligação entre a ilha e rio se reflete na manutenção da riqueza dos solos. Eles reconhecem que no mesmo movimento que a ilha é criada pelo rio, as forças naturais que a mantêm devem-se aos ciclos de cheia do São Francisco.

Como falei com você naquela hora, o rio é o dono da ilha, ele todo o ano ajuda a gente. Veja o senhor, na invernada do ano passado (2006/2007), o rio veio e tomou conta dessa Ilha toda, ela ficou mais de mês coberta de água. Pensei até ela num ia mais estar lá. Quando a chuva passou e o rio baixou, a gente entrou plantando e as lavouras produziram com fartura. A terra estava forte, toda a plantação vingou. Entrevista com Sr. João Bento, 2007.

Em oposição aos outros espaços de produção, nos quais a técnica e o trabalho auxiliam as forças naturais na conservação da riqueza dos solos, na ilha, essa tarefa fica a cargo do rio, ele a criou e, ele também tem a obrigação de prover sua vida.

Contudo, a divergência ajuda a revelar um outro componente bastante inspirador do universo territorial de Barra do Pacuí, a relação de usos e entendimentos com o rio São Francisco.

A relação com rio, poderia ser muito conflituosa, como ocorre na maioria das cidades cortadas por cursos d'água em tempo de enchentes, com os camponeses da Barra do Pacuí, acontece o contrário, eles têm a exata noção da força e da importância do rio no contexto ecológico mais amplo e para suas próprias vidas no plano local. É o caso da pesca na comunidade, em várias passagens do texto, rapidamente comentei aspectos da atividade, o qual retomo no tópico a seguir.

4.7 - A organização da pesca e a legislação ambiental

A pesca representa para a comunidade um meio para completar e enriquecer a dieta básica e em alguns casos como produto para troca no mercado e obtenção dinheiro em espécie. Nos dois aspectos ela é fundamental na estrutura social, econômica e ambiental da comunidade, quicá da região do médio e do baixo São Francisco.

O verdadeiro pescador dedica a profissão na água, você chega na casa dele tudo que tem lá foi comprado com dinheiro do rio. Nós que estamos no rio todos os dias é assim tem que ser pescador, e não ir pro rio só quando ta bão, cada um, tira a sua ficha de profissional para isso. Entrevista com Sr. Trucão pescador camponês, 2007

Do ponto de vista da organização social, a pesca é realizada como atividade complementar à agricultura, todo pescador de Barra do Pacuí é antes um agricultor. Essa condição geradora tem implicações na forma de organização da atividade como um todo, uma delas é o ajustamento no calendário da atividade durante a jornada de trabalho.

A pesca é praticada nos fins de semana, no início da tarde ou no período da noite, sempre por indivíduos do sexo masculino. Outra implicação refere-se à destinação do pescado, sendo incluído na dieta alimentícia das famílias; como também cambiado no mercado para obtenção de capital em espécie. Esses dois caminhos não são opostos em si mesmo, apenas apresentam uma composição diferente em termos da natureza técnica da pescaria, das espécies do pescado e da tipologia social do pescador.

No caso do consumo próprio, o pescado é rapidamente integrado ao sistema social local, normalmente são capturados peixes pouco nobres. Os apetrechos utilizados também têm um grau de sofisticação inferior em relação aos empregados na pesca para comercialização. Quando o objetivo é alimentação local, os pescadores usam normalmente as chamadas *linhadas* ou *varas de pescar*.

No plano individual, os sujeitos que praticam esse tipo de pescaria, são normalmente o chefe da família e/ou os mais jovens, para esses tipos sociais, a pesca não é uma atividade essencial, ela é encarada em muitos casos como uma recreação.

Já no caso de comercialização do pescado, a especificidade exige que a atividade tenha em si mesma, um nível de organização muito mais acurado, o pescado deve ser extraído, armazenado e só depois transportado aos locais de venda. Assim, o camponês pescador, necessita refinar a técnica para aumentar a eficiência de sua pesca, além de equipamentos para armazenamento do produto obtido.

A maximização da qualidade da pesca é obtida com uso de técnicas profissionais, normalmente, são empregados apetrechos como: *tarrafas e redes de pesca*, geralmente, para esse tipo de pescaria o objetivo é a captura de peixes mais nobres como: Surubim, Dourado, Matrinxã, Pirá e Curimatã-Pacu⁴⁵.

Por um lado, o uso de apetrechos típicos da pesca profissional, aumenta a eficiência da pesca. Por outro, leva o camponês pescador ao confronto com a legislação ambiental que regulamenta e regula a pesca no rio São Francisco. Ao assumir o papel de pescador profissional ele é submetido aos preceitos legais da atividade. Nessa direção, ele deixa a condição de um simples agricultor para se inserir em uma rede de relações, na qual ele passa a assumir se, enquanto um camponês também pescador.

Essa mudança social contribui para que o pescador assuma um papel bastante ativo, enquanto um agente, na luta em defesa do próprio rio. Uma vez que a legislação ambiental que institui o período anual da Piracema⁴⁶ restringe e proíbe a pesca no rio, é baseada na idéia

⁴⁵ Surubim – *Pseudoplatystoma coruscans*; Dourado – *Salminus brasiliensis*; Matrinxã – *Brycon lundii*; Pirá – *Conorhynchus conirostris*; Curimatã Pacu – *Prochilodus marginatus*.

⁴⁶ Traduzida da língua Tupi, Piracema significa “saída dos peixes para a desova”, Todos os anos, de outubro a maio, algumas espécies de pescado fazem esse longo percurso, vencendo os obstáculos naturais, como as corredeiras e cachoeiras, no intuito de perpetuar suas espécies. O defeso da Piracema é determinado pela Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, é estabelecido anualmente pelo IBAMA, com a colaboração de órgãos, instituições e associações envolvidas com a pesca em cada bacia hidrográfica, no ano de 2007/2008 para a bacia do São Francisco o período estendeu-se de 1º de novembro a 29 de fevereiro.

de culpabilidade dos pescadores pela diminuição na disponibilidade, essa é uma idéia bastante contestada por eles.

Na opinião dos entrevistados, a culpa do desaparecimento dos peixes no rio é das empresas que se estabeleceram nas margens do rio a partir da década 1970⁴⁷. Os órgãos de proteção ambiental realizam diversas operações de fiscalização no período de piracema, apreendem os apetrechos de pesca e os barcos utilizados.

Esses movimentos de confronto com a legislação ambiental têm levado os camponeses pescadores de Barra do Pacuí a refletir sobre a natureza da pesca e a condição de conservação ambiental do rio.

Analisando os diversos relatos colhidos foi possível perceber a argumentação dos pescadores em relação à poluição do rio e a manutenção dos estoques pesqueiros. Na opinião dos entrevistados, a culpa pela diminuição é atribuída, principalmente, aos grandes agentes econômicos que despejam dejetos poluentes em grande escala⁴⁸ no leito do rio e que dispõem de um aparato técnico jurídico capaz de justificar e defender seus interesses em confronto com a lei:

Sobre o rio há dois anos atrás não dava pra pegar nem pra comer, não era pescador que pegava; era uma empresa que tava soltando produto na boca da usina, e tava matando os peixes tudo. Ficou comprovado, foram eles os responsáveis por matar mais de 5 toneladas de Surubins “graúdos”. Agora, todo o ano vem esse pessoal de Polícia Ambiental, IBAMA e IEF correndo atrás da gente, porque que eles não vão lá e fecham aquela usina e prende todo mundo? Entrevista com o Pescador Sr. Trução, 2007

⁴⁷ Sobre o assunto cito os estudos de Rodrigues & Oliveira (2000) e de Paula (2003).

⁴⁸ Na ocasião do desenvolvimento da pesquisa observei pelo menos dois grandes acidentes envolvendo poluição de empresas: (1) a mortandade de peixes em 2005 foi causa pela contaminação das águas por metal pesado Zinco (Zn), provocada por uma empresa mineradora localizada a jusante da barragem de Três Marias; (2) no final de 2008 a pesca no rio São Francisco ficou proibida por 30 dias por causa de uma contaminação das águas por “Cianobactérias” trazidas pela calha do rio das Velhas, principal afluente da margem direita do São Francisco, que coleta todos os dejetos domésticos e industriais da grande Belo Horizonte.

No entendimento dos camponeses pescadores os órgãos de fiscalização ambiental⁴⁹ deveriam controlar e punir a poluição que são causados pelos ricos empresários instalados as margens dos rios.

A relação do pescador com rio e com os seus problemas ambientais, tem transformado-o em um exímio conhecedor e defensor das questões ambientais, não só em termos da percepção dos danos ambientais, mas principalmente, em termos de uma extraordinária compreensão das relações sociopolíticas determinantes nos processos de produção e acumulação de riqueza dentro da bacia hidrográfica.

Mas esses órgãos não são representantes do povo (**de um pescador, por exemplo**). Eles não querem saber de fato quem são os culpados ou não. O dono daquela fábrica é forte, conhece deputados e governador, ele não pode ser apertado por órgão nenhum. Já nós que somos pobres e fracos, não temos ninguém pela gente. Entrevista com pescador, 2007. Grifo nosso.

A compreensão política da realidade do rio extravasa os limites do cotidiano da comunidade, passando a assuntos distantes da realidade, como, por exemplo, a própria discussão sobre a transposição do São Francisco.

4.8 – Um rio de vida - A percepção local sobre a polêmica da transposição

No que se refere à polêmica entorno da transposição do rio, os moradores locais, especialmente os pescadores e os camponeses que plantam na ilha se posicionam contrários ao projeto que pretende bombear pelo menos 1,4% da água do São Francisco, segundo outorga de água emitida pela Agência Nacional das Águas (ANA).

⁴⁹ Os camponeses pescadores reclamaram da atuação dos órgãos ambientais na definição de quem é ou não pescador, de quem pode ou não pescar. Essa definição é utilizada na emissão de uma carteira de pescador profissional, sendo que quem tem a carteira pode receber o seguro pesca, recebendo um salário mínimo mensal enquanto durar o período da Piracema.

Eu sou contra isso. Nós que vivemos nas margens do rio São Francisco, sabemos que este projeto é um crime. O rio ta morrendo e não tem condições para transpor água. Primeiro é preciso fazer a revitalização, plantar árvores nas beiras dele, fiscalizar esse povo que despeja veneno rio. Isso é que deve ser feito primeiro. Entrevista com o Sr. Trucão, camponês e pescador, 2007.

De uma maneira geral é possível perceber que a população não dispõe de informações precisas acerca do projeto. Quando questionados sobre os detalhes do projeto, praticamente ninguém tem uma visão muito clara do que de fato é o projeto em termos de engenharia, nem mesmo dos possíveis impactos que isso pode causar ao sistema rio.

Por outro lado, os discursos colhidos na comunidade sobre o tema revelam, conforme exposto no tópico anterior, uma compreensão bastante elaborada dos processos políticos que envolvem a gestão dos recursos hídricos no Brasil, especialmente no rio São Francisco.

Hoje ta da maneira que ta, todo destruído e degradado, porque o próprio homem, com a sua ganância fez daquilo que era tão belo, tão bom. O rio tão rico, tão farto, que hoje ta da maneira que tá, além de diminuir a água o peixe os elementos do rio da água também já acabaram muito o desatino do homem é de mais. Cada um quer dinheiro, a ganância é de mais, não ver o que ta fazendo uma série de coisas que faz com que o rio ta deste jeito, sem água sem peixe. Entrevista com morador, João Bento, 2007

É evidente que os moradores locais compreendem quem são os atores envolvidos no processo de gestão das águas do rio. Eles têm uma visão muito clara da responsabilidade de todos na degradação do rio e, enfim, de quais serão os reais beneficiários na transposição.

Eu vivi toda a minha vida na beira desse rio. Lembro do barulho dos vapores subindo e descendo o rio, de cada grande cheia que ocorreu. Sei que hoje em dia o rio já não é o mesmo. Os peixes estão diminuindo e rio morrendo. Agora esse povo vem essa conversa de tirar água dele, sei que o povo de lá também precisa de água. Mas é preciso ver e saber como o rio ta, eu digo que tem muita gente “importante” causando a morte do rio. Mas eles são grandes e fortes e não serão prejudicados com esse projeto, só nós, que dependemos de fato de um rio vivo. Entrevista com Sr. João Bento, 2007.

Na análise desse discurso, dois elementos são importantes destacar: primeiro o entrevistado emite uma opinião com a autoridade de quem trabalha e sobrevive no rio há

muito tempo. Esse trabalho não é meramente de um consumidor do rio como produtor de riqueza, mas sim, de um modo de diferente de habitar e conviver com ele. Segundo, o agricultor entende que o rio é utilizado como fonte de riqueza para outros atores, os quais ele classificou de importante.

Sobre essa narrativa é possível verificar que o entrevistado sabe que ele é apenas um ator nesse enredo, ele sabe também que há diferenças sociais grandes entre ele e os importantes, em uma eventual situação de prejuízo ele sempre sairá perdendo.

Portando, além da degradação do rio propriamente dita, o que fica subentendido nessa posição contrária ao projeto de transposição é que as relações de uso e de poder do recurso são desiguais, na opinião dos camponeses de Barra do Pacuí poucos irão, mais uma vez, beneficiar-se do projeto do governo, o entendimento é que a transposição deve aumentar a concentração de riquezas e aprofundar as desigualdades sociais, como ocorreu em ações semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço no modo de vida campesina em Barra do Pacuí foi abordada neste trabalho levando em consideração alguns aspectos teóricos, entre eles: as formas de percepção e de manejo do ambiente, as dimensões de conduta social entre os camponeses e deles para com o espaço e os padrões de socialização da natureza, isto é, a forma como os espaços naturais são convertidos em lugares sociais.

As comunidades camponesas orientam suas formas de apropriação e utilização dos recursos naturais e, por conseguinte, a própria construção dos espaços e a qualificação dos lugares, baseadas em uma interconexão de elementos de ordem cultural, econômica e simbólica. Portanto, a construção do espaço neste tipo de organização social passa necessariamente, por reconhecer o que é espaço natural e o que é espaço social, bem como por entender em que medida esses espaços estão conectados e imbricados. Daí a importância em se discutir e de se aprofundar o papel dos sentimentos, da emoção, da afetividade e dos laços simbólicos que ligam o camponês aos lugares sociais de usos da vida e a constituição das suas “geo-biografias”.

A abordagem da forma econômica em que se constitui a unidade campesina pesquisada permitiu verificar como os espaços são construídos, obedecendo a uma lógica própria, a qual envolve aspectos culturais e técnicos de produção, que de um lado garantem os meios imediatos de sobrevivência (alimentos e recursos financeiros) e de outro, a manutenção do modo de vida tradicional ao longo do tempo (as festas, as formas de produção e o modo de habitar o espaço). Além de necessariamente implicar no estabelecimento de relações com o modo capitalista da produção de mercadorias e do próprio espaço. Desta maneira, a organização espacial e econômica local se apresenta como um modelo próprio de habitar, o

qual se confronta e convive com uma outra lógica de construção do espaço. Essa lógica é a da produção capitalista, hegemônica e predominante na sociedade atual, portanto, ela influencia e interfere na construção dos espaços em todas as suas dimensões e formas, incluindo a realidade campesina.

Foi neste caminho que consideramos a teoria de Milton Santos (1999), abordada no capítulo 02, na qual o autor mostra como o espaço tem sido construído na perspectiva atual de globalização e de organização econômica. Neste enfoque, é que se dá a pertinência deste trabalho, mostrando como no mundo rural brasileiro atual, inclusive na minha região de estudo, a produção do espaço tem sido plural, fazendo conviver lado a lado formas distintas de produzir e habitar.

A forma campesina descrita no capítulo 04, por exemplo, afasta-se do modelo chamado do “agronegócio” de um lado e das economias naturais do outro. No agronegócio, conhecido também como modelo capitalista de agricultura, a produção é impessoal e se realiza eminentemente sob a mediação do capital e para a sua reprodução ampliada. Enquanto, na forma campesina a organização da produção material e social implica em modos pessoais e coletivos de apropriação dos recursos naturais e na sua gestão socialmente reconhecida.

Postulo que em Barra do Pacuí o espaço é usado com o intuito de obter padrões de sobrevivência para a comunidade, isto é, para extrair os correspondentes aos “mínimos” vitais expostos por Antonio Candido (2003)⁵⁰. Estes mínimos são padrões de produção e consumo

⁵⁰ O autor considera que para a obtenção dos meios de vida, observa-se que algumas culturas não conseguem passar de um equilíbrio mínimo, mantido graças à exploração de recursos naturais das técnicas mais rudimentares. Mesmo sem querer avaliar o funcionamento de uma dada cultura, parece possível falar, em relação a cada uma, de certos níveis sociais e vitais. Segundo o autor, essas noções são aproximativas, mais no sentido de uma imagem do que de um conceito. Elas podem, todavia ser utilizadas, menos arbitrariamente, para sociedades civilizadas, complexas, nas quais a diversidade de grupos sociais e dos níveis de vida permite comparar as formas extremas de participação nos bens considerados incompressíveis. No tocante aos mínimos, a sua natureza muda de todo, visto como os mínimos são definidos hoje em dia, sem referência às condições historicamente estabelecidas, mas em comparação com os níveis, normas e padrões definidos pela vida urbana. Desta forma, um grupo que se sentia equilibrado e provido do necessário à vida, quando se equiparava aos demais grupos de mesmo teor, sente-se bruscamente desajustado, mal aquinhoado, quando se equipara ao morador das cidades, cujos bens de consumo e equipamento material invadem o seu modo de vida, pela facilidade nas comunicações, a multiplicidade dos contactos, a penetração dos novos estilos de viver. Candido (1984)

sustentáveis a níveis de satisfação das condições de vida e de suporte do território manejado. No entanto, eles não devem ser comparados aos níveis de vida do modelo urbano industrial que se referem uma renda assalariada determinada. Certamente, esta equivalência conduziria a interpretação de pobreza inerente ao modo de vida rural. Os mínimos vitais no campesinato devem ser entendidos em referência as condições históricas em que a própria comunidade se desenvolveu, a constituição de seu território e a sua estrutura demográfica.

Desta maneira é possível afirmar que o camponês de Barra do Pacuí utiliza seu espaço de forma articulada para prover seus meios de vida. Isto significa dizer que a economia e o modo de vida local se constituem basicamente em uma policultura em termos de: a) de gêneros produzidos; b) da utilização do espaço e; c) da flexibilidade de tipologias dos sujeitos camponeses, que atuam no espaço como agricultores, pescadores, carpinteiros e comerciantes.

O camponês de Barra do Pacuí é um agricultor especializado em produzir de forma plural. Ele não se estabelece ou não especializa a terra para produzir monocultura, exatamente o oposto, a economia do local depende fundamentalmente da habilidade técnica do agricultor para prover uma variabilidade de gêneros alimentícios que respondam as necessidades básicas. Na comunidade em tela, por exemplo, a dieta (quadro 08) é ajustada ao repertório da produção interna. A atividade agrícola e o uso dos solos devem ser variados para permitir exatamente à produção dos alimentos necessários.

Desta maneira vimos, por exemplo, que os camponeses manejam suas “roças” com intuito de atender a comunidade e não o mercado. Os produtos excedentes da produção é que são cambiados com o mercado, Martins (1975). Um camponês cultiva gêneros diferentes do outro camponês, mas, ambos atendem em primeiro lugar o consumo interno.

Assim, a economia se estabelece do interior da unidade para fora. Em uma primeira dimensão, envolve trocas dentro da comunidade do tipo produto por produto para suprir as necessidades imediatas; em uma segunda dimensão, envolve trocas com o mercado do tipo

produto-dinheiro-mercadoria. Isto confere uma estabilidade ao sistema social, favorecendo a manutenção desta forma tradicional de produzir e, uma baixa dependência do mercado, em termos de mercadoria e capital. Contudo, não se pode negligenciar a força do mercado, se não o contrário, neste trabalho reconheço sua importância. Trata-se na verdade de visualizar um processo de relacionamento entre uma tipologia e outra do espaço, mas, sobretudo deve-se reconhecer também, que em muitos casos a economia campesina é fundamental ao funcionamento da economia capitalista.

Em um outro aspecto, os espaços internos da comunidade são utilizados também de forma seletiva e pluri-funcional, pelo menos no que concerne à produção agrícola e a manutenção de uma porção de natureza ou reserva de espaço. Como mostramos no capítulo 04, os moradores elaboraram ao longo do tempo um sistema de classificação que permitiu separar espacialmente as funções da comunidade, entre lugar de convivência, o lugar de natureza e o espaço do trabalho agrícola.

Conforme apontado na seção 4.5, os moradores cultivam em três espaços distintos: beira do rio Pacuí, na Ilha e na área da lagoa. Esses três espaços são articulados ao domínio da natureza, de forma que em alguns momentos, como estratégia de manejo, os espaços são abandonados para o descanso e recuperação da fertilidade, recebendo, portanto, outras classificações, desde matinho a cerrado. Este processo é o elemento central no manejo espacial da comunidade, que garante o uso continuado na terra, além, da possibilidade de utilização do espaço com atividades agrícolas temporalmente distintas, denominado rotação de culturas.

No que tange a formação do sujeito camponês, a variabilidade das atividades exercidas por eles é fundamental para viabilizar sua reprodução. A comunidade de Barra do Pacuí se caracterizou ao longo de tempo graças à capacidade dos moradores em exercer múltiplas atividades, sem que isso significasse, no entanto, um processo interno de diferenciação social.

Na comunidade todos são antes de tudo camponeses, mas, são também marceneiros, pedreiros e agricultores.

A atividade pesqueira é o exemplo mais claro que se pode oferecer desta “polivariada” das atividades sociais em Barra do Pacuí, uma vez que se estando na beira do rio São Francisco, nada mais natural do que exercer a pesca. Não é incomum encontrar na região, comunidades que se reconhecem como pesqueiras. Este fato não ocorre em Barra do Pacuí, na qual a pesca, apesar de importante e significativa, representa um complemento e integra o modo de vida local. Quero dizer que o camponês de Barra do Pacuí é um agricultor que pesca. Essa afirmativa não deve ser limitada a uma simples questão de semântica, ser um agricultor e também pescador, significa dizer, que em muitos casos esse sujeito camponês extrai sua sobrevivência baseado na articulação de atividades socialmente diferentes. Isso exige adaptações e ajustamentos nos calendários de trabalho, na divisão internas das tarefas, na confecção de apetrechos, nos rituais e no próprio uso do território.

Graças a essas conexões a comunidade de Barra do Pacuí produz e se reproduz baseada em um entendimento profundo do seu espaço. As formas de utilização do espaço destacadas, permitiram que a comunidade extraísse os meios necessários para a sobrevivência, às adaptações intrínsecas ao manejo do local são fundamentais para responder as contingências do dia-a-dia, em termos de pressão demográfica sobre território e de possíveis intempéries naturais.

Assim, não é possível uma análise descolada entre a constituição social da comunidade e as relações com o ambiente. Barra do Pacuí deve ser interpretada, sobretudo, a partir das características que unem as relações de trabalho, as formas de moradia, a caracterização demográfica e a estrutura econômica ao meio natural a qual ela está inserida, especialmente a percepção e o significado que os moradores têm sob o rio São Francisco para a vida social local, em termos simbólicos e econômicos, como demonstrado no capítulo 04.

Tanto, que se encontra em tramitação no Ministério do Meio Ambiente e no IBAMA, uma proposta para delimitação de uma Reserva Extrativista, que se viabilizada poderá garantir a ampliação do território local⁵¹ e a manutenção das formas de utilização dos recursos. Esta iniciativa corrobora a caracterização que empreendemos até aqui, sobretudo porque a categoria de reserva extrativista é homologada em locais nos quais as formas de uso do ambiente são consideradas sustentáveis, com a participação efetiva da comunidade que deve ser mantida no local.

As considerações e apontamentos discurridos até aqui, certamente não esgotam o assunto, nem essa foi minha intenção. Entendo que outros aspectos e temas em relação à forma de viver em Barra do Pacuí carecem de um aprofundamento maior, o que poderia ser viabilizado em um trabalho posterior que retomasse e continuasse a discussão sobre os assuntos até aqui abordados ou, em estudos de outros pesquisadores.

Sobre esses aspectos alguns temas podem ser destacados para posteriores trabalhos na comunidade: (I) aspectos culturais, no sentido de compreender como a comunidade organiza e entende suas festas, suas comemorações e outros processos rituais, além da importância desses aspectos na vida individual e comunitária; (II) a migração como estratégia de resistência do modo de vida campesino; (III) a integração dos “chegantes” na comunidade; (IV) a estrutura política interna e a divisão social do poder; (V) o uso dos recursos naturais para além da área pertencente à comunidade.

⁵¹ Esclareço que optei em não discutir nesta dissertação na íntegra os aspectos relativos a este processo de demarcação da possível reserva, por dois motivos: 1) o processo é bastante incipiente, visto que ele encontra-se em fase de caracterização da comunidade e do ambiente físico. O processo administrativo requer outras fases, que inclui uma consulta à comunidade. Portanto considero que uma antecipação de minha parte, trazendo discussões e abordagem do tema na situação de pesquisa poderia gerar expectativas que podem não se viabilizar; 2) Os resultados obtidos ainda não foram sistematizados e quaisquer apontamentos da minha parte careciam de dados mais refinados. Assim, que concluído, o presente trabalho será disponibilizado para subsidiar o andamento do processo.

REFERÊNCIAS:

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.181 – 354.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: **Os pensadores**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber**: a escola rural e cultura camponesa. São Paulo: FTD, 1990.

_____. **Partilha da vida**. São Paulo: GEIC/Cabral Editora, 1995.

_____. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamento com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Editora da Unicamp, 1999a.

_____. **Pesquisa participante**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999b.

_____. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da partilha através da pesquisa na educação. São Paulo: Cortez, 2003. (Série saber com o outro; v.1).

_____. Sobre a tradicionalidade que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O Campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004a.

_____. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: Escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Brasília: MMA, 2005.

_____. Tempo e espaço na comunidade rural: a visita de um antropólogo à geografia. In: **II Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – agricultura e desenvolvimento regional**. 2, 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU, Instituto de Geografia, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ROCHA, Evandra . **O jardim da vida**. Goiânia: Ed. UCG, 2004b.

BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003. 372 p.

CARDOSO, José M. A. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE, 1996.

CASAL, M.A. de. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfico do reino do Brasil**. 1976.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais In: DIEGUES, Antônio Carlos (org). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 165 – 182.

CHAGAS, Ivo das. Estrutura e Funcionamento do Bioma Cerrado. **Caderno Geográfico**. 19-25. Vol 3. Ano III, Montes Claros, 1999.

_____. Eu sou o cerrado. In: RODRIGUES, Luciene; MAIA, Cláudia (ORG). **Cerrado em Perspectiva(s)**. Montes Claros: UNIMONTES, 2003.

COSTA, J. B. de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, G. Ribeiro (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas - Considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p. 77 a 98.

DE PAULA, A. M. N. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais**: a esperança de melhoria de vida. 151 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2003.

DELGADO, Guilherme C. **A expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra**: Um estudo da reflexão agrária. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n 43, p. 157 – 172, set/dez. 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos (org). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

GAMA, Maria das Graças Campolina Cunha. **Água, vereda, veredeiro: um estudo sobre as agriculturas camponesas e comercial, nas cabeceiras do Rio Formoso, em Buritizeiro-MG**. 115 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora S. A, 1989.

GONÇALVES. C.W.P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

GUIMARÃES ROSA, João. **No urubuquaquá, no pinhém**. 3.ed. Ilustrações de poty. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

_____. **No urubuquaquá, no pinhém** (corpo de baile). 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALFED, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório, concernente à exploração do rio São Francisco**: desde a cachoeira de Pirapora até ao oceano Atlântico. 1860.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HEIDEGGER, Martin. El arte y el espacio. **Revista Eco**. Bogotá, Tomo 122, junho / 1970.

HEIDEMANN, H. D; BEZERRA, M. C. “Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta!” In: **Estudos Avançados** 58, vol. 20. IEP/USP. P.16 – 17. São Paulo: USP, dez/2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE / **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000**. Volume 7: Rio de Janeiro: 2001.

_____. Disponível em <http://www.ibge.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2007

PHOLL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. [20—], não paginado.

KAUTSKY, karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural (1986).

LEFF, H. **Epistemologia ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Milanesia. 2.ed. São Paulo: Abril cultural, 1978. Coleção os pensadores.

MARTINS, José de Souza Martins. **Capitalismo e tradicionalismo** (estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil). São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCUTEC, 1993.

_____. **O cativo da terra**. 7.ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédia, RJ: URFJ, Curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999. 204p.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração**: os remeiros do rio São Francisco. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998

OLIVEIRA, Claudia Luz de. **Vazanteiros do rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. 134f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia, 2005

RODRIGUES, Luciene OLIVEIRA; Marcos Fábio Martins de, (ORG). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

RODRIGUES, Luciene; MAIA, Cláudia (ORG). **Cerrado em Perspectiva(s)**. Montes Claros: UNIMONTES, 2003.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI*. In: BURSZTYN, M. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAINT-HILAIRE, A de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004. 190 p.

SALIM, C.A. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas do cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. In **Cadernos de Difusão Tecnológica** . Brasília, v.3.n2, p. 297 – 334 maio/agosto, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

SANTOS, Rodrigo. Herles dos; OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de; CHAGAS, Ivo das. Transposição: o olhar do povo e do rio. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA**, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, Departamento de Geografia, 2005. P. 5848-5854.

SARMENTO, Francisco Jácome. **Transposição do rio São Francisco: realidade e obra a construir**. Brasília: Do autor, 2005.

SILVA, C.E.M. **Cerrados e camponeses no norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 1999.

TOLEDO, Vitor M. *La Apropiacion Campesina de la Naturaleza: un Analisis Etnoecologico*. Mimeo, 104 p., 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz a nascente: o recado do rio**. São Paulo. Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

WOORTMANN, E. F. O sítio camponês. Edições UFC, 1983. **Anuário Antropológico**, 81, p.164-203.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995. (Estudos Rurais).

_____. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.133-143.

WOORTMAM, K. Com parente não se negueia. **Anuário antropológico**, 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro p. 11 – 73. 1990

ANEXOS:

ANEXO A: FICHA DE LEVANTAMENTO DE DADOS DOS PEQUENOS PROPRIETARIOS RUAIS DA BARRA DO PACUI - IBIAÍ - NORTE DE MINAS GERAIS

PESQUISADORES: Rodrigo Herles dos Santos

Orientador: Carlos Rodrigues Brandão

Nome: _____

Data: _____ Endereço: _____

BLOCO A - A VIDA DOS MORADORES

1) Pessoas que moram na casa.

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Grau de Parentesco: _____ Grau de Escolaridade: _____

Local de estudo: _____ Local de trabalho: _____

Profissão: _____ Renda Mensal: R\$ _____

Renda diária: R\$ _____ Tipos de Animais: _____

Quantidade Consumida: () menos da metade; () metade; () mais da metade;

() toda produção

Quantidade Vendida: () menos da metade; () metade; () mais da metade;

() toda produção

Valor da venda referente 2007: R\$ _____

2) Para onde vai à produção comercializada?

() Intermediário () Indústria () feiras na cidade () restaurantes () cooperativa () Não produz () Não comercializa () Outros _____

3) Quais as dificuldades encontradas na comercialização da produção?

() Distância do centro consumidor () Dificuldade no transporte () Falta de mercado consumidor () Não encontra dificuldade () Outras _____

4) Quantas pessoas trabalham na casa?

() 1 pessoa () 2 pessoas () 3 pessoas () 4 pessoas () mais de cinco pessoas

Nomes: _____

Idade: _____

4.1) Tem outra ocupação? () Sim () Não

4.2) Sexo: () Masculino () Feminino

5) A renda do trabalho só na propriedade permite a sobrevivência da família?

() Sim () Não

6) A renda familiar é suficiente para manter as despesas? () Sim () Não

7) Você trabalha com a terra?

() Sim Por que? () gosta () falta de opção () é a única atividade que sabe () outros _____

() Não Por que? () não gosta () a remuneração é pouca () falta de opção () outros _____

8) Vocês recebem ajuda de algum técnico para plantar? () Sim () Não

9) Estão organizados com alguma associação e ou cooperativa? () Sim () Não

10) Quais as principais dificuldades encontradas para a produção na pequena propriedade?

☐ tamanho da propriedade ☐ falta de recursos financeiros próprio ☐ falta de incentivo do governo ☐ condições físicas impróprias ☐ falta de assistência técnica

☐ falta de infra-estrutura

11) Para a produção há a utilização de mão-de-obra externa? ☐ Sim ☐ Não

11.1) Tipo de trabalhador: ☐ bóia-fria ☐ permanente

12) Realiza algum financiamento para a produção? ☐ Sim ☐ Não

BLOCO B – TRABALHO, PRODUÇÃO E RENDA.

13) Produtos agrícolas cultivados:

Tipos de culturas: _____

Quantidade Consumida: ☐ menos da metade; ☐ metade; ☐ mais da metade;

☐ toda Produção

Quantidade Vendida: ☐ menos da metade; ☐ metade; ☐ mais da metade;

☐ toda a produção

Valor da venda referente ao mês de jan / 2007:

14) Criação de animais: _____

15) Tem ajuda da família na plantação: ☐ sim ☐ não

BLOCO C - INFRA-ESTRUTURA NAS PROPRIEDADES:

16) Percepção dos moradores quanto ao atendimento:

16.1) Acesso as cidades através das estradas próximas: ☐ Bom ☐ Ruim.

O que falta melhorar? _____

16.2) Assistência de saúde: ☐ Bom ☐ Ruim

O que falta para melhorar?_____

16.3) Água, energia elétrica: () Bom () Ruim

O que falta para melhorar?_____

16.4) Transporte coletivo: () Bom () Ruim

O que falta para melhorar?_____

16.5) Escolas: () Bom () Ruim

O que falta para melhorar?_____

16.6) Acesso a bens de consumo: () Bom () Ruim.

O Que falta melhorar?_____

16.7) Principais? () supermercado () farmácia () lojas de roupas, tecidos, brinquedos, papelaria, () utensílios agrícolas, () outros_____

17) Está satisfeito com o trabalho da associação?

() Sim. Por quê? () sempre fazem festas e confraternizações () conseguiram a construção do centro comunitário

() Não . Por que?_____

() outros_____

BLOCO D - AÇÃO DO ESTADO E DAS ENTIDADES PARTICULARES:

18) O governo fornece algum incentivo para a comunidade? () Sim () Não

19) Quais? () Adubo () veneno () calcário () mudas de eucalipto () mudas de plantas frutíferas () cobertor () utensílios de cozinha () recurso para a construção do Empório () outros_____

ANEXO B: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- 1 – A questão do lixo.
- 2 – Como se usa a água e como é a relação com os córregos e nascentes.
- 3 – Como os pesquisados referem-se ao ambiente.
- 4 – O que se planta e como se planta.
- 5 – Aspectos sobre religião e relação com a agricultura.
- 6 – Relações de trabalho, quem trabalha para quem.
- 7 – Como o dinheiro circula dentro e para fora da comunidade.
- 8 – Criação de animais de pequeno porte.
- 9 – Relação de comestibilidade com animais “silvestres”.
- 10 – Qual o tipo de relação que se mantém com os vizinhos.
- 11 - Como é dividida a propriedade.
- 12 – Quais as funções desempenhadas por cada parte da propriedade.
- 13 – Qual é o espaço da casa, o que existe na casa.
- 14 – Como usam o rio.
- 15 – O que se faz no rio (pesca, lazer, travessias).
- 16 – Como se divide a propriedade.
- 17 – Como se dá a circulação das pessoas na comunidade, quem vai a qual lugar.
- 18 – Como se pesca, quem pesca.

ANEXO C: ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 – Falar sobre a história da comunidade / lugar / município.
- 2 – Abordar questões de ordem simbólica, como mitos, lendas. Ver como o entrevistado se posiciona sobre o tema.
- 3 - Abordar o tema de trabalho, como o entrevistado define o trabalho que ele fez ou faz.
- 4 – O que a propriedade produz.
- 5 – como é que se produz cada produto.
- 6 – Para quê se produz o produto, pra vender ou para consumir.
- 7 – O entrevistado lida apenas na sua roça ou presta serviço a terceiros.
- 8 – Qual o papel da mulher (esposa, filha) na propriedade, o que cada uma faz.
- 9 – Quais os tipos de ferramentas se usa para plantar e colher.
- 10 – Pedir para o entrevistado falar sobre o rio, contar as história.

ANEXO D: QUADRO DE ENTREVISTAS

Dona Maria
(Agricultora)

Antigamente aqui na comunidade as casas eram construídas de saco de areia, era colocada entre as madeiras, porque não dava para fazer tijolo, por causa da distancia e as águas eram muito minguadas (escassa).

Eu tenho 4 filhos e sempre me ajudaram muito, eles tratavam de galinha, cortava lenha e também serviam para fazer companhia pra mim. Era uma forma de incentivo que eu tinha pra trabalhar. Mas eu ensinei os meus filhos a fazer tudo, lavar, passar, cozinhar e tratar bem as pessoas.

Na comunidade onde “nois” mora, eu gosto mesmo é da minha casa, mexer com minhas lavouras, mexer com umas coisas aqui outras ali, isso e “bão demais”.

No lugar onde “nois” mora agora está até bom, mais antigamente os nossos médicos eram os mais velhos, que curava as pessoas quando era mordida por animal peçonhento, ou qualquer outro tipo de doença.

Na minha casa é muito bom, mas é um pouco longe, nos caminhos pode até encontrar algumas pessoas ,mas passando pela rodagem não encontra nem uma “virvarma” . **O importante é você lembrar que ela sempre movimentava as mãos, quando nos contava a sua vida.**

Más aqui nas festas é “muito boas”, no mês de janeiro tem festa do divino que os foliões saem pras **gerais**, pra pedir dinheiro, comida arroz feijão, fubá pra depois fazer a festa em homenagem os santos. **Risos.** Depois da do divino tinha do Santo Antônio, São José e fazia muitas festas com comida e cantiga de violão, e divertia todo mundo, agora acabou tudo, nas festas tinha cantigas de caixa, batia, pulava, quando eu era mais nova era “mio” agora estou velha.

Mais antigamente pra ir Pirapora tinha que ir canoa era uma viagem longa, agora sai de manhã e volta à tarde.

Levava muitas coisas pra vender no comércio, farinha , porco, o barco era de um remo só. O barco pesava quase 300kg e era movido no braço. levantava de madrugada para fazer feijoada pra levar de matutagem. Quando voltava trazia sal, pano pra fazer roupas para usar nas festas e fogueira.

Eu já viajava muito de canoa, fui até na lapa, meus pais eram da Bahia, convivi pouco com eles quando morreu eu tinha 6 anos, ai meus avós me pegou pra criar, ele já tinha criado a minha mãe, eles contavam muitas lendas pra “nois”, eu não “lembro” de todas, mas tinha trovoadas que virava barcos.

Quando agente era moça não tinha essas regalias como hoje em dia, essas moças de hoje não quer saber de nada, nós não era da roça. Eu não tinha essa coisa de ficar passeando, nem sair, nem dançar nada. Depois eu casei e tive meus filhos, e com passar de algum tempo meu marido morreu, aí começa a labuta, depois que meus filhos cresceu que as coisas começaram a melhorar.

Na comunidade uma parte melhorou chegou mais gente, tinha muita festa, diversão não tinha aborrecimentos nenhum, já hoje em dia às coisas mudaram muito.

Dona Tazinha
(Benzedeira)

Morar aqui é muito bom, aqui tem muita gente, tem marido, muita água. Nos estávamos morando na ilha, todo o dia vinha água, vinha água, ai fomos obrigados a sair, a ilha estava inundando.

Eu trabalhava na roça, hoje estou fazendo oitenta anos e ainda trabalho na roça. Graças a deus eu ainda tenho força para trabalhar. Tenho dois filhos que moram no São Francisco, mas que trabalham aqui e eu o ajudo eles. Nós plantamos feijão, milho, horta, mandioca. A mandioca só é plantada na lua nova, por que tem um dizer terra molha e enxada amolada. Nós

plantamos o **milho e o feijão em outubro**.

Nessa época eu trabalhava muito na roça capinava, cortava **de machado, plantava mamona e algodão, e isso tudo dava preço**. Eu caminhava uma légua com uma **quarta** de mamona na cabeça para vender e com o dinheiro eu comprava de tudo. Hoje tudo isso já não tem preço.

Na ilha onde morávamos qualquer chuva inundava tudo. Deu uma chuva tão forte que derrubou até a casa, carregou as mandiocas juntamente com o paiol. Para mim, hoje esta muito melhor, só não esta melhor porque eu estou velha, antes era muito difícil, hoje não. Antes a gente passava até necessidades de coisas para comer, roupas a gente não tinha, quando era de levar a gente ficava quase nu. Hoje nos não damos conta de vestir o que temos.

Antigamente era tão difícil, que não tinha nem médico, não tinha nada, as pessoas a mingua, eu ganhei dois meninos na roça, nunca tomei remédio só raízes. Quando eles tinham alguma coisa eu os benzia e dava chá raízes.

Eu ensinei os meus filhos a trabalhar como os meus pais me ensinaram, eles iam para a roça e levava-nos. Mamãe nos ensinou a fazer calça de algodão. Camisa, casaco, nos tínhamos uma roda de fiar.

A vida na Comunidade:

Aqui mudou muito, as pessoas desmataram o mato todo, a gente não acha lenha nem para fazer um café, eu que eu tenho e comprado.

No rio antigamente era melhor, era fundo, tinha muita água, peixes, eu lavava as roupas era no rio, por que essas águas daqui amarelavam os panos. Hoje, não precisa de fazer viagem de barco para longe, mas antigamente eu de canoa até Pirapora, hoje vou de carro.

Quando inteirou 50 anos que eu casei, eu voltei a casar com mesmo marido, nos fizemos uma festa que todo mundo gostou. As pessoas dançaram da sete horas da noite até sete da manhã, farreando. Eu adorava dançar, eu era dançadeira, dançava sapateado, carneiro, até o padre ficou satisfeito, por que ficar juntos cinqüenta não era cinqüenta dias. Meu marido era muito bom, não bebia pinga, mas eu bebia e ele não importava.

Sr. Truçã
(Pescador)

Cheguei aqui na comunidade, criei com todos meus vizinhos; Estou vivendo bem; graça a Deus.

Sobre o rio a dois anos atrás não dava pra pegar nem pra comer; não era pescador que pegava; era uma empresa que tava soltando produto na boca da usina, e tava matando os peixe tudo, mas de 2 anos pra cá, o peixe melhorou muito, só que o surubim é de mais valor, que ta afastado, mas já veio outro peixe pra nos ajudar nós pescador, o tapucaré veio pra ajudar também, também o Dourado que é muito cobiçado.

Deus quando tiram os dentes ele enlargesse a guela, o surubim sumiu e ele mandou tapucaré pra ajudar o pescador.

Mas tem gente que vem pescar e sai limpando tudo, leva 40, 50 quilo de peixe, ficam limpando os nossos anzóis, nós não pode falar nada, porque eles são profissionais também. **Já mais esqueça do fumo nas mãos e cigarro de palha e o peixe preparado por ele enquanto conversava com a gente**

Na região todos os pescadores tem carteira de pesca, tem pessoas que nunca pescaram e nem sabe se a água é azul ou branca, e usa a carteira só pra receber benefício do governo, tirando das pessoas que precisam.

Aqui nois tem “muié” que nem sabe conhece o tipo de peixe tem também taxista, funcionário da prefeitura, donos de loja, que nunca pescaram, e mesmo assim recebe o benefício do governo.

O verdadeiro pescador dedica a profissão na água, você chega à casa dele tudo que tem lá foi comprado com dinheiro do rio. Nós que ta no rio todo dia, que chega na porta de uma empresa a procura de emprego é assim, se for trabalhar de soldador é soldador, se for trabalhar de mecânico é mecânico, e pescador é assim tem que ser pescador, e não ir pro rio só quando ta bom, cada um tira sua ficha pra quilo.

2.500 conto, a conta de colocar meus filhos na escola, com seis meses eu arrumei emprego, fiquei um ano e seis meses nessa empresa, passei muita dificuldade, fiquei só devendo só devendo o salário não dava pra nada, pensei sabe pra eles me mandar embora como eles me mandou, vim pro Ibiaí, cheguei comprei um barco e fui pescar, e pesquei seis meses voltei pra BH, trabalhei mais seis meses, comprei um motorzinho e coloquei no barco e foi mexendo, até conseguir dinheiro e arrumei caminhão busquei minhas coisas, continuei pagando aluguel, depois fui pro Maranhão trabalhei 3 meses e depois construí meu barraco, gastei 4 anos, agora estou sossegado porque lugar de velho é então no cemitério ou dentro do mato quieto, graça a Deus tô aí mexendo devagarzinho. Não pretendo sair daqui.

Eu nasci no Jacinto na fazenda Venida, do outro lado, de lá sair com 16 anos, fui pro João pinheiro lá trabalhei 5 anos, e vim pro Coração de Jesus e por lá me casei e de lá vim pra beira desse rio, agora do Ibiaí só saio quando Deus me levar.

Sr. Nivaldo

Meu pai começou a me levar para roça desde os sete anos de idade. Como eu fui o filho mais velho, ele leva de compareiro dele, ali, eu sentava na sombra ali... Ficava olhando ele trabalhar, quando pouco tempo depois ele inventou de encabar uma enchadazinha pra mim, ai, ai, eu ficava por alai, batendo aqui, noutro lugar, chegava aterrar em pé de planta e por ai comecei e nunca mais parei. Isso era, eu tinha uns sete pra oito anos, não tinha mais não moço.

Pra trabalhar na roça ia mais os companheiros, ele (**referindo ao pai**), com ele todo o dia, isso com 8 a 9 anos já puxava uma enxada quem nem gente grande, dei uma descascadinha quando entrei pra aprender a lição na escola, mais isso eu tinha 12 anos. Fui ano na escola, aprendi a assinar meu nome, só isso, não tenho leitura não moço... só que tem uma coisa, sei pegar condução em qualquer cidade grande e tantas outras coisa que vida ensina. Mais a minha profissão mesmo aprendi com meu pai, foi com ele que aprendi a plantar, colher, cuidar da terra, essas são as coisas que sei fazer moço, mais elas é que pois o pão de cada dia, a baixo de deus, criei meus filhos com elas, elas nunca deixaram a comida faltar.

Pescar? Pescar eu sei um pouco, mais nunca vi e nem tive vantagem na pescaria, mais peguei uns peixinhos pra ajudar, no lugar da carne que naqueles tempos era muito difícil, hoje não. Mais pescar e trabalhar na rola, as duas coisas ao mesmo tempo fica cansativo pra gente moço... acaba tanto não fazendo nem uma nem outra, depois de um tempo acabei preferindo ficar só na roça mesmo, pra pescar você tem que levantar de madrugada pra sair pro rio, buscar o anzol pescar a isca um peixinho.

Voltava pra casa fazia uma comidinha, um caldo, e ia pra roça chegava lá o sol já apontando no céu, chegava lá amolava a enxada e ia pra roça, batia o dia inteiro no cabo da enxada. Quando ia dando a noitizinha voltava pra casa, tomava um banho, jantava, dormia um bocadinho e ia pro rio e novo. Então moço essa vida muito cansativa, como eu não tinha tamanha indisposição pro pescaria preferi a labuta na terra, gosto mais da roça, que eu aprendi, faço até hoje, e gosto de fazer, mais a roça, já to aguentando tanta labuta a roça hoje não é aquela coisa moço.

Os meus filhos, hoje já não fazem o mesmo que eu, entrar naquele mato fechado, abrir o lugar de plantar, hoje já ta muito

melhor a ilha, tudo mundo quase tem um pedaço lá. Meus filhos dois tão ganhando a vida, uma casada que vocês viram ajudando na feição da farinha. E os outros a menina ta no café, arrumou um moço e, tão juntos e todo ano eles vão pro café pra essa região ai moço. Longe, já foram pra patrocínio, chegam sempre no final de ano. Eu já sai, uma vez, gostei mais deixar a família moço... Ganhei dinheiro mais não voltei.

Plantar roça a uns tempos atrás, não tinha nada de facilidade pra gente era tudo tocado a força, não tinha carro, as vezes só o de boi,, não tinha nem carroça a gente carecia de muita coisa, tudo era feito no braço, carregava tudo nas costas. No transporte o que mais tinha era canoa, lembro dos mais velhos, carregando as colheitas direto para casa, no remo, eu e meus irmãos fomos criados desse jeito. Hoje quem mexe na roça sou eu e a mulher, dessa maneira, juntou, eu gosto e ela também, assim a gente continua retirando o que agente precisa pra sobreviver. Mas uma coisa naquela época o povo era mais forte agüentava hoje meus meninos não agüenta mais, os tempos mudaram e preferem ganhar a vida fora, eu não guentava fazer os que os mais velhos guentava e eles coitadinhos, não agüentam mais aquela vida. Mais eu ensinei eles do mesmo jeito que o meu pai, eles sabem, mas não querem isso pra vida deles.

Senhor João

Carregava uns 40 a 50 quarta de mantimentos (feijão ou milho) em uma canoa, dois homens, dois dia, dois dia e meio e tava em Pirapora era o meio de a gente transportar o que colhia, a canoa e remo, bons tempos moço, muito saudade.

Nessa época dava gosto morar na beira do rio, o rio era movimentado, tanta gente indo e vindo, os vapores cheios, quando um encontrava com outro, era aquela festa, tinha que fazer a saudação, um a um, era muito bonito, aquele som, e quando as águas do rio baixava que os vapores ficavam presos na areia o marinheiro, eles trabalhavam a noite todo, aquele clarão no meio do rio, eles com água por aqui(cintura) trabalhando.

Eu já viajei, lembro da viagem, vários dias no mesmo vapor naquele movimento gostoso, era gosto apesar de vagarosa, ótima naquele tempo o rio parecia vivo, hoje... moço parece que não tem mais vida, as águas tão pouco, muita sujeira, era esse movimento que a gente tinha vivencia, aquilo que agente tinha parece que acabou, muito tempo não vejo mais aquele festa do rio, quanto suava aquele barulho, todo mundo corria pra beira pra ver os barqueiros passar abanando a mão. Hoje a gente ver mais mau o barquinho, uma canoa de pescador.

Tantas lanchas que levava comprava depois passou após muitos anos passou para as lanchas. vinha aqui comprava os nossos produtos para vender em outro lugar depois, depois a gente parou de viajar para Pirapora de canoa ai... E ai as lanchas vieram, trazendo tudo café, sabão tudo... Tudo.. Meus filhos.

